



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Fernanda de Abreu Appolinário

**(Des)masculinizando as operações de paz: uma análise do *gender balancing*
aplicado ao caso da MONUSCO**

Rio de Janeiro

2023

Fernanda de Abreu Appolinário

(Des)masculinizando as operações de paz: uma análise do *gender balancing* aplicado ao caso da MONUSCO

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra, ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Política Internacional.

Orientadora: Prof.^a Dra. Jana Tabak Chor

Rio de Janeiro

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

A652 Appolinário, Fernanda de Abreu.
(Des)masculinizando as operações de paz: uma análise do *gender balancing* aplicado ao caso da MONUSCO / Fernanda de Abreu Appolinário. – 2023.
96 f.

Orientadora: Jana Tabak Chor.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Feminismo - Teses. 2. Forças de paz - Congo (República Democrática) - Teses. 3. Nações Unidas - Teses. 4. Operações militares - Congo (República Democrática) - Teses. I. Chor, Jana Tabak. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDU 396:327.7

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Fernanda de Abreu Appolinário

(Des)masculinizando as operações de paz: uma análise do *gender balancing* aplicado ao caso da MONUSCO

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra, ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Política Internacional.

Aprovada em 25 de setembro de 2023.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Jana Tabak Chor (Orientadora)
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Prof.^a Dra. Layla Ibrahim Abdallah Dawood
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Prof.^a Dra. Paula Drumond Rangel Campos
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2023

DEDICATÓRIA

Dedico à minha mãe Dolores, ao meu pai Marco e ao meu irmão Felipe. Mãe, por desde cedo ter me apresentado a pesquisa e sempre ter sido minha inspiração. Pai, por ter me apoiado de forma incondicional e nunca ter deixado de incentivar meus estudos. Irmão, por ser o melhor tatu. Amo vocês.

AGRADECIMENTOS

Para que esta dissertação pudesse ter sido escrita por mim, muitas etapas foram superadas. Em primeiro lugar, o processo de ingresso ao curso de Mestrado Acadêmico em Relações Internacionais na UERJ teve início bem antes da abertura do edital de processo seletivo. Minha vida acadêmica sempre foi incentivada pela minha família, e não poderia deixar de agradecê-los em primeiro lugar. Minha mãe, Dolores, e meu pai, Marco, sempre foram muito presentes na minha vida, me acompanhando e torcendo por mim em todos os momentos. Obrigada por continuarem acreditando em mim e no que eu sou capaz, mesmo nos dias em que eu tenho dúvidas. Meu irmão, Felipe (tatu), agradeço por todas as vezes que abriu a porta do meu quarto só para me dar “oi” enquanto eu escrevia essa dissertação. Mesmo sem saber, você fez os momentos de escrita serem mais divertidos. Obrigada por ser meu irmão. Agradeço também ao meu irmão de quatro patas, Snoopy, por todas as vezes que ficou ao meu lado, quietinho, só para fazer companhia.

Durante o período que vivi o Mestrado, conheci meu namorado Gabriel e por ele sou muito grata. Obrigada por ser meu apoio e meu amor, por sempre acreditar que eu posso ser minha melhor versão e por buscar ser a sua comigo.

Preciso também agradecer à minha avó Lia. Cantora, extrovertida e viajante, minha avó foi uma das pessoas que mais acreditaram no meu potencial. Obrigada por todos os momentos que demonstrou estar orgulhosa de mim e por ter comemorado minhas mais pequenas conquistas.

Quanto às minhas amigas, consegui colher um buquê de rosas que cativo ao longo de minha jornada. Daniela, não sei nem como agradecer por todas as chamadas que fizemos para conversar, estudar e trabalhar juntas, você é e sempre foi luz na minha vida. Débora, obrigada por ter sido minha amiga e parceira de Mestrado – eu na UERJ e você na ECEME – e compartilhar angústias, desabafos e felicidades comigo. Falando em compartilhar, durante minha trajetória acadêmica compartilhei um intercâmbio com minha roomie Júlia Groppo, e desde então seguimos sempre juntas, mesmo que distante. Nicole, obrigada por ter permanecido mesmo após a faculdade, e por ter ganhado o lugar de uma das minhas melhores amigas, bro, você é muito importante para mim. Nos corredores da UERJ, fiz amizade com duas pessoas em especial, Beatriz e Johanna, que integraram minha turma e vivenciaram esse período de dedicação, dificuldades e superação junto a mim, e por isso tenho a agradecer à amizade das duas. Também agradeço ao meu amigo Felipe, que esteve presente desde a

faculdade e permanece esbarrando caminhos comigo no Mestrado. Rafaela, dona de sua própria rota, obrigada pela sua amizade, pelo apoio, pelas caronas e por sempre me entender. Não poderia deixar de destacar também minhas amigas de escola meio a essa extensa lista, cada uma de vocês contribuiu com muita torcida durante minha formação e o desenvolvimento dessa pesquisa. Agradeço a todos os outros amigos que estiveram ao meu lado durante essa fase, o Mestrado não é fácil e vocês criam um ambiente de tranquilidade meio ao caos.

Um dos pontos mais marcantes do Mestrado foi o momento da aprovação no processo seletivo, que descobri por meio da minha ex-orientadora de faculdade, Fernanda Nanci. Obrigada por, desde o começo, torcer por mim e me aconselhar. Agradeço por continuar presente, agora também no âmbito do NEAAPE junto à professora Leticia Pinheiro, a quem também admiro muito. Além disso, também agradeço às professoras que aceitaram fazer parte de minha banca, Layla Dawood e Paula Drumond, pelas sugestões à minha pesquisa, indicações bibliográficas e pela disponibilidade de acompanharem o desenvolvimento do meu trabalho.

Por último, e de extrema importância, agradeço à minha orientadora, Jana Tabak. Não tenho palavras o suficiente para agradecer pela orientação. Obrigada por estar ao meu lado, por todas as reuniões, por acreditar em mim e na minha pesquisa, por todas as dicas e puxões de orelha. Tenho muita admiração por você, como orientanda e aluna, e espero que nossos caminhos ainda se cruzem após a conclusão desta fase.

Aquilo que você pode fazer ou sonhar, comece. A coragem contém em si mesma o
gênio, o poder e a magia.

Johan Wolfgang von Goethe.

RESUMO

APPOLINÁRIO, Fernanda de Abreu. **(Des)masculinizando as operações de paz: uma análise do *gender balancing* aplicado ao caso da MONUSCO**. 2023. 96 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

Desde a criação da Agenda Mulheres, Paz e Segurança (MPS) no ano 2000, a partir da emissão da Resolução 1325 por parte do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), a instituição passou a adequar medidas voltadas para a igualdade de gênero nos ambientes de conflito e pós-conflito meio às suas operações de paz. Tais medidas tem como origem instrumentos voltados para o gênero, denominados *gender mainstreaming* e *gender balancing*. O primeiro, apesar de inaugurado no âmbito das operações de paz a partir da Agenda MPS, possui incentivo internacional desde a IV Conferência Mundial sobre a Mulher em Pequim, em 1995, e funciona de modo a envolver considerações institucionais sobre as necessidades de homens e mulheres serem diferenciadas. O segundo, por sua vez, propõe o alcance de uma igualdade quantitativa entre homens e mulheres nas instituições, de modo a reduzir ou extinguir desigualdades percentuais e aumentar a representatividade. Ao ser aplicado às operações de paz da ONU, o *gender balancing* atua de modo a buscar uma redução de assimetrias entre homens e mulheres no processo de manutenção da paz, inclusive a partir do aumento na quantidade de mulheres militares que participam das missões, as *peacekeepers*. Desta forma, esta pesquisa propõe o seguinte questionamento: A partir da análise sobre o caso da MONUSCO, qual é o papel do aumento do contingente militar feminino em operações de paz no processo de desestabilização dos padrões de gênero que estruturam tais ambientes militarizados? A Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO), escolhida como estudo de caso para esta dissertação, é considerada uma das mais perigosas operações de paz da atualidade. Este estudo argumenta que mesmo com o aumento quantitativo das mulheres *peacekeepers* promovido através das políticas de *gender balancing*, não há significativa alteração nas expectativas e nos padrões de gênero, uma vez que a militarização é fundamentalmente estruturada sob um sistema e práticas de cunho patriarcal. O estudo de caso foi desenvolvido a partir de uma análise de conteúdo e de discurso sobre os principais documentos que envolvem o gênero e esta missão de paz, desde seu estabelecimento como MONUC até após a substituição por MONUSCO. Para isto, esta dissertação é segmentada em 3 (três) capítulos que possuem como base teórica o feminismo crítico dos estudos de segurança, propondo questionamentos e uma análise majoritariamente de natureza exploratória e qualitativa. O primeiro trata sobre uma fundamentação teórica feminista crítica e promove reflexões sobre o militarismo; o segundo aborda o *gender mainstreaming* e o *gender balancing* nas operações de paz da ONU, com enfoque na Agenda MPS; e o terceiro e último propõe um maior aprofundamento sobre o estudo de caso, de modo a discorrer sobre possíveis alterações nas dinâmicas de gênero a partir da inclusão de medidas de *gender balancing* para o aumento de mulheres militares na operação.

Palavras-chave: *gender balancing*; feminismo; Organização das Nações Unidas; operações de paz. MONUSCO.

ABSTRACT

APPOLINÁRIO, Fernanda de Abreu. **(De)masculinizing peace operations**: an analysis on *gender balancing* applied to the case of MONUSCO. 2023. 96 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

Ever since the year 2000, when the Women, Peace and Security Agenda (WPS) was created by Resolution 1325 issued by the United Nations Security Council (UNSC), the institution has started to include measures aimed at gender equality in conflict and post-conflict environments through its peacekeeping operations. Such measures originate from gender-oriented instruments, called gender mainstreaming and gender balancing. The first one, despite being inaugurated within the scope of peace operations based on the WPS Agenda, has had international incentives since the IV World Conference on Women in Beijing, in 1995, and functions in such a way as to involve institutional considerations about the different needs men and women have. The second proposes achieving quantitative equality between men and women within institutions, in order to reduce or extinguish percentage inequalities and increase representativeness. When applied to UN's peacekeeping operations, gender balancing acts in order to seek a reduction of asymmetries between men and women in the peacekeeping process, including through the increase in the number of women peacekeepers. This research proposes the following question: Based on the analysis of the MONUSCO case, what is the role of increasing the female military contingent in peace operations in the process of destabilizing the gender patterns that structure such militarized environments? The United Nations Mission in the Democratic Republic of Congo (MONUSCO), chosen as a case study for this dissertation, is considered to be one of the most dangerous current peace operations. This study argues that even with the quantitative increase in women peacekeepers promoted through gender balancing policies, there is no significant change in gender expectations and standards, since militarization is fundamentally structured under a patriarchal system and practices. The case study was developed from a content and discourse analysis on the main documents that involve gender and this peacekeeping mission, and it goes through the establishment as MONUC until after its replacement by MONUSCO. For this, this dissertation is segmented into 3 (three) chapters that have as a theoretical basis the critical feminism of security studies, proposing questions and an analysis mostly from an exploratory and qualitative nature. The first chapter develops a critical feminist theoretical foundation and promotes reflections on militarism; the second one addresses gender mainstreaming and gender balancing in UN peacekeeping operations, focusing on the MPS Agenda; and the third and last proposes a greater depth on the case study, in order to discuss possible changes in gender dynamics from the inclusion of gender balancing measures to increase the number of military women in the operation.

Keywords: gender balancing; feminism; United Nations; peace operations; MONUSCO.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGNU	Assembleia Geral das Nações Unidas
CSNU	Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas
DH	Direitos Humanos
EUA	Estados Unidos da América
GB	<i>Gender balancing</i>
GM	<i>Gender mainstreaming</i>
MONUC	Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo
MONUSCO	Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo
MPS	Mulheres, Paz e Segurança
ONGs	Organizações Não-Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RDC	República Democrática do Congo
RI	Relações Internacionais
RwP	Responsabilidade ao proteger
R2P	Responsabilidade de proteger
TCCs	Países que contribuem com tropas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNSCOB	Comitê Especial das Nações Unidas para os Bálcãs
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	11
1	AS INTERVENÇÕES INTERNACIONAIS ATRAVÉS DOS OLHARES FEMINISTA CRÍTICO.....	26
1.1	Os estudos feministas e as Relações Internacionais.....	29
1.1.1	<u>De onde viemos e quem somos?.....</u>	32
1.2	A linguagem em destaque e a “verdade” em questionamento.....	36
1.3	Reflexão crítica acerca da militarização.....	38
1.3.1	<u>Quem é o “outro”?.....</u>	41
1.3.2	<u>E onde estão as mulheres meio à militarização?.....</u>	43
2	A AGENDA MULHERES, PAZ E SEGURANÇA: DO <i>GENDER MAINSTREAMING</i> AO <i>GENDER BALANCING</i>.....	49
2.1	O <i>gender mainstreaming</i> nas operações de paz da ONU: a Agenda Mulheres, Paz e Segurança.....	53
2.1.1	<u>A primeira década da Agenda MPS: os esforços iniciais.....</u>	57
2.1.2	<u>De 2010 a 2020: a ampliação e os obstáculos da Agenda MPS.....</u>	61
2.2	O <i>gender balancing</i> como ferramenta.....	64
3	O <i>GENDER BALANCING</i> NA MONUSCO: A QUESTÃO DAS <i>PEACEKEEPERS</i>.....	72
3.1	De MONUC a MONUSCO: o desenvolvimento histórico.....	73
3.2	A MONUSCO em evidência: as limitações e lacunas do <i>gender balancing</i>.....	77
	CONCLUSÃO.....	86
	REFERÊNCIAS.....	89

INTRODUÇÃO

No ano 2000, o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CSNU) aprovou a Resolução 1325, que passou a ser, desde então, um marco na introdução da agenda de Mulheres, Paz e Segurança (MPS) da instituição. Dentre as temáticas levantadas a partir desse documento, um dos pontos de destaque é promover a visibilidade de mulheres tanto como combatentes quanto construtoras da paz em contextos de conflito armado, e não apenas como vítimas e/ou sobreviventes (PRATT; RICHTER-DEVROE, 2011).

O contexto que envolve a participação das mulheres no processo de construção da paz é desenvolvido no corpo do texto da Resolução, com ressaltos à necessidade de maior inserção quantitativa dessas mulheres nas operações de paz da instituição. A partir disto, o documento:

Solicita que o Secretário-Geral forneça aos Estados-Membros diretrizes de treinamento e materiais sobre a proteção, os direitos e as necessidades particulares das mulheres, assim como sobre a importância de envolver as mulheres em todas as medidas de manutenção e construção da paz [...] (UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL, 2000, p. 2, tradução nossa).¹

Depreende-se, portanto, que há um impulso mediante ao *gender balancing* (GB), que pode ser compreendido como uma busca pelo equilíbrio quantitativo entre homens e mulheres em instituições (KARIM; BEARDSLEY, 2013). Neste caso, observa-se o anseio por uma configuração de maior representação quantitativa de mulheres nas operações de paz da Organização das Nações Unidas (ONU), visando a reduzir as desigualdades existentes no contexto militar.

De modo a melhor compreender a identificação das desigualdades institucionais entre homens e mulheres, sobretudo a partir da Resolução 1325 e da criação da Agenda de MPS, é necessário contextualizar historicamente o período que antecedeu esta mobilização. A década de 1990 teve seu início marcado pelo fim da Guerra Fria e instauração de diversas conferências de cunho internacional, as quais visavam à cooperação em diferentes esferas com o objetivo principal de buscar a paz e coordenação interestatal (LINDGREN-ALVES, 2018).

A partir dos debates em conferências internacionais sobre temáticas que extrapolavam o que é considerado como “alta política” (ou *high politics*) nas Relações Internacionais, agendas

¹ No original: “Requests the Secretary-General to provide to Member States training guidelines and materials on the protection, rights and the particular needs of women, as well as on the importance of involving women in all peacekeeping and peacebuilding measures [...]”.

culturais, sociais e econômicas passaram a possuir maior visibilidade na agenda de discussão internacional, inclusive no âmbito da ONU. Dentre os considerados “novos temas”, os Direitos Humanos (DH) passaram a deter maior centralidade na década de 1990, quando ocorreu a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, em 1993 (LINDGREN-ALVES, 2018). Apesar de ser possível identificar discussões prévias sobre o tema, como durante a Conferência de Teerã de 1968, foi apenas no contexto internacional do pós-Guerra Fria que houve a possibilidade de maior coordenação entre os Estados, de modo a proporcionar a universalidade dos Direitos Humanos ao mesmo tempo em que particularidades culturais fossem salvaguardadas.

Este período possibilitou a emergência de debates – seja no âmbito político, acadêmico ou social – sobre temas que se tornaram foco de coordenação para garantir a segurança internacional. Neste contexto, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) emitiu um relatório, no ano de 1994, responsável por introduzir o conceito de segurança humana, pautando novas definições sobre o que configuraria a insegurança internacional, para além dos conflitos interestatais. De acordo com o relatório, “Ameaças à segurança humana não são mais pessoais, locais ou nacionais. Elas estão se tornando globais: com as drogas, a AIDS, o terrorismo, a poluição, a proliferação nuclear. (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME, 1994, p. 2, tradução nossa)²”.

Outro ponto levantado pelo relatório como relevante para a garantia da segurança humana e que se tornou essencial nos debates internacionais engloba o nexos segurança-desenvolvimento. A busca pela implementação de instituições democráticas que adotassem políticas voltadas ao desenvolvimento tornou-se um modelo a ser seguido para promover a paz, visando a reduzir ameaças advindas da pobreza; como o desemprego, conflitos e o deslocamento forçado (ESTEVES; CARVALHO, 2011). A pobreza passou a ser associada a elementos de ameaça à segurança internacional, como crimes humanitários, podendo favorecer a proliferação de ambientes inseguros.

Além disso, a ampliação no entendimento de segurança internacional também foi impulsionada pelo avanço tecnológico do pós-Guerra Fria, que permitiu promover maior visibilidade a conflitos para além dos considerados tradicionais e interestatais, fomentando

² No original: “*The threats to human security are no longer just personal or local or national. They are becoming global: with drugs, AIDS, terrorism, pollution, nuclear proliferation.*”.

discussões acerca das “novas guerras”³ no cenário internacional (NEWMAN, 2004). É necessário, ademais, ressaltar que foi justamente a ascensão dos debates a respeito das “novas guerras” que possibilitou a ampliação na agenda de segurança internacional, de modo a englobar assuntos relativos à segurança humana e ao desenvolvimento como imperativos para a garantia da estabilidade internacional no período da década de 1990 (DUFFIELD, 2001).

Deste modo, apesar de temáticas relativas aos Direitos Humanos, especificamente quanto à igualdade entre homens e mulheres, terem sido abordadas em contextos históricos anteriores, foi apenas no período que sucedeu a Guerra Fria que tal agenda passou a ser difundida em discussões de larga escala. Se, por um lado, o tema recebeu maior visibilidade devido à busca por coordenação entre os Estados em esferas sociais, culturais e econômicas; por outro, discussões envolvendo sexo e gênero emergiram no cenário internacional a partir do uso da violência sexual como arma de guerra⁴ em alguns conflitos étnicos (NOGUEIRA; MESSARI, 2005), como no genocídio de Ruanda, em 1994. Neste cenário, passou a ser possível que os feminismos fossem institucionalizados na disciplina de Relações Internacionais, e que temas relativos às mulheres e às dinâmicas que as envolvem emergissem no âmbito internacional, como ocorreu com a implementação da Resolução 1325 no ano 2000.

Conforme levantado, e dentre outros temas que a Resolução abarca, a busca por maior inserção de mulheres nas operações de paz é defendida pelo documento, visando à igualdade quantitativa (ou *gender balancing*) em tais ambientes militarizados. Diante disso, e ao considerar a existência de diferentes possibilidades de análise sobre as dinâmicas presentes em ambientes conflituosos, incluindo suas causas e consequências, optar por uma perspectiva crítica permite produzir questionamentos sobre o que pode ser transmitido, sobretudo a partir de lentes de análise tradicionais, de forma naturalizada (ENLOE, 2015). Algumas dessas reflexões são elaboradas por teorias feministas críticas de segurança, promovendo uma visão alternativa sobre o que é tradicionalmente compreendido, no âmbito das Relações Internacionais (RI), como questões relativas à segurança internacional (SJOBERG, 2016). Um dos pontos levantados pelas considerações teóricas de natureza feminista crítica de segurança e que possuirá destaque no desenvolvimento da dissertação engloba as possíveis consequências

³ As consideradas “novas guerras” no cenário internacional são associadas à identificação, por parte de alguns teóricos, de alterações nos conflitos após o fim da Guerra Fria. Dentre estas alterações, se enquadram o aumento dos conflitos intraestatais, a participação de atores para além dos Estados, e o elevado grau de violência à população civil. Para maiores informações sobre os elementos que compõem as “novas guerras”, consultar Mary Kaldor (2012).

⁴ Para maiores informações sobre a violência sexual, ou estupro, utilizada como meio de arma de guerra, assim como suas consequências e efeitos, consultar Carly Brown (2012).

danosas às próprias mulheres ao integrá-las ao meio militar, tradicionalmente masculinizado (WIBBEN, 2018).

Meio às distintas possibilidades de compreender a integração de mulheres ao meio militar – seja pela contratação de especialistas em defesa, pelo matrimônio com militares, pela criação de bases militares em ambientes majoritariamente civis ou pela participação ativa de mulheres como combatentes – a pesquisa a ser desenvolvida promoverá destaque especificamente aos ambientes militarizados das operações de paz da ONU, estas implementadas por mandatos a partir das Resoluções emitidas pelo CSNU. Neste aspecto, de forma a identificar as consequências danosas do fomento à maior integração de mulheres nos ambientes militarizados das missões de paz da ONU, sobretudo na função de *peacekeepers*, é relevante refletir sobre os fatores que envolvem a mobilização de uma operação de paz, assim como questionar sua estrutura e a conjuntura em que é criada. Missões que possuem como objetivo a manutenção da paz podem ser compreendidas como intervenções humanitárias militarizadas e tradicionalmente justificadas na restauração do que é considerado ordem, paz e democracia. Apesar de o objetivo inicial das missões ser associado à manutenção da paz internacional, as operações de paz da ONU passaram por transformações advindas das alterações no cenário internacional do contexto pós-Guerra Fria, englobando atores para além do Estado – como a sociedade civil internacional e Organizações Não-Governamentais (ONGs) – e abarcando intervenções de caráter multidimensional⁵ (VALENÇA, 2014).

A multidimensionalidades das operações de paz, para além de impulsionar alterações estruturais nas missões – como novas configurações com o objetivo de cobrir ampliações do escopo dessas operações – também é traduzida a partir de um discurso sobre moralidade (VALENÇA, 2014). Neste cenário, os interventores passam a ser enquadrados na categoria de “heróis” humanitários a partir da narrativa que os situa na fronteira mediante aos “outros”, sendo estes construídos e abordados como ameaças ou vítimas do ambiente conflituoso (ORFORD, 2003). A moralidade reside na narrativa que caracteriza os interventores como “heróis”, em contraste à insegurança projetada a partir da construção sobre o “outro” – podendo estes serem parte de grupos locais.

Tal construção social e discursiva pode gerar como efeito a normalização sobre a

⁵ A multidimensionalidade das missões de paz consiste, sobretudo, na ampliação de seu escopo de atuação. Tradicionalmente, as operações de paz serviam como forma de mediar conflitos e buscar o cessar-fogo entre as partes. Após o período que sucedeu a Guerra Fria, a emergência de debates sobre questões humanitárias no cenário internacional refletiu no processo de tornar as missões de paz da ONU multidimensionais, passando a englobar em seus objetivos a busca pela causa dos conflitos e formas de como evitá-los (VALENÇA, 2014).

concepção de intervenções, fomentando um ambiente militarizado, inseguro e que vislumbra o “outro”, cada vez mais, como alguém (ou algo) a ser civilizado e/ou contido (LUTZ, 2014). Nessa seara, o “outro” deixa de ser compreendido como um ser racional e torna-se passível de invasões – literais ou figurativas – para a instauração de uma moral imperativa e universalizada (VALENÇA, 2014).

Desta forma, a partir da mobilização acerca da construção discursiva do “outro” como alguém ou algo a ser combatido ou protegido por meio das operações de paz, sendo esta uma narrativa basilar para as intervenções e que pode gerar marginalizações, além da promoção da insegurança no meio militar, torna-se relevante compreender as dinâmicas de gênero desses ambientes para desenvolver uma visão crítica acerca das políticas de *gender balancing* mencionadas no início desta introdução. A teoria feminista crítica dos estudos de segurança permitirá, portanto, identificar de que modo as hierarquias de gênero operam nas operações de paz da ONU, e ter como resultado a promoção de questionamentos e problematizações acerca do anseio onusiano pelo aumento quantitativo de mulheres que participam das tropas de operações de paz (*peacekeepers*), utilizando a Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO)⁶ como estudo de caso. Sendo assim, conforme mencionado, as considerações a serem elaboradas para estabelecer as bases teóricas do estudo possuirão caráter feminista crítico de segurança, de modo a problematizar o papel do *gender balancing* na desestabilização dos padrões de gênero presentes nas operações de paz, a partir do caso que será estudado.

Deste modo, a presente dissertação toma o seguinte questionamento como ponto de partida: A partir da análise sobre o caso da MONUSCO, qual é o papel do aumento do contingente militar feminino em operações de paz no processo de desestabilização dos padrões de gênero que estruturam tais ambientes militarizados? Para respondê-lo, o argumento desenvolvido pela pesquisa será que, apesar de promoverem o aumento quantitativo de mulheres que participam de tropas militares das operações de paz da ONU, as políticas de *gender balancing* não proporcionam uma alteração significativa nos padrões e nas expectativas

⁶ Implementada no ano de 2010, a missão foi elaborada como forma de substituir a Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUC), cujo início remete ao ano de 1999. O principal intuito inicial da criação da MONUC seria o fornecimento de suporte ao processo de cessar-fogo entre o governo congolês e os considerados rebeldes, assim como afastar o envolvimento de outros Estados no conflito (MONUSCO, 2022). A partir de desenvolvimentos oriundos da intervenção e de atualizações sobre a situação da República Democrática do Congo, como as eleições no ano de 2006, a MONUC foi substituída pela MONUSCO. A nova operação de paz permitiu com que as tropas fizessem o uso de todos os meios necessários para a consolidação da estabilidade na região (UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL, 2010), legitimando o uso da força na missão.

impostas sobre gênero devido à própria natureza da militarização, formulada sob um sistema e práticas patriarcais.

Para tal, é necessário esclarecer que os padrões de gênero podem ser compreendidos a partir de expectativas impostas sobre os gêneros em um modelo binário (feminino/masculino), a partir da associação de qualidades dicotômicas. Tais padrões também podem ser classificados como estereótipos de gênero, (re)produzindo dicotomias presentes no discurso tradicional que associa qualidades consideradas menos valorizadas ao que é abordado como feminino, e mais valorizadas ao que é considerado masculino, como na esfera fraco/forte e pacífico/violento, fazendo referência à dicotomia feminino/masculino, respectivamente (HOOPER, 2001).

Neste sentido, a discussão que envolve as fundamentações de cunho patriarcal da militarização engloba tanto a produção do conhecimento no âmbito público como a criação das instituições terem sido formuladas por homens, sendo possível tomar como exemplo o caso da própria ONU. As conferências de Moscou (1941), Dumbarton Oaks (1944) e Ialta (1945), que estabeleceram as bases da ONU, foram presididas e constituídas por homens na posição de líderes mundiais, corroborando o argumento sobre a natureza masculinizada das instituições, desde sua criação. Ao abordar a masculinização como um pilar institucional militar, por exemplo, também se torna relevante destacar as dinâmicas de gênero advindas da militarização, como demonstrações de poder a partir da valorização do que é considerado masculino e inferiorização do que seria feminino no meio militar - no caso da dissertação, especificamente nas operações de paz.

Os padrões de gênero aplicados ao meio militar fomentam expectativas sobre as mulheres e sobre como se comportam ou como deveriam se comportar em um ambiente militarizado, sobretudo associando-as à pacificidade e fraqueza, em contraste dicotômico às associações dos homens à violência e à força (HOOPER, 2001; SIMIĆ, 2010). Ademais, de modo a ilustrar a estrutura masculinizada da militarização, a contribuição de Sanna Strand (2022) expõe a segregação nos corpos das mulheres combatentes no ambiente militar ao abordar os próprios uniformes militares e o atraso – proposital – em adaptá-los a esses corpos, sobretudo aos corpos de mulheres grávidas, que não são associadas pela sociedade liberal à militarização.

As mulheres – que diferentemente dos homens militares são entendidas como controladas pelo seus próprios corpos, necessidades e emoções, em vez de possuírem controle sobre eles – são dificilmente consideradas como boas para serem soldados. (STRAND, 2022, p. 2, tradução nossa)⁷

⁷ No original: *Women – who unlike military men, are presumed to be controlled by, rather than in control over, their bodies, urges, and emotions – have rarely been considered good soldier material*

Deste modo, o argumento a ser construído abordará que a promoção de maiores contingentes de *peacekeepers* mulheres, fomentada por políticas de *gender balancing*, introduzidas na ONU a partir da Resolução 1325 no ano 2000, não desestabiliza as expectativas/os estereótipos de gênero que são criados e difundidos no âmbito de ambientes militarizados, como as operações de paz, uma vez que se compreende a própria estrutura da militarização como genderizada.

JUSTIFICATIVA

Ao mobilizar uma teoria com baixa visibilidade no campo das Relações Internacionais (RI), este estudo é relevante para estimular a valorização e desmarginalização da produção de conhecimento teórico feminista crítico na disciplina. Conforme exposto por Enloe (2013), a falta de reconhecimento às opiniões e argumentações emitidas por mulheres, assim como a necessidade de adaptação daquelas que conseguem se inserir no âmbito público aos padrões sociais patriarcais e masculinizados, configuram um contexto de escassez da representatividade feminina no meio acadêmico das RI. A mobilização teórica feminista no campo das RI evidencia essa escassez e a reconhece como lacuna acadêmica: “as Relações Internacionais não tem, historicamente, se atentado a gênero, poder ou processos sociais [...]” (SHEPHERD, 2014, p.104, tradução nossa)⁸. Deste modo, a elaboração de pesquisas acadêmicas pautadas em teorias feministas promove maior visibilidade às mulheres como produtoras de conhecimento (TICKNER; SJOBERG, 2013).

A marginalização teórica feminista no campo das RI amplia-se também aos estudos de segurança da disciplina, sobretudo ao abordar as operações de paz da ONU (HENRY, 2019). Ao reconhecer o afastamento à temática de gênero na produção acadêmica quanto às missões de paz onusianas, Karim (2017) argumenta que a neutralidade teórica tradicional prejudica percepções sobre a efetividade das intervenções. Uma vez que grande parte da literatura não reconhece as experiências de mulheres *peacekeepers* como específicas e desiguais às dos homens na mesma função, é possível que ocorram omissões quanto aos resultados das operações de paz, quanto aos obstáculos impostos a essas mulheres, e quanto aos efeitos

⁸ No original: “*International relations has not, historically, been attentive to gender, power or social processes [...]*”.

produzidos à população local (KARIM, 2017).

Outro ponto de relação ao incentivo à produção acadêmica feminista na disciplina de RI retoma a exposição das lacunas presentes nas teorias tradicionais. Ao deixar de abordar gênero, a partir do argumento de que a produção do conhecimento acadêmico é neutra, teorias tradicionais acabam por provocar silenciamentos sobre as experiências de mulheres no âmbito público, confirmando o argumento de Enloe (2013) sobre a baixa credibilidade acreditada às mulheres. Deste modo, e conforme retratado por Laura Sjoberg (2016), conclui-se que a suposta “neutralidade teórica” quanto ao gênero não deixa de ser genderizada⁹.

Ademais, ao promover questionamentos acerca de políticas voltadas para mulheres e sua inserção em ambientes militarizados, especificamente nas operações de paz da ONU, a pesquisa contribui para evidenciar desigualdades de gênero na esfera institucional militar. A relevância em expor tais assimetrias consiste na construção de um contraponto à argumentação liberal de que o aumento na quantidade de mulheres nas tropas de operações de paz promoveria maior pacifismo aos locais das operações, seja pela prevenção da violência sexual, seja pelo equilíbrio proporcionado aos colegas *peacekeepers* homens (SIMIC, 2010). De modo a contrapor tais expectativas impostas sobre essas mulheres, assim como promover visibilidade à complexidade das relações de poder que envolvem o gênero no ambiente militar, a pesquisa proposta pela dissertação se faz relevante.

Por fim, como contribuição social, esta pesquisa visa a promover maior visibilidade às mulheres em situações de conflito e pós-conflito, especificamente como combatentes, e evidenciar os obstáculos que ainda existem na esfera institucional. A transposição das fronteiras que separam teoria e prática permite que a relação entre a teoria feminista e o movimento feminista seja fluida, de modo ser possível uma transferência de conhecimento entre ambas.

Além disso, ao questionar o *gender balancing* e contemplar a participação de mulheres como *peacekeepers* nas operações de paz, sobretudo ao desenvolver uma pesquisa de caráter feminista crítico, há uma busca por fomentar maior aprofundamento ao debate sobre como as hierarquias de gênero moldam a sociedade de modo geral. Ao expor as hierarquias e estruturas genderizadas que desenvolvem e são desenvolvidas pela sociedade liberal, como as expectativas impostas sobre o gênero e suas consequentes marginalizações sociais, a dissertação promoverá uma contribuição social que possibilitará evidenciar segregações

⁹ O termo “genderizado” será utilizado de modo a identificar fenômenos que são atrelados ao gênero. Desta forma, ao evidenciar que uma argumentação teórica é genderizada, compreende-se que esta não pode ser considerada substancialmente neutra quanto à temática de gênero.

embasadas pelas desigualdades de gênero.

OBJETIVOS

Esta dissertação tem como objetivo principal analisar a mobilização do *gender balancing* no processo de desestabilização dos padrões de gênero das operações de paz da ONU, utilizando a MONUSCO como estudo de caso. Como objetivos específicos, esta pesquisa visa a: (I) estabelecer os fundamentos teóricos do feminismo crítico dos estudos de segurança e aplicá-lo às dinâmicas de gênero englobadas no processo de militarização, especificamente nas operações de paz da ONU; (II) discutir as principais alterações nas operações de paz da ONU impulsionadas pelo fim da Guerra Fria, com destaque à multidimensionalidade das missões, e analisar as origens e compreender os fundamentos do desenvolvimento de políticas de gênero – *gender mainstreaming* e *gender balancing* – para as operações de paz da ONU; (III) apresentar e contextualizar historicamente a MONUSCO, de forma a identificar a aplicação de políticas de *gender balancing* na operação; e (IV) analisar se o aumento quantitativo de mulheres militares nas operações de paz da ONU desmobiliza a desigualdade de gêneros nestes ambientes militarizados, a partir da análise sobre a MONUSCO.

PERSPECTIVA TEÓRICA

Conforme mencionado anteriormente, a dissertação possui como referencial teórico o feminismo, especificamente a vertente que aborda os estudos feministas críticos de segurança. Ao situar a teoria feminista no campo da disciplina das Relações Internacionais (RI), suas origens remetem ao período que engloba as décadas de 1980 e 1990 (TICKNER; SJOBERG, 2013). É relevante salientar que o feminismo como teoria de RI deve ser compreendido de forma plural, uma vez que incorpora diversas vertentes que emergiram a partir de diferentes experiências em diferentes contextos históricos (APPOLINÁRIO; GONÇALVES, 2020).

Apesar dos feminismos serem relativamente recentes no âmbito da disciplina de RI, sua presença pode ser identificada no cenário internacional desde meados do século XVIII, com a proposta da Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã por Olympe de Gouges, no ano de 1791 (BEAUVOIR; PARSHLEY, 1956), e a publicação do livro de Mary Wollstonecraft,

denominado *Vindication of the Rights of Woman*, no ano seguinte (SANDERS, 2006).

Assim como a localização histórica do movimento feminista e de suas contribuições para a formulação do pensamento moderno antecipam sua institucionalização na disciplina, as contribuições feministas sobre segurança também são enraizadas e desenvolvidas em período que antecede sua adesão e reconhecimento nas RI (SJOBERG, 2016). Esta vertente teórica tem como um de seus objetivos principais ressignificar conceitos tradicionalmente estabelecidos por teorias tradicionais de Relações Internacionais, inclusive o próprio conceito de (in)segurança e suas implicações (COHN, 2011; BASU, 2013). Além disso, críticas também são formuladas acerca da falta dos estudos sobre gênero nas teorias do campo de Relações Internacionais, o que aponta o aspecto genderizado da disciplina (SJOBERG, 2016).

A ressignificação de conceitos é um dos pontos explorados pelas teorias feministas, de modo a incluir a participação de mulheres na formulação do pensamento acadêmico. É argumentado que a universalidade teórica e interpretativa defendida pelos teóricos tradicionais deve ser refutada, sob a justificativa de que os conceitos (re)conhecidos foram formulados a partir das experiências dos homens no âmbito público (TRUE, 2005). Deste modo, surge o anseio feminista pela ressignificação.

A abordagem crítica dos estudos de segurança, por exemplo, retoma definições sobre segurança e insegurança, de forma a destacar a relevância da inclusão do indivíduo e de suas experiências nos termos de análise (BUZAN; HANSEN, 2009). Nesse sentido, o discurso e os pequenos gestos ganham significado no processo de formulação de ações políticas (ENLOE, 2016a; GUILLAUME & HUYSMANS, 2018). Deste modo, ao aplicar a lente de análise feminista crítica dos estudos de segurança à temática abordada na dissertação, narrativas formuladas sobre medidas que visam ao *gender balancing* nas operações de paz da ONU tornam-se relevantes. A inserção de mulheres nas operações de paz, ao abordar exclusivamente o caso das *peacekeepers*, deixa de ser analisada apenas de modo superficial, a partir de dados quantitativos. O foco da pesquisa é, portanto, enquadrado de modo a compreender relações de poder, de gênero e dinâmicas hierárquicas no meio militarizado, além de propor questionamentos acerca da própria militarização.

Ao identificar as operações de paz da ONU como intervenções internacionais que promovem espaços militarizados como forma de ajuda humanitária, é possível formular reflexões sobre o que é a militarização e como ela é difundida. A Carta da ONU, documento que rege a instituição desde 1945, versa, em seu artigo 45, sobre a promoção de medidas militares:

A fim de habilitar as Nações Unidas a tomarem medidas militares urgentes, os membros das Nações Unidas deverão manter imediatamente utilizáveis, contingentes das forças aéreas nacionais para a execução combinada de uma ação coercitiva internacional (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945).

O caráter humanitário das intervenções advém da busca pela manutenção da paz e da segurança internacional, conforme abordado no artigo 43 da Carta:

Todos os membros das Nações Unidas, a fim de contribuir para a manutenção da paz e da segurança internacionais, se comprometem a proporcionar ao Conselho de Segurança, a seu pedido e de conformidade com o acordo ou acordos especiais, forças armadas, assistência e facilidades, inclusive direitos de passagem, necessários à manutenção da paz e da segurança internacionais (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945).

A militarização é, portanto, delineada como um método a ser utilizado para garantir a manutenção da paz e da segurança internacional, nos padrões liberais. De modo a compreender o que é configurado como militarização, a partir de uma visão feminista crítica dos estudos de segurança, propõe-se a definição elaborada por Cynthia Enloe (2016b), na qual é compreendida como o processo que permite a disseminação de valores militaristas, que se tornam normalizados a partir de sua reprodução no cotidiano. Tal definição reitera o significado dos pequenos gestos na elaboração de ações políticas, além de trazer o aspecto da normalização e, portanto, legitimação da propagação de valores militaristas; o que pode ser relacionado à possibilidade de intervenção militar por meio das operações de paz, legitimada no âmbito da Carta da ONU.

Apesar de destacada a contribuição de Enloe como fundamental para o desenvolvimento do pensamento feminista crítico a respeito do assunto, outras colaborações também devem ser pontuadas para a construção do que é a militarização e de que forma ela se comporta a partir de ideais liberais. A concepção da militarização como essencial para assegurar o afastamento de ameaças, e a consequente manutenção da paz e da segurança internacional, defendidas pela ONU, ocorre por meio de valores militaristas que configuram “o outro” como algo ou alguém a ser combatido ou detido (BASHAM, 2018).

O intervencionismo propagado pelas operações de paz torna-se, a partir da teoria, passível de críticas, como realiza Anne Orford (2003) ao questionar o humanitarismo e o uso da força. Quem define “o outro”? Por quê “o outro” deve ser afastado e o que faz dele uma ameaça? De que forma os *peacekeepers* são construídos como os “heróis” humanitários e como o uso da linguagem pode refletir na propagação da (in)segurança na sociedade liberal?

De modo a realizar a proteção perante ao “outro”, que é construído como ameaça,

medidas militarizadas são implementadas visando a isolar o disruptor do sistema, mediante ao uso da violência¹⁰. No caso das operações de paz, a violência pode ou não ser acompanhada do uso da força, que é tratado como excepcionalidade, uma vez que só deve ser perpetrado com o objetivo de legítima defesa ou caso autorizado pelo CSNU (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945). Deste modo, é identificado o uso do discurso sobre o que é condicionado como excepcional para a construção da segurança para a sociedade liberal (LUTZ, 2014).

A segurança internacional e a manutenção da paz são, portanto, produto da reprodução de inseguranças por parte do ambiente militarizado liberal, como no caso da identificação do “outro” e da mobilização de intervenções para afastá-lo, de modo a retroalimentar a necessidade de proteção por parte da população (BASHAM, 2018).

Nesse sentido, ao abordar o uso da força e o intervencionismo sob a ótica de contribuições teóricas feministas críticas de segurança, é possível realizar uma análise que aborda as operações de paz da ONU como produtora e reprodutora de políticas e práticas militarizadas e, conseqüentemente, formuladas a partir de uma estrutura hierárquica de gênero. A partir disso, as premissas levantadas com base na teoria serão utilizadas de forma a permitir com que questionamentos sejam realizados quanto às políticas de *gender balancing* e possíveis alterações nos padrões de gênero existentes no âmbito das missões de paz da ONU.

METODOLOGIA

Como abordagem metodológica, será realizado um estudo de caso sobre a MONUSCO, operação que teve início no ano de 2010 e segue em implementação, utilizando as contribuições relativas à estruturação e fundamentação de estudos de caso desenvolvidas por John Gerring (2007) como referência. A escolha desta missão como estudo de caso justifica-se pela possibilidade de analisar o aumento na quantidade de mulheres nas tropas de operações de paz em um recorte temporal que se inicia em período posterior à elaboração da Resolução 1325, que incluiu a Agenda MPS na ONU.

Implementada no ano de 2010, a MONUSCO converge com o marco de dez (10) anos desde a introdução do tema na agenda do CSNU, e alcança a contemporaneidade uma vez que a missão permanece em vigor, no ano de 2022. Além da relevância cronológica para analisar o *gender balancing* e seus efeitos na desestabilização dos padrões de gênero nas operações de paz da ONU, a MONUSCO possui destaque por também ser classificada como uma das missões

que possuem o maior teor de violência física na atualidade, incluindo denúncias de violência sexual no local de atuação (KREFT, 2016). A qualificação da missão como perigosa, a partir dos altos índices de denúncias de violência sexual, também será consideravelmente relevante para a análise dissertativa, uma vez que introduz a discussão sobre a alocação de mulheres *peacekeepers* para operações consideradas perigosas pelo CSNU, tornando a pesquisa mais completa e expondo as formas de funcionamento do *gender balancing*, assim como suas possíveis limitações.

Deste modo, a pesquisa possuirá natureza exploratória e qualitativa, justificada a partir do desenvolvimento sobre o caso apresentado de forma a explicitar uma estrutura comum às operações de paz, e fomentar questionamentos acerca da maior inclusão e participação de mulheres nesse meio. Apesar do caráter qualitativo predominante na dissertação, o levantamento de dados quantitativos também será relevante para compreender as dinâmicas e os processos que envolvem a participação de mulheres nos contingentes militares das operações de paz.

Para o desenvolvimento da dissertação, foram utilizadas obras bibliográficas majoritariamente compostas por artigos acadêmicos e livros. Nestas, o enfoque teórico em destaque é constituído por teorias críticas de segurança, com ênfase sobre as teorias feministas no campo. Além disso, também foram utilizadas fontes advindas de sites institucionais da Organização das Nações Unidas para contemplar dados informativos - tanto qualitativos como quantitativos - sobre a missão de paz abordada.

Para situar historicamente a MONUSCO e as operações de paz da ONU sob a luz da teoria feminista crítica de segurança, além de mobilizar literaturas teóricas acadêmicas para embasar a perspectiva de análise, também foram examinados documentos emitidos pela instituição, como resoluções emitidas pelo CSNU. Visando a sustentar o argumento proposto para a dissertação, e expondo as lacunas provenientes do *gender balancing* na desestabilização do ambiente masculinizado das operações de paz, o método a ser utilizado para analisar os documentos oficiais emitidos pela ONU consistirá em uma análise de conteúdo, propondo complementar o caráter exploratório da pesquisa, assim como promover uma análise sistemática dos materiais selecionados (BARDIN, 2011). Deste modo, além de propor uma análise sobre um rol de resoluções que configuram a Agenda Mulheres, Paz e Segurança (MPS), com destaque à Resolução 1325 (UNSC, 2000b) que inaugurou a agenda, também foram analisadas 6 (seis) resoluções¹⁰ que configuram os mandatos de implementação e reformulação da

¹⁰ As seis resoluções consistem na Resolução 1279 (UNSC, 1999), na 1291 (UNSC, 2000a), na 1493 (UNSC, 2003), na 1925 (UNSC, 2010), na 2409 (UNSC, 2018), e na 2612 (UNSC, 2021a), especificamente.

MONUC e da MONUSCO, além de um relatório emitido pelo Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a missão.

A análise sobre o conteúdo dos documentos mencionados terá como objetivo principal identificar avanços, obstáculos e possíveis reformulações nas políticas de *gender balancing* implementadas pelo CSNU no âmbito das missões de paz, com destaque à MONUSCO. Será igualmente relevante para a pesquisa a identificação de dados quantitativos sobre a participação de *peacekeepers* mulheres na MONUSCO, operação considerada perigosa devido aos altos índices de violência sexual no local da missão. Ademais, ao considerar uma lente teórica feminista crítica, o discurso também deverá ser analisado no âmbito das Resoluções, de modo compreender a narrativa utilizada para legitimar a inserção de mulheres em ambientes militarizados, assim como os possíveis estereótipos de gênero envolvidos nesta narrativa.

Como o estudo a ser redigido possuirá caráter crítico, tanto a presença quanto a ausência de materiais serão considerados relevantes, podendo apontar lacunas na produção de conhecimento e/ou pouca atenção da academia aos gestos considerados triviais. A importância de estudar os significados e as narrativas da trivialidade e da rotina é bem desenvolvida por Enloe (2016b), e pretende-se incluir esta forma de análise na pesquisa da dissertação devido à sua essencialidade para o desenvolvimento da teoria utilizada.

ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A pesquisa foi segmentada, para além da Introdução e Conclusão, em três distintos capítulos. O primeiro capítulo consiste na contextualização teórica e conceitual acerca das operações de paz e da promoção da militarização, utilizando a teoria feminista crítica dos estudos de segurança como base. Também foram estabelecidos os principais conceitos e questionamentos a serem abordados ao longo da dissertação, sobretudo enquadramentos teóricos que envolvem gênero, masculinidades e expectativas impostas sobre gênero. Dessa forma, o capítulo fornece a fundamentação necessária para desenvolver uma análise crítica sobre as operações de paz e o *gender balancing*.

No segundo capítulo, foi elaborada uma exposição sobre as principais alterações nas operações de paz da ONU fomentadas a partir do fim da Guerra Fria, com enfoque à emergência de missões multidimensionais. Neste contexto, também foram discutidas as origens de políticas de *gender mainstreaming* aplicadas às instituições internacionais e apresentadas críticas sobre

as lacunas advindas de tal ferramenta. Além disso, foi promovida uma análise sobre as medidas de *gender balancing* na agenda de Mulheres, Paz e Segurança, a partir de resoluções emitidas pelo CSNU e uma perspectiva feminista crítica. A partir disso, foi dado enfoque à elaboração de tais políticas voltadas para as operações de paz da organização, e seu desenvolvimento ao longo do recorte temporal abordado (2000-2020).

Por último, o capítulo final da dissertação contempla a contextualização da MONUSCO, fazendo referência às suas origens a partir da MONUC, seus objetivos, seus obstáculos e suas principais características, como o uso da força. O capítulo abordará brevemente sobre a temática do uso da força a partir de uma análise crítica, relacionando-a aos conceitos de responsabilidade ao proteger e responsabilidade de proteger. Por fim, ao contextualizar a MONUSCO à luz dos estudos feministas críticos de segurança, este capítulo busca compreender de que modo se dá a relação entre as políticas de maior adesão de mulheres *peacekeepers* às operações de paz da ONU, promovidas a partir do *gender balancing*, e o processo de alteração nos padrões de gêneros desses ambientes militarizados, apontando as possíveis lacunas e silenciamentos existentes.

1 AS INTERVENÇÕES INTERNACIONAIS ATRAVÉS DOS OLHARES FEMINISTA CRÍTICO

Ao discorrer sobre as intervenções internacionais, com destaque às operações de paz da Organização das Nações Unidas (ONU), muito se discute a respeito do anseio de membros da comunidade internacional por intervir em locais considerados inseguros, de modo a promover sua paz e estabilidade (FAGANELLO, 2013; ANDRADE & HAMANN & SOARES, 2019). Deste modo, desde o ano de 1947, a partir do marco da implementação da primeira missão – o Comitê Especial das Nações Unidas para os Bálcãs (UNSCOB) -, a ONU passou a organizar intervenções internacionais com o objetivo de garantir a manutenção da paz a nível global. Apesar de ser identificado um objetivo comum às operações de paz, é relevante expor que existem especificidades quanto às suas finalidades, ao considerar as circunstâncias dos conflitos para os quais são implementadas.

Originalmente, as missões de paz da ONU atuavam no movimento de mediação (*peacemaking*¹¹) e encerramento de conflitos (*peacekeeping/peace enforcement*), entretanto, é necessário reconhecer que, apesar da busca pela paz ser um objetivo comum e tradicional às operações, estas passaram por alterações com o passar dos anos, adquirindo caráter multidimensional, isto é, abarcando em seu escopo questões que abordam não apenas o cessar-fogo, mas a busca pelas origens dos conflitos e formas de evitá-los (VALENÇA, 2014).

Esta alteração provocada nos padrões das operações de paz pode ser melhor compreendida ao situá-la ao contexto internacional ao qual passou a ganhar força: o período que sucedeu a Guerra Fria. A década de 1990 foi marcada pelo período de encerramento das tensões que poderiam culminar em uma guerra nuclear entre os Estados Unidos (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), as grandes potências que provocaram uma ordem mundial bipolar após o fim da Segunda Guerra Mundial (pós-1945). Desta forma, fez-se fundamental a promoção de discussões internacionais envolvendo temas referentes à segurança coletiva, de modo a garantir maior estabilidade. A partir disto, a década de 1990 também passou a ser denominada “década das conferências”, uma vez que contou com diversas

¹¹ A categorização das operações de paz da ONU como *peacemaking*, *peacekeeping*, *peace enforcement* e *peacebuilding* reflete os principais objetivos e meios utilizados para a manutenção dos conflitos nas intervenções. De acordo com Andrade, Hamann e Soares (2019), é possível associar missões de negociação e mediação como *peacemaking*; missões de cunho militar para cessar conflitos como *peacekeeping*; missões que fazem uso da força para encerrar conflitos como *peace enforcement*; e missões que dão enfoque às raízes do conflito e formas de garantir a paz como *peacebuilding*. É relevante ressaltar que tal categorização, porém, não é rígida de modo a ser única a cada missão de paz; sendo possível, portanto, a transposição e simultaneidade de mais de uma categoria ocorrendo em uma mesma missão de paz (ANDRADE & HAMANN & SOARES, 2019).

conferências internacionais, inclusive no âmbito da ONU, para a promoção do diálogo e da cooperação interestatal em diversos níveis (LINDGREN-ALVES, 2018).

No âmbito dos debates internacionais da década de 1990, a agenda discutida extrapolou as fronteiras do que era tradicionalmente abordado no campo das Relações Internacionais (RI). A possibilidade de instauração de uma nova ordem multilateral no contexto pós-bipolar permitiu com que a “alta política” (*high politics*) não possuísse mais exclusividade na agenda de discussão, tornando o enfoque das negociações aos temas que englobassem novas abordagens de cooperação internacional: os denominados “novos temas” (LINDGREN-ALVES, 2018). Dentre os temas considerados inovadores para o período, alguns passaram a integrar uma nova configuração da agenda da ONU, como no caso do desenvolvimento sustentável que foi questão fundamental debatida durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no ano de 1992 – também denominada Rio-92; do terrorismo e dos Direitos Humanos traduzidos pela Declaração de Viena sobre os Direitos Humanos, em 1993; do desenvolvimento social abordado durante a Cúpula de Copenhague em 1995; dentre outros¹² tópicos que passaram a compor a agenda da Organização na emergência da década de 1990 (LINDGREN-ALVES, 2018).

Estes temas passaram a integrar agendas sociais, culturais e econômicas no debate político internacional, dando maior visibilidade a assuntos que seriam configurados como secundários na situação de ameaça nuclear da Guerra Fria. Neste cenário, para compreender a multidimensionalidade das operações de paz mais contemporâneas torna-se essencial destacar um fenômeno já existente, mas que se fortaleceu devido à emergência da nova agenda internacional: o humanitarismo.

Na década de 1990, três crises humanitárias internacionais – situadas na Somália, na Bósnia, e em Ruanda¹³ – impulsionaram uma maior visibilidade ao humanitarismo, assim como evidenciaram a necessidade de a ONU reorganizar as operações de paz, de modo a contemplar maior proteção à equipe e aos civis, melhor orientando aqueles responsáveis pelas missões (FAGANELLO, 2013). Deste modo, a partir de uma conjuntura internacional que possibilitou

¹² Devido à amplitude de temas emergentes após o fim do cenário de Guerra Fria, assim como as diferentes conferências internacionais que ocorreram no âmbito da ONU, os debates internacionais mencionados são apenas uma parcela do que é configurado como a “nova agenda” da Organização da década de 1990. Deste modo, para maior aprofundamento acerca dos “novos temas”, assim como seus desdobramentos e programas de ação, consultar Lindgren-Alves (2018).

¹³ Para maiores informações sobre o histórico das crises humanitárias da década de 1990 – Somália, Bósnia e Ruanda -, assim como a atuação da ONU nas operações de paz implementadas em cada um destes Estados, consultar Faganello (2013).

evidenciar os conflitos de caráter humanitário, diante do fim da Guerra Fria, “novas”¹⁴ formas de manifestar a guerra colocaram em destaque a necessidade de alterar os padrões das operações de paz até já existentes, justificando seu novo caráter multidimensional.

Ainda nos anos 90, mais especificamente no ano de 1993, a ONU promoveu a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, de modo a reforçar a centralidade do tema nas discussões internacionais (LINDGREN-ALVES, 2018). Além disso, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) ressignificou o conceito de segurança internacional, ampliando seu escopo a partir da emissão do relatório, no ano de 1994, que passou a introduzir a segurança humana como relevante para a estabilidade internacional, destacando temas como a pobreza para justificar a emergência de contextos inseguros (ESTEVES; CARVALHO, 2011).

A ascensão de discussões internacionais relativas à segurança humana foi facilitada pelo fenômeno da globalização, que permitiu, através do discurso, promover teor de transnacionalidade e, desta forma, atrair o engajamento de atores de diferentes níveis (MATO, 2001). Hopenhayn (2001) argumenta que tal discurso, propagado a partir da mídia e dos meios de comunicação de modo geral, é potencializado pelos avanços tecnológicos que permitem maior velocidade e extensão de divulgação: “E na nova fase da globalização, tal circulação se multiplica exponencialmente, ultrapassa as fronteiras espaciais e os limites do tempo: as mensagens circulam globalmente em tempo real (HOPENHAYN, 2001, p. 80, tradução nossa)¹⁵”.

Apesar disso, o autor aponta como relevante destacar a assimetria presente entre os emissores e os receptores das informações transmitidas a nível global através da mídia, considerando também a detenção dos meios de produção da indústria cultural e a subordinação àqueles que a detém. Neste cenário, Hopenhayn (2001) argumenta que as assimetrias também reverberam sobre os símbolos, que são configurados e repassados pelos que possuem propriedade sobre os meios de transmissão da indústria cultural.

Foi a partir desta configuração internacional marcada pelo fim da Guerra Fria, pela emergência de novos temas na agenda de discussões internacionais, pela necessidade de

¹⁴ Para fins deste trabalho dissertativo, a opção pelo uso de aspas pode possuir caráter estilístico crítico, possibilitando o questionamento sobre alguns conceitos. No caso em questão, optou-se por evidenciar o termo “novas”, de modo a referenciar as discussões que envolvem a originalidade acerca das denominadas “novas guerras”, abordadas por Mary Kaldor (2012). Alguns teóricos no âmbito das Relações Internacionais, como Newman (2004), problematizam o uso do termo, afirmando que tais manifestações de guerra categorizadas como novas já existiam anteriormente, e que apenas ganharam maior notoriedade na década de 1990.

¹⁵ No original: “*Y en la nueva fase de la globalización, dicha circulación se multiplica exponencialmente, rebasa las fronteras espaciales y los límites en el tiempo: los mensajes circulan globalmente a tiempo real.*”.

expansão dos objetivos das operações de paz, pela maior visibilidade às crises de caráter humanitário, pela emergência dos Direitos Humanos, pelos avanços tecnológicos e de comunicação impulsionados pela globalização, e por redefinições acerca da (in)segurança que os feminismos surgem de forma institucionalizada na disciplina de Relações Internacionais. A partir disso, tornou-se possível a introdução de análises sob lentes de gênero no campo das RI, incluindo formas alternativas de perceber, por exemplo, as intervenções internacionais mencionadas ao longo deste capítulo, de modo a localizar as mulheres e o gênero no debate.

Desta forma, após esta breve introdução sobre as operações de paz, assim como as mudanças identificadas no cenário internacional pós-Guerra Fria que possibilitaram a emergência de novos temas que ampliam a agenda de segurança internacional para além do foco na sobrevivência dos Estados, o presente capítulo se utilizará de uma abordagem teórica feminista dos estudos de segurança para abordar as dinâmicas de gênero no meio militar. Sendo assim, a primeira seção deste capítulo possuirá caráter teórico, de modo a situar a teoria feminista crítica na disciplina de RI, evidenciando o gênero como uma importante categoria a ser analisada ao pensar as operações de paz. Na segunda seção, serão realizados questionamentos e reflexões acerca da militarização com enfoque às intervenções internacionais, aplicando a teoria abordada na seção anterior.

1.1 Os estudos feministas e as Relações Internacionais

Conforme discutido, a disciplina e os estudos de Relações Internacionais (RI) passaram a agregar contribuições teóricas feministas no período que abarcou as décadas de 1980 e 1990 (TICKNER; SJOBERG, 2013). Foi abordado que o contexto internacional da época havia sido permeado por crises humanitárias que possuíram destaque entre a comunidade internacional e, neste sentido, é relevante realçar que a necessidade de discutir gênero na disciplina adveio a partir da visibilidade fornecida aos casos de violência sexual utilizada como arma de guerra¹⁶, sobretudo nos conflitos que envolviam a limpeza étnica (NOGUEIRA; MESSARI, 2005), como no caso de Ruanda, no ano de 1994.

Ao tratar sobre gênero, é primordial que esta dissertação especifique de que modo este conceito é manifestado. Uma das possíveis formas de analisar o gênero, assim como suas

¹⁶ O estupro utilizado como arma de guerra é categorizado como crime humanitário e, de modo a melhor compreender sobre seus aspectos facilitadores e suas consequências, consultar Carly Brown (2012).

estruturas e hierarquias, envolve noções sobre o que é poder e como ele é politicamente inserido na sociedade. Essa discussão é desenvolvida por Enloe (2014), ao relacionar expectativas de feminilidade sobre meninas e mulheres às dinâmicas de poder promovidas por instituições políticas. Reconhecer a relevância do poder nas relações sociais – e das assimetrias que dele emergem – para a construção de símbolos, linguagem e imagens é essencial para questionar conceitos perpassados como premissas, inclusive no meio acadêmico das Relações Internacionais. Neste sentido, localizar a origem dessas construções discursivas torna-se fundamental para situar onde e com quem se encontra o poder, e de que forma ele atua nas relações que envolvem gênero – explícita ou implicitamente.

Identificar construções formuladas pelos detentores de poder permite, portanto, evidenciar o gênero e suas especificidades como socialmente construídos. Deste modo, a leitura feminista desta pesquisa propõe que as expectativas de gênero categorizam certo grau de associação entre o gênero e o sexo: “Diferenças de gênero socialmente construídas são baseadas em relacionamentos socialmente sancionados e desiguais entre homens e mulheres, que reforçam conformidade com a superioridade declarada dos homens.” (TICKNER, 1992, p. 6, tradução nossa)¹⁷. Ao mesmo tempo, destaca-se que as próprias concepções sobre sexo e o que é categorizado como biológico também são socialmente construídas a partir de políticas de poder (ENLOE, 2014). Deste modo, ao considerar categorias tradicionalmente compreendidas como premissas e evidenciá-las como fonte de questionamento – como o que classifica gênero e sexo e as construções de poder que permeiam tais associações – a presente pesquisa parte de uma abordagem feminista que identifica o gênero e o sexo como construções de cunho político e, portanto, fundamentadas a partir de relações de poder, e que, por serem frutos de uma construção, tornam-se passíveis de variações, não devendo ser qualificadas como conceitualmente imutáveis.

Apesar disto, é relevante ressaltar as possibilidades que envolvem a categoria de gênero para além desta a ser utilizada nesta dissertação. A contribuição teórica desenvolvida por Butler (1999), por exemplo, também consiste na fundamentação de que gênero não deve ser considerado como fixo, mas afasta-se da abordagem de Tickner (1992) e Enloe (2014) sobre a associação com o sexo. Na visão de Butler (1999), o gênero não é manifestado, necessariamente, de modo atrelado à binaridade dos sexos. Inclusive, compreende-se que o gênero, por ser uma categorização construída pela sociedade de modo a anteceder noções sobre

17 No original: “Socially constructed gender differences are based on socially sanctioned, unequal relationships between men and women that reinforce compliance with men's stated superiority.”.

o que seria o sexo, pode ser manifestado tanto no âmbito da cultura, quanto na esfera do discurso (BUTLER, 1999).

Se, por um lado, é possível compreender sexo e gênero como categorias dissociáveis, ao identificar a construção cultural acerca do que é compreendido como gênero como variável e fluido, por outro, existem contribuições teóricas feministas que atribuem ao gênero uma relação inerente ao sexo, e a como o sexo é construído e compreendido pela sociedade (SCOTT, 2010). Deste modo, o termo, assim como seus distintos significados e interpretações que variam a partir de perspectivas, contextos e experiências que compõem uma elaboração teórica feminista, permite um leque de reflexões, conforme descritas por Joan Scott (2010):

O termo “gênero” abriu uma vasta quantidade de questionamentos analíticos acerca de como e sob quais condições diferentes papéis e funções tem sido definidas para cada sexo; como os próprios significados das categorias “homem” e “mulher” variam de acordo com o período temporal, o contexto e o local; como as normas que regulam o comportamento sexual foram criadas e reforçadas; como questões que envolvem poder e direitos atuaram nas definições de masculinidade e feminilidade; como estruturas simbólicas afetaram as vidas de pessoas comuns; como identidades sexuais foram construídas através de e contra prescrições sociais. (SCOTT, 2010, p. 9, tradução nossa)¹⁸

Ao considerar a possibilidade de compreender um conceito a partir de diferentes perspectivas, conforme levantado ao discutir as diferentes abordagens sobre a categoria gênero, é fundamental destacar a diversidade da fundamentação teórica feminista. Existem diferentes interpretações feministas que se originaram a partir de corpos, experiências e contextos diversos, e faz-se indispensável situar tais variadas abordagens¹⁹ no campo teórico da disciplina de Relações Internacionais. Apesar disso, é possível destacar que no cerne das teorias feministas encontra-se um ponto de convergência: o anseio pela igualdade no cenário internacional, visando maior justiça entre as partes e redução da marginalização e silenciamento das vozes advindas das mulheres (MONTE, 2013).

Além disso, também é possível identificar a busca pela ressignificação de conceitos tradicionalmente estabelecidos no âmbito das RI, como soberania, Estado e segurança, como

¹⁸ No original: “Gender” opened a whole set of analytic questions about how and under what conditions different roles and functions had been defined for each sex; how the very meanings of the categories “man” and “woman” varied according to time, context, and place; how regulatory norms of sexual deportment were created and enforced; how issues of power and rights played into definitions of masculinity and femininity; how symbolic structures affected the lives and practices of ordinary people; how sexual identities were forged within and against social prescriptions.

¹⁹ O feminismo liberal, o radical, o negro, o socialista, o pós-estruturalista, e o ponto de vista feminista podem ser destacados como exemplos das diferentes manifestações teóricas que refletem as abordagens feministas nas RI. Para maiores informações sobre as vertentes feministas na disciplina, consultar Appolinário e Gonçalves (2020).

posições consoantes entre as abordagens feministas na Academia. A institucionalização dos feminismos na disciplina surge de forma a denunciar a sub-representação das mulheres no cenário político internacional, fomentando debates acerca da real importância deste grupo para a economia e a política global (TICKNER; SJOBERG, 2013).

Deste modo, destacada a amplitude de abordagens teóricas feministas nas RI, assim como mencionado que cada vertente feminista possui sua especificidade a partir da conjuntura a que são inseridas e elaboradas, é primordial discutir de que modo se manifesta a teoria a ser utilizada ao longo desta presente dissertação, sendo esta o feminismo crítico dos estudos de segurança. Portanto, diante do propósito teórico deste capítulo, e das expressivas menções ao feminismo crítico como norteador para a análise elaborada por esta produção, torna-se necessário, a seguir, delinear os principais aspectos abordados por esta vertente teórica, de modo a permitir maior clareza sobre o estudo de caso a ser desenvolvido.

1.1.1. De onde viemos e quem somos?

A inserção tardia das teorias feministas no âmbito dos estudos de Relações Internacionais não tem como consequência somente uma marginalização cronológica e o silenciamento das mulheres na disciplina por um determinado período; o resultado é mais complexo, configurando um movimento institucional no qual as mulheres foram construídas à margem da teoria. Esta inclusão tardia justifica o argumento de que o conhecimento tradicional construído nas ciências sociais advém de experiências dos homens no âmbito público. Há, portanto, a marginalização das mulheres na construção do conhecimento e na legitimação destas como conhecedoras (TICKNER; SJOBERG, 2013; TRUE, 2005).

Com relação aos obstáculos impostos mediante ao reconhecimento social, político e econômico das mulheres, Enloe (2013), como autora feminista no campo das RI, discorre sobre a dificuldade de que mulheres sejam, em suas palavras, levadas a sério²⁰, mesmo ao considerar suas inserções no âmbito público. De modo a transpassar seus discursos como críveis e legítimos, faz-se necessário que mulheres se adaptem aos padrões considerados aceitáveis e tradicionais, inclusive no contexto da Organização das Nações Unidas (ENLOE, 2013). Por meio deste processo de adaptação, pode ocorrer a supressão de manifestações culturais e

²⁰ Cynthia Enloe (2013) define “ser levada a sério” como algo que ultrapassa relações de admiração, envolvendo, sobretudo, relações de reconhecimento e interações genuínas de credibilidade sobre o que está sendo argumentado.

identitárias destas mulheres em prol de uma homogeneização de cunho patriarcal e tradicionalmente ocidental.

Neste sentido, ressalta-se a multiculturalidade e a diversidade identitária das mulheres que, para terem seus discursos reconhecidos, precisam ser moldadas aos padrões tradicionais na produção de conhecimento. Desta forma, propõe-se uma análise interseccional de modo a compreender as dinâmicas que envolvem os diferentes graus de influência na academia, assim como resgatar as singularidades das mulheres no meio acadêmico, ultrapassando as barreiras de gênero.

Ao compreender que gênero, raça e classe são fundamentos hierárquicos e que ditam as dinâmicas da estrutura social ocidental, a inclusão da interseccionalidade na formulação de um pensamento teórico permite compreender que desigualdades existem devido a um sistema de poder no qual tais esferas se interrelacionam (ANDERSEN; COLLINS, 2016). Em outras palavras, é argumentado que a individualidade e a categorização social importam, sobretudo ao considerar as dinâmicas de poder que as envolvem e que moldam a sociedade e a forma com a qual o pensamento acadêmico é construído. A partir desta visão, infere-se que um indivíduo ser influente ou “levado a sério” está estritamente relacionado ao conceito de poder. E ao buscar compreender as assimetrias imbricadas nas relações de poder a partir da interseccionalidade, remete-se, novamente, à questão estrutural das diferenças de classe, gênero e raça.

Para melhor ilustrar, tomar-se-á a contribuição de Lélia Gonzales (1984) como exemplo, ao resgatar argumentos da psicanálise para apontar a forma com que vozes de pessoas negras são infantilizadas na produção do discurso, sendo consideradas hierarquicamente menos importantes e, portanto, menos influentes. Para além da questão racial, as diferenças de classe também são apresentadas como fomentadoras de desigualdades impulsionadas pelo sistema capitalista, que discrimina o fornecimento de oportunidades e recursos (ANDERSEN; COLLINS, 2016). Sendo assim, ao retomar o argumento proposto por Enloe (2013) sobre o impacto do gênero no processo de tomada de decisão política ou de formulação de teorias acadêmicas, e relacioná-lo às contribuições interseccionais apresentadas, determina-se que as políticas de poder transitam em torno de privilégios de classe, raça e gênero.

Em contraste à análise interseccional, o argumento tradicionalmente utilizado na disciplina de RI sobre a formulação da produção de conhecimento – e consequente detenção de poder na academia – defende que este processo é majoritariamente realizado por homens devido à baixa presença de mulheres na política. Ademais, teóricos tradicionais também alegam que as experiências dos homens no ambiente público não devem ser associadas ao gênero, sendo consideradas como neutras (TRUE, 2005). Em oposição, uma análise feminista contesta a

argumentação tradicional sobre a neutralidade, expondo-a como falsa e genderizada²¹ (TRUE, 2005).

Neste aspecto, a falta de representação de mulheres na academia de Relações Internacionais é evidenciada pelas teorias feministas da disciplina, de modo a expor a predominância de pensamentos teóricos desassociados a questões de gênero (ENLOE, 2013). Ao retomar o argumento da neutralidade de gênero apresentado anteriormente e defendido pelas teorias tradicionais, True (2005) desenvolve sobre a institucionalização da masculinidade hegemônica e a internalização disso por parte de formulações teóricas que não abordam gênero. Considerando a formulação de conceitos e premissas nas RI a partir de noções masculinizadas de experiências no âmbito público, o feminismo crítico refuta a possibilidade da universalidade teórica e interpretativa (TRUE, 2005).

A partir disso, a ressignificação de conceitos no âmbito da produção de conhecimento torna-se essencial para as teorias de cunho feminista, uma vez reconhecido que estes foram elaborados a partir de experiências dos homens (TRUE, 2005). No âmbito institucional, portanto, mesmo diante da variabilidade teórica dos feminismos na disciplina das Relações Internacionais, é reconhecido o diálogo entre as diferentes abordagens, assim como a inconformidade mediante à neutralidade de gênero alegada pelas teorias tradicionais. A ressignificação de conceitos, assim como o desenvolvimento analítico presente nas teorias, é passível de variações baseadas nas especificidades de cada vertente. Neste caso, os conceitos utilizados, ressignificados e questionados se baseiam em uma visão crítica feminista, especificamente na seara da segurança internacional.

Para isso, é pertinente elaborar uma discussão sobre as origens dos estudos críticos feministas de segurança no campo das Relações Internacionais, assim como os principais objetivos e fundamentos teóricos que serão utilizados nesta pesquisa, estabelecendo as bases sobre as quais se assentam as análises críticas dos estudos de segurança, como um todo. Inicialmente, ao discutir sobre o que é considerado seguro e/ou inseguro, os estudos críticos propõem a importância de valorizar o indivíduo e suas experiências no que tange a análise (BUZAN; HANSEN, 2009). Neste sentido, a característica de valorizar as especificidades individuais defendida pelos estudos críticos reflete a possibilidade de discordâncias interpretativas e argumentativas a depender do emissor do discurso sobre segurança, uma vez que algo pode ser categorizado como seguro para alguns, mas inseguro para outros. Deste

²¹ O termo “genderizado” é utilizado nesta pesquisa de forma a identificar fenômenos que são atrelados ao gênero. Desta forma, ao evidenciar que uma argumentação é genderizada, compreende-se que esta não pode ser considerada substancialmente neutra quanto à temática de gênero.

modo, a universalidade do uso dos conceitos de segurança e insegurança torna-se passível de questionamentos, uma vez que a construção do discurso depende de onde seu emissor se insere – ou de onde é inserido.

Destarte, a análise crítica nos estudos de segurança identifica a importância do discurso e dos pequenos gestos como processos que formulam e integram as ações políticas (ENLOE, 2016a; GUILLAUME & HUYSMANS, 2018). De forma a delinear a atenção aos símbolos possibilitada através dos estudos críticos, é relevante destacar algumas diferenças entre esta abordagem e aquela composta por análises tradicionais no campo de segurança internacional. Lauren Wilcox (2012) argumenta que duas são as questões prioritárias na elaboração de teorias tradicionais sobre segurança: a violência e os corpos. O primeiro ponto, a violência, traduz-se a partir do conflito, das guerras e do uso da força física. O segundo, conforme abordado pela autora, é representado de modo biológico, podendo ser contabilizado estatisticamente ao analisar os corpos de pessoas que foram mortas, que sobreviveram ou que foram feridas durante um cenário de conflito, por meio da violência.

A análise crítica, por sua vez, também considera ambos os pontos como relevantes para os estudos de segurança, proporcionando um maior aprofundamento através da atenção fornecida aos pequenos gestos no âmbito da análise. Ao atentar-se também ao discurso, a violência deixa de ser compreendida apenas a partir de agressões físicas, passando a ser identificada em práticas do cotidiano, isolamentos, verbalizações (AGATHANGELOU, 2017); evidenciando a complexidade intrínseca à análise de situações conflituosas, ao valorizar também o indivíduo e suas experiências. Neste mesmo aspecto, os corpos deixam de ser categorizados como apenas corpos físicos, adquirindo também especificidades interseccionais. A introdução de gênero, raça, classe social e sexualidade à teorização dos corpos no campo de segurança internacional permite a compreensão destes como corpos políticos, assim como as formas de violência sofrida e causada por esses mesmos corpos (WILCOX, 2012). “Corpos transmitem significado, identidade e simbolismo na guerra.” (PARASHAR, 2013, p. 621, tradução nossa)²².

Deste modo, ilustra-se que um dos principais pontos de partida para a elaboração de análises críticas sobre segurança é não atentar somente àqueles acontecimentos tradicionalmente categorizados como “macro”, mas compreender a transposição entre fronteiras – como o que é público e o que é privado – e reconhecer a grandeza do que é construído no detalhe dos símbolos: “O cotidiano introduz o paradoxo no qual são inventadas

²² No original: *Bodies convey meaning, identity and symbolism in war.*

políticas que não são consideradas políticas.” (GUILLAUME; HUYSMANS, 2018, p.3, tradução nossa)²³. De modo concreto, este paradoxo e a relevância do cotidiano no âmbito de análise podem ser exemplificados através da discussão proposta por Strandh e Yusriza (2021) sobre a busca pela paz por parte de viúvas de guerra. Esta contribuição teórica ilustra o cotidiano e seus aspectos considerados apolíticos como fonte de paz para as viúvas. Questões consideradas pequenas, como a economia local e as relações interpessoais tornam-se essenciais para a construção da paz nas experiências vivenciadas por essas mulheres, evidenciando a pertinência do cotidiano (STRANDH; YUSRIZA, 2021). Por isso, ao incluir o feminismo às análises críticas de segurança, sobretudo à temática que envolve as intervenções internacionais mobilizadas pelas operações de paz da ONU, não é apenas o cenário “macro” que é analisado, mas também os discursos, os gestos, e o cotidiano que englobam e que são englobadas pelas missões de manutenção da paz. São estes componentes “micro” responsáveis por estruturar as fronteiras das operações de paz, sendo (re)produzidos a partir das assimetrias cotidianas e difundidos através da militarização.

1.2. A linguagem em destaque e a “verdade” em questionamento

Após estabelecidas as bases do ponto de vista feminista crítico quanto aos estudos de segurança, é relevante discorrer sobre o questionamento teórico a respeito de afirmações consideradas absolutas no campo da segurança. A subversão sobre o que é – mas não deve ser – considerado como verdade imutável colabora para a discussão feminista crítica, a partir do argumento elaborado sobre a influência das perspectivas individuais na construção do discurso (NOGUEIRA; MESSARI, 2005). Para isso, vertentes do feminismo atreladas ao pós-estruturalismo respaldam-se sobre as relações foucaultianas que envolvem o conhecimento e o poder, de modo a compreender as origens da dominação sobre o que é considerado verdadeiro “toda forma de dominação depende de uma articulação entre conhecimento e poder (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 194).”.

É realizada, desta forma, uma relação entre o conhecimento e a dominação dos homens no âmbito público, conforme discutido no início deste capítulo. Resgata-se, portanto, o reconhecimento de que a produção das ciências sociais é realizada a partir das perspectivas individuais dos homens (TICKNER; SJOBERG, 2013). Desse modo, as verdades produzidas

²³No original: “‘The everyday’ thus introduces the paradox of inventing a politics that is not named ‘political’”.

no âmbito do discurso deixam de ser associadas como definitivas, sendo passíveis de relativização, uma vez que as experiências de grupos à margem da produção do conhecimento deixam de ser englobadas, como no caso das mulheres. Por esta razão, reforça-se o argumento que contradiz a neutralidade das teorias tradicionais que não abordam o gênero.

Deste modo, ao identificar que as ditas verdades podem ser relativas a depender das experiências relatadas ou silenciadas, dicotomias linguísticas podem ser codificadas de forma a gerar premissas qualificadas como verdadeiras pelas teorias tradicionais (TICKNER; SJOBERG, 2013). Tais dicotomias podem possuir caráter hierárquico de gênero, raça e classe a partir da concepção interseccional que expõe as relações de poder embricadas e constitutivas na estrutura social liberal. De modo a reduzir essas relações hierárquicas e assimétricas inseridas em premissas consideradas absolutas no campo teórico, uma proposta do feminismo crítico consiste em expor tal imposição de paradigmas a partir das dicotomias (TICKNER; SJOBERG, 2013).

Desta forma, para melhor ilustrar a relevância das dicotomias discursivas na legitimação e credibilidade de argumentos parciais e genderizados, Charlotte Hooper (2001) apresenta a dicotomia masculino/feminino e possibilita sua problematização. Neste ponto, a concepção de Butler (1999) sobre gênero e sua mutabilidade e não-fixação aos sexos é retomada e contrastada à configuração liberal atual sobre o que é considerado masculino, assim como sua associação a qualidades que envolvem atividade e força (HOOPER, 2001). Mesmo o gênero compreendido como flexível e mutável, é necessário reconhecer a forma com a qual compreensões acerca do gênero no âmbito do discurso liberal se comporta na atualidade. Neste cenário o forte é, portanto, qualificado como uma qualidade atrelada à masculinidade.

Além de imersa no sentido de oposição ao que é considerado masculino, a feminilidade é destacada por possuir valor também de complementaridade, compondo a dicotomia feminino/masculino. Neste caso, a masculinidade e a feminilidade passam a ser construídas discursivamente a partir de concepções sociais falocêntricas na qual a primeira representa a presença e a última o que é vazio, a falta. Dessa forma, é comprovada a qualidade complementar entre o que é considerado feminino e o que é masculino, mesmo que ambos sejam configurados de forma oposta (HOOPER, 2001).

Realizando a projeção sobre as qualidades dicotômicas presentes no discurso, depreende-se que a feminilidade é, portanto, associada a valores construídos na linguagem como negativos, uma vez que configuram a falta da masculinidade, associada a qualidades qualificadas como positivas (HOOPER, 2001). A partir disso, surgem as demais dicotomias e suas atribuições aos gêneros, como o público/privado, o violento/pacífico, o forte/fraco; sendo

estas diretamente relacionadas ao masculino/feminino. Há, portanto, o reforço dos estereótipos de gênero²⁴ a partir da promoção das dicotomias em seu uso convencional na linguagem, sobretudo ao pensar as operações de paz e a inclusão das mulheres nestes ambientes militarizados.

A promoção dos estereótipos através de associações dicotômicas representa o potencial do uso da linguagem para a construção de discursos que moldam percepções sociais. Conforme discutido no início deste capítulo, sobretudo a partir das considerações de Hopenhayn (2001) sobre as formulações dos símbolos e da disseminação destes em um cenário assimétrico entre emissores e receptores, a linguagem não retrata a realidade de forma impessoal. Pelo contrário, a formulação da linguagem e do discurso é projetada sobre a perspectiva do emissor a partir de suas experiências e interesses, podendo ser por ele manipulada de modo a construir realidades (MENEZES, 2019; FRANK, 2018).

Sendo assim, a partir de uma abordagem crítica na qual a importância do discurso é reconhecida, assim como as dicotomias de gênero oriundas de narrativas liberais, é possível identificar e questionar a militarização manifestada a partir das operações de paz através de uma visão não-tradicional. Dessa forma, a seção seguinte trabalhará a militarização, as intervenções internacionais, as operações de paz e as narrativas discursivas que legitimam este sistema de controle de segurança internacional, ao utilizar o feminismo crítico dos estudos de segurança como teoria norteadora de análise.

1.3. Reflexão crítica acerca da militarização

Conforme discutido, buscas por ressignificações de conceitos tradicionalmente estabelecidos por teorias de Relações Internacionais, incluindo discussões sobre o conceito de (in)segurança e as consequências de seu uso na linguagem, são desenvolvidas pelas diferentes visões acadêmicas no campo de estudos feministas de segurança (COHN, 2011; BASU, 2013). Apesar do enfoque desses estudos ser majoritariamente direcionado às análises sobre guerra e paz, Wibben (2018) defende a necessidade de autores críticos e feministas analisarem os efeitos do militarismo na sociedade liberal. Pouca ênfase é projetada aos estudos sobre militarização e

²⁴ Este trabalho dissertativo compreende os estereótipos de gênero como as expectativas impostas sobre os gêneros a partir das associações de qualidades dicotômicas aos mesmos. Deste modo, a própria associação de qualidade configura uma expectativa e, conseqüentemente, estereótipos impostos sobre os gêneros.

militarismo no âmbito das Relações Internacionais (RI), seja por análises mais tradicionais ou críticas (STAVRIANAKIS; STERN, 2018). Isto se dá, muitas vezes, devido ao enfoque à segurança e a temas relativos à guerra na disciplina²⁵. Entretanto, estudos críticos de segurança mais atuais têm sido capazes de relacionar a militarização e o militarismo à insegurança, o que abre um leque de possibilidades para abordar o tema de forma não-tradicional e integrá-lo ao campo das RI.

Para melhor exemplificar, teorias críticas de segurança afirmam que a legitimação de ações militarizadas por parte da sociedade liberal pode ser compreendida através de processos que englobam afirmações de segurança e ameaças de insegurança (BASHAM, 2018). Neste sentido, visões críticas tornaram possível a identificação de processos de integração entre a segurança proposta pelo modelo liberal, a insegurança e a militarização, de forma a projetá-los ao estudo das RI. Mas o que é, afinal, a militarização?

Para responder tal questão, uma proposta – ao utilizar como base teórica o feminismo crítico dos estudos de segurança – é desenvolvida por Enloe (2016b) ao perceber a militarização como o fenômeno que introduz a normalização de valores militaristas na sociedade. Deste modo, tais valores passam a ser reproduzidos no cotidiano por meio de uma construção de ações sucessivas de cunho militarista, reiterando a relevância dos pequenos gestos na formulação política.

Neste sentido, é relevante mencionar que esta pesquisa dissertativa não codifica uma binaridade entre as esferas civil e militar, uma vez que seria contraditório, a partir de uma visão feminista crítica, acreditar na separação dessas fronteiras e a consequente forma de estudá-las de modo independente, já que a militarização aponta uma clara transposição e transbordamento entre o que é civil e o que é militar (VELA, 2021). O enfoque será, portanto, direcionado aos ambientes militarizados instituídos pelas operações de paz da ONU, reconhecendo o transbordamento com a fronteira que delimita um ambiente civil.

Neste cenário, uma das formas de manifestação deste militarismo liberal contemporâneo pode ser identificada a partir do processo de convencimento da população de que a militarização é necessária para repelir os riscos e as ameaças daquele que é formulado como o “outro” (BASHAM, 2018). Esta construção fomenta a ideia de que há necessidade de securitização da sociedade liberal, de forma a implementar barreiras e medidas militarizadas ao que é

²⁵Para maior aprofundamento sobre as razões pelas quais temas relativos à militarização e ao militarismo são marginalizados no meio acadêmico dos estudos de segurança de Relações Internacionais, consultar Stavrianakis e Stern (2018).

considerado exógeno e, portanto, perigoso. Muitas vezes, tais medidas promovem a violência²⁶ àquele “outro” que é compreendido como externo ao sistema, algo que é transmitido para a população - com o auxílio dos meios de comunicação - como consequência excepcional da guerra (LUTZ, 2014).

Ao abordar a excepcionalidade, esta é utilizada no âmbito do discurso como característica crucial para a elaboração de uma política militarista. Lutz (2014) evidencia a construção narrativa que delimita o uso da violência como exceção ao realizar uma análise sobre a legitimação da militarização nos Estados Unidos da América (EUA):

A normalização da militarização é cada vez mais orientada pela ideia da exceção - a morte de civis como exceção, os EUA como nação excepcional, e a exceção das regras exigidas pelos estados de emergência, uma emergência que já possui décadas de duração. (LUTZ, 2014, p.188 - 189, tradução nossa)²⁷.

A construção da violência como excepcionalidade, assim como a implantação da (in)segurança perante àquele categorizado como o “outro”, comprovam, pois, a relevância de atentar-se ao discurso e aos símbolos no campo da análise. A presença da linguagem, de gestos e de ações militarizadas no cotidiano²⁸, por exemplo, são capazes de construir um discurso que possui o potencial para legitimar a militarização e a disseminação do militarismo liberal. Deste modo, a concepção sobre quem é o “outro” e como ele é construído de forma discursiva torna-se essencial para contemplar de que modo a militarização passa a ser fundamentada e aceita pela comunidade internacional por meio das intervenções, sobretudo no caso das operações de paz da ONU.

²⁶ A respeito da violência, esta é concebida a partir de noções mais amplas que abrangem isolamentos, marginalizações e faltas de oportunidades, além da concepção mais comum de violência que se manifesta na forma de agressão física (AGATHANGELOU, 2017).

²⁷ No original: “*The military normal is increasingly oriented around the idea of the exception - the civilian death as an exception, America as the exceptional nation, and the exception from rules called for by states of emergency, an emergency now decades long.*”.

²⁸ De acordo com Guillaume e Huysmans (2018), o cotidiano não deve ser compreendido apenas como algo estático, composto por objetos, ações e gestos específicos. Atentar-se ao cotidiano é analisar construções políticas e sociais que podem ser aplicadas em ações de diferentes níveis de escala sob a ótica de diversas temporalidades e espaços.

1.3.1. Quem é o “outro”?

A partir do estabelecimento sobre o discurso e a linguagem como fundamentais para a construção de definições a respeito de algo ou alguém, realizar uma análise sobre as intervenções internacionais – mais especificamente, as operações de paz da ONU – no âmbito do discurso torna-se essencial para compreender símbolos e significados propositalmente ocultos ou normalizados através da narrativa (BRETON; PROULX, 1996). É essencial, portanto, que esta pesquisa proponha uma análise sobre os principais discursos que articulam e autorizam as intervenções internacionais, de modo a melhor compreender os símbolos que são transmitidos aos receptores. Sendo assim, é proposta uma dupla categorização a respeito de quem é o “outro” para desenvolver uma discussão acerca dos dois discursos proeminentes para a realização das intervenções internacionais: o discurso combativo e o discurso protetor. Mesmo distintos, ambos refletem um mesmo sujeito - “o outro” - que se coloca em posição de oposição e complementaridade ao que (ou a quem) enquadra-se na categoria de “nós”.

Esta construção discursiva sobre o “outro” a partir de uma visão combativa ou de proteção é respaldada a partir de noções deste como ameaça ou como vítima. Tal categorização é, portanto, fundamentada em experiências localizadas e postas em evidência de modo generalizado sobre quem o “outro” é e como se comporta (ou como deveria se comportar), a partir da formulação de sua imagem através do discurso (FRANK, 2008). Deste modo, é essencial destacar que, assim como outros símbolos e construções de imagens, a narrativa a respeito do “outro” pode ser variável a depender das condições de emergência e reprodução de tal discurso. No âmbito desta pesquisa, as intervenções internacionais são situadas em um contexto em que os padrões globais econômicos e políticos são estabelecidos como o capitalismo e a democracia (HOPENHAYN, 2001) e, portanto, discursos sobre o “outro” que antagoniza essas intervenções são formulados a partir de perspectivas liberais.

Ao desenvolver uma análise acerca do discurso classificado como combativo, é necessário delinear como se configura uma ameaça e o porquê de combatê-la. Na realidade, torna-se interessante apontar que o próprio uso da expressão “combater a” exprime a presença de valores militaristas na sociedade ocidental liberal, introduzindo algo ou alguém que promove insegurança. O militarismo, portanto, se faz presente na formulação do que é seguro, inseguro, ameaça ou aliado. Deste modo, para compreender o “outro” como ameaça, é necessário abordar de que forma o militarismo molda as noções de segurança da sociedade liberal.

No cerne da formulação sobre o que ou quem é considerado exógeno à categoria que unifica o “nós” e separa o “outro”, se encontram os estereótipos e sua relevância na propagação

de imagens (FRANK, 2008). No âmbito da circulação de imagens - com destaque à transmissão midiática no caso das intervenções internacionais -, faz-se necessário relacioná-las à capacidade de manipulação informativa a partir do uso do mito: este fundador ou histórico²⁹ (MENEZES, 2019). A partir da capacidade de ambivalência das imagens (FRANK, 2008), e considerando os interesses e as experiências daquele que as veicula, o mesmo “outro” que é delineado como ameaça pode ser transformado no “outro” como vítima a ser protegida.

Como forma de ilustrar, partindo de temas afins ao humanitarismo, tomar-se-á o caso daqueles que migram a partir do deslocamento forçado, ao considerar: os refugiados, os que buscam refúgio, os que buscam asilo e aqueles deslocados internamente no próprio país de origem³⁰. Ao mesmo tempo em que esses, representados como “outros” perante aos não-migrantes, são construídos como vítimas que sofrem as consequências de conflitos, da pobreza, de desastres naturais/ambientais e de outros possíveis fatores que os levam à migração, estes também podem ser compreendidos como ameaças à ordem do local a que passam a se localizar, como associações discursivas entre os refugiados e o aumento da insegurança local.

Quanto à insegurança e visibilização do “outro” migrante como ameaça, Estévez (2020) discorre sobre o racismo institucionalizado³¹, que provoca a criação de barreiras diante da migração forçada, corroborando com a argumentação que coloca o “outro” como fonte de insegurança. Sendo assim, o medo do “outro”, instaurado através de perspectivas que envolvem os estereótipos, o racismo, a xenofobia, dentre outras (diversas) variáveis; também reflete o medo da quebra da própria realidade liberal, o que permite o repasse de valores militaristas para garantir a segurança (BASHAM, 2018). Deste modo, é possível compreender os diferentes usos do discurso e dos símbolos para a formulação de uma imagem sobre alguém ou algo. No caso dos migrantes forçados, estes sendo circulados como vítimas por conta da necessidade de deslocamento, e ameaças por conta da quebra da realidade e insegurança daqueles que os recebem. Quanto às operações de paz, o “outro” toma a imagem daquele a ser combatido, enquanto a necessidade de proteção é repassada ao “nós”.

Além do “outro” e do “nós”, há ainda uma terceira figura que emerge como símbolo no discurso que envolve as intervenções internacionais e, portanto, também se faz relevante: o

²⁹ Para maior aprofundamento a respeito da categorização entre mitos fundadores e históricos, consultar Lená Menezes (2019).

³⁰ Para maiores informações sobre a diferenciação na categorização entre os migrantes forçados, assim como maior detalhamento sobre os possíveis cenários que levam-os a se deslocarem, consultar Estévez (2020).

³¹ O racismo institucionalizado, de acordo com Estévez (2020) manifesta-se através de medidas burocráticas institucionais que tem como objetivo propagar ideais racistas, promovendo políticas que dificultam ou impedem o acesso de grupos marginalizados, como no caso de medidas voltadas a refugiados para que não tenham a possibilidade de escolher os países de destino.

“herói”. Apesar de ser uma terceira figura apresentada na construção da narrativa, é necessário pontuar que este “herói” não compreende uma categoria a parte, sendo integrante do que é construído como “nós”, e contrapondo-se à categoria de “vítima”. Neste sentido, conforme evidenciado por Girardet (1987), o símbolo do herói é construído a partir de um momento de descontinuidade, seja para estabelecer ordem e controle, seja para proteger e acolher: “Há quase dois séculos, com efeito, o apelo ao Salvador não cessa de repercutir em nossa história. (GIRARDET, 1987, p. 71)”. Este salvador é, portanto, uma imagem construída a partir de concepções mitológicas em contextos em que há a necessidade de uma figura de autoridade que proteja ou acolha, podendo ser interpretado, reinterpretado, e reconsiderado a partir do “nós” (GIRARDET, 1987).

No caso das intervenções de caráter humanitário, este símbolo é transmitido a partir do “herói humanitário”, que pode ser tanto aquele que combate como aquele que protege, e que configura parte da categoria do “nós”. Especificamente nas operações de paz da ONU, o símbolo do herói é transmitido por meio dos combatentes, os *peacekeepers*, que possuem a função de buscar a paz, mesmo que esta seja alcançada mediante o uso da violência perante ao “outro” – novamente, o argumento da excepcionalidade se faz presente (ORFORD, 2003). A elevação do grau de complexidade das operações de paz, além de ser refletida estruturalmente a partir das alterações institucionais no âmbito das missões, tornando-as multidimensionais, também pode ser identificada através de argumentos que envolvem a moralidade (VALENÇA, 2014). Em outras palavras, ao associar os interventores como “heróis” humanitários que trazem a moralidade aos locais das intervenções, os “outros” – que podem ser representados tanto como a população local quanto como um grupo especificamente demarcado – passam a configurar uma fonte de insegurança ou necessidade de proteção, reforçando a imagem transmitida pela sociedade liberal.

1.3.2. E onde estão as mulheres meio à militarização?

Diante da formulação estabelecida sobre o “outro”, o “nós” e o “herói”, foram desenvolvidas as categorizações sobre a ameaça, a vítima e o combatente. É imprescindível, isto posto, que uma análise feminista questione sobre onde estão as mulheres dentre esses enquadramentos conceituais e narrativos. Conforme levantado, um dos argumentos propostos por este capítulo compreende as experiências individuais como pertinentes para o desenvolvimento de análises feministas, ao compreender mulheres como múltiplas, complexas

e cujas experiências são singulares. Deste modo, dentre as categorias apresentadas na subseção anterior, enquadrar mulheres em apenas uma seria um modo de generalização superficial de análise. Portanto, em ambientes militarizados, é possível identificar mulheres construídas discursivamente como ameaças, como vítimas e como combatentes. Além disso, reforça-se que a complexidade das experiências individuais impede que o enquadramento ocorra exclusivamente em apenas uma categoria, mesmo que transpassado na narrativa liberal como tal.

Um modo de ilustrar as diferentes manifestações de mulheres em ambientes militarizados parte da ponderação sobre a militarização nas instituições e as consequências de seus transbordamentos. O matrimônio de militares, por exemplo, é especificado por Enloe (2016a) como uma instituição de cunho heteronormativo que ocorre pela necessidade dos militares, em sua maioria homens, serem acompanhados de uma esposa que possua características militarizadas e femininas.

As mulheres que são ou que irão se tornar esposas destes homens se tornarão militarizadas à medida que elas absorverão as aspirações e os valores de seus maridos de forma voluntária, ou à medida que irão sucumbir às pressões, por vezes intensas, que são exercidas sobre elas para se comportarem de forma a serem parceiras que apoiem lealmente - ou, pelo menos de forma silenciosa - as ocupações e empenhos militarizados de seus maridos. (ENLOE, 2016a, p. 6 - 7, tradução nossa)³²

O papel desempenhado – ou o desempenho que é esperado, revelando as expectativas impostas sobre o gênero – pelas esposas de militares é essencial para a configuração das bases militares, uma vez que se tornam responsáveis por propagar ideais militaristas e garantir a manutenção do âmbito doméstico. As operações de paz da ONU não se colocam à parte dessa estrutura, já que as mulheres dos *peacekeepers* são consideradas como um pilar fundamental para o bom funcionamento das missões (ENLOE, 2016a).

Neste sentido, considerações teóricas de natureza feminista crítica de segurança apontam as consequências danosas em integrar mulheres ao meio militar (WIBBEN, 2018), independente da categoria a que forem enquadradas. Uma leitura crítica sobre temas relacionados à guerra, suas causas e suas consequências, permite maiores questionamentos sobre acontecimentos que são transmitidos de forma naturalizada, o que gera melhores

³² No original: “*The women who are or who will become these men’s wives will become militarized to the extent that they willingly absorb their husbands’ aspirations and values or to the extent that they succumb to the often-intense pressures exerted on them to behave as loyally supportive - or at least silent - partners in their husbands’ militarized occupations and endeavors.*”.

explicações devido ao afastamento de discursos pré-estabelecidos por padrões liberais (ENLOE, 2015).

Ao abordar este afastamento, a busca pela ressignificação de conceitos configurados como premissas permite compreender dinâmicas que não são tradicionalmente ilustradas nas teorias clássicas de RI. A segurança, por exemplo, é evidenciada nos estudos críticos feministas como produtora de relações genderizadas que envolvem diferentes tipos de masculinidades e suas sobreposições hierárquicas às feminilidades (HIGATE; HENRY, 2004). Em ambientes militarizados, portanto, a presença de mulheres tem como consequência sua adaptação ou incorporação às hierarquias e expectativas impostas sobre o gênero, ao considerar as relações genderizadas promovidas pelos discursos que envolvem a segurança.

Deste modo, ao relacionar o argumento desenvolvido pela teoria feminista crítica dos estudos de segurança que aponta a militarização como fundamentada em ideais de cunho patriarcal às dicotomias de gênero produzidas e reproduzidas pela e através da sociedade liberal, compreende-se que o próprio sistema militarista promove a criação de ambientes masculinizados. A masculinidade pode ser reproduzida de maneiras distintas, sendo melhor abordada de forma a contemplar a sua pluralidade e complexidade (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2005). Ainda que existam de modo plural, as masculinidades costumam ser analisadas de forma a possuírem um ponto de convergência: serem imbricadas ao que é compreendido como poder, como levantado pelo feminismo de cunho pós-estruturalista. Halberstam (1998) caracteriza a(s) masculinidade(s) como algo que “conjura noções de poder, legitimidade e privilégio” (p. 2, tradução nossa).

Projetando este conhecimento ao âmbito militar, especificamente às operações de paz da ONU, é evidenciada a importância de se identificar a presença e demonstrações de masculinidades em ambientes militarizados. Também é necessário reconhecer que há uma imposição hierárquica entre as masculinidades que reflete, inclusive, no comportamento dos *peacekeepers* e no tratamento entre eles (HENRY, 2019). De acordo com Connell e Messerschmidt (2005), a hierarquização entre as diferentes reproduções de masculinidades adveio das relações de preconceito e marginalização para com os homens homossexuais.

Levando como ponto de partida o argumento de que as masculinidades, assim como as próprias conceitualizações sobre gênero, podem ser mutáveis a partir da construção social e contexto a que são aplicadas (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2005); é interessante buscar respostas acerca da criação e manutenção de tais masculinidades. Connell e Messerschmidt (2005) afirmam que há uma imposição social enfatizada, muitas vezes, por anúncios midiáticos

e valores religiosos sobre o que é esperado de uma conduta masculina ideal e, consequentemente, isso reflete sobre as expectativas femininas, impostas sobre as mulheres.

Ao restabelecer o foco para as mulheres, Halberstam (1998) discute sobre a necessidade de também se considerar as imposições de gênero feitas às meninas, para que demonstrem feminilidade desde crianças. Foi apenas a partir da década de 1990 que mulheres passaram a ser reconhecidas como também reprodutoras e coparticipantes no desenvolvimento masculinidades (HALBERSTAM, 1998).

A pouca menção à masculinidade feminina nos estudos de gênero pode representar, justamente, as assimetrias de poder intrínsecas às masculinidades (HALBERSTAM, 1998). Além disso, para que uma análise sobre masculinidades seja bem desenvolvida de forma a evitar lacunas, é necessário considerar o papel das mulheres em sua construção (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2005). Ao discutir sobre alguns pontos que não são tradicionalmente levantados por pesquisas mais contemporâneas, Pearson (2019, p. 1259, tradução nossa) aponta que: “[...] a masculinidade não é apenas uma propriedade de corpos dos homens (também é sobre as mulheres) [...]”; corroborando com a afirmação de que dicotomias de gênero não são necessariamente atreladas ao sexo.

No caso das operações de paz, por exemplo, as expectativas liberais geradas sobre as mulheres *peacekeepers* de maior feminização de um ambiente historicamente patriarcal e masculinizado não podem ser consideradas completamente supridas. Henry (2019) demonstra que, nas próprias missões, pode haver proibições quanto à circulação das mulheres do contingente, assim como restrições de contato com civis locais ou com os homens que também fazem parte das tropas. Consequentemente, isso dificulta a interação e integração dessas mulheres, o que resulta em baixos níveis de alteração no ambiente predominantemente masculino.

Outro fator que frustra as expectativas sobre a feminilização das operações de paz devido à participação de mais mulheres é a existência da falta do reconhecimento da mulher masculinizada e da masculinização da mulher feminina. Casos de violência sexual tendem a ocorrer em ambientes de prevalência cultural militarista (HENRY, 2019), o que pode justificar a busca por emancipação e ganho de prestígio das *peacekeepers* por meio da reprodução das mesmas masculinidades que as oprimem (PEARSON, 2019). Além disso, também há a possibilidade de uma mulher possuir características mais associadas às masculinidades, conforme levantou Halberstam (1998), e terem o anseio de integrarem ambientes majoritariamente frequentados por homens (PEARSON, 2019).

A partir disso, é possível colocar em evidência os estereótipos de gênero impulsionados pelo militarismo e consequentemente presentes nas operações de paz, que valorizam qualidades consideradas masculinas como dominantes (JENNE; BISSHOPP, 2021). A promoção destes estereótipos tem como resultado a perpetuação de desigualdades entre os sexos e hierarquização genderizada. Este processo permite a permanência de crenças que associam o pacifismo às mulheres e às feminilidades, o que pode gerar falsas expectativas liberais de que as *peacekeepers* romperiam com o padrão masculinista das operações de paz e de que mulheres não reproduzem masculinidades. Além disso, tomando como pressuposto a valorização de características atreladas às masculinidades pelo meio militar, a associação do pacifismo, qualidade considerada feminina ao se pensar a dicotomia de gênero paz/guerra, às mulheres tem como efeito sua descredibilização no ambiente militarizado (JENNE; BISSHOPP, 2021).

Sendo assim, retorna-se ao ponto que permeou todo o capítulo: a necessidade de analisar as especificidades e individualidades das mulheres, suas experiências, os discursos que envolvem a militarização e as intervenções internacionais. Deste modo, a participação da mulher na guerra deixa de ser compreendida apenas como passiva e de resiliência, mas passa a ser também associada a noções da mulher como combatente, refugiada, sobrevivente e geradora de violência (COHN, 2013).

Considerações Finais

A complexidade das expectativas impostas sobre o gênero, das experiências individuais, e da disseminação dos valores militaristas nos pequenos gestos impede que mulheres sejam efetivamente enquadradas em apenas uma das categorias desenvolvidas: ameaça, vítima ou combatente. Apesar disso, conforme discutido ao longo deste capítulo, ainda permanece a associação liberal de pacificidade e necessidade de proteção ao que é categorizado como feminino, inclusive no meio militar.

Ademais, outro ponto discutido ao longo deste capítulo foi a importância na interpretação do discurso e nas formas com as quais ele se manifesta de modo a moldar as expectativas e compreensões de realidade por parte da sociedade liberal. É necessário compreender a construção de uma realidade de valores militaristas e na qual a militarização é valorizada através do uso da linguagem. Conforme exposto, o emissor tende a narrar suas experiências e interesses de modo a construir uma imagem sobre a categoria “nós”, de forma oposta e complementar ao “outro”, que é fonte de insegurança. Deste modo, ao atentar-se às

pequenas ações e ao discurso, é importante a inclusão de uma análise feminista crítica dos estudos de segurança sobre a militarização e as dinâmicas de gênero que permeiam e estruturam o ambiente militarizado, com destaque às operações de paz da ONU.

De forma a aplicar a teoria desenvolvida ao longo deste capítulo, o capítulo seguinte promoverá enfoque às mulheres *peacekeepers* e às políticas de proteção e estímulo a maior presença de mulheres como combatentes nas operações de paz da ONU. Deste modo, serão analisados os principais documentos que introduziram a agenda de Mulheres, Paz e Segurança na Organização, assim como as motivações para a promoção destas políticas e as formas com as quais possuem impacto sobre as mulheres *peacekeepers*. Assim, o capítulo a seguir permitirá uma análise sobre a percepção do papel da mulher no meio militar no âmbito desta instituição internacional.

2 A AGENDA MULHERES, PAZ E SEGURANÇA: DO *GENDER MAINSTREAMING* AO *GENDER BALANCING*

Conforme apresentado no capítulo anterior, a multidimensionalidade das operações de paz da ONU é traduzida a partir do aumento da complexidade dessas missões. Isto posto, é necessário contextualizar o processo de incremento nas funções dos *peacekeepers* a partir das alterações nos objetivos das missões de paz e da emergência da multidimensionalidade, para que seja possível uma compreensão mais aprofundada sobre o que possibilitou a implementação da Resolução 1325 (UNSC, 2000b), introduzindo uma agenda voltada para as mulheres combatentes nas tropas mobilizadas pela ONU.

Primordialmente, a partir da década de 1950, as operações de paz possuíam como principal finalidade a promoção de mediação e encerramento de conflitos (VALENÇA, 2014), de modo que esta atuação fosse regida pelo princípio da imparcialidade, do uso mínimo da força, e do consentimento pelo Estado receptor da missão (CHOEDON, 2020). Cronologicamente, tais missões foram situadas no período marcado pela Guerra Fria e consequente iminência de um conflito nuclear de grande escala. Deste modo, conforme já argumentado no primeiro capítulo desta dissertação, a agenda de discussões no âmbito internacional abarcava temas que configuram a alta política, como guerra, paz e segurança internacional. Portanto, é relevante destacar a existência de uma relação direta entre as questões que mais possuíam visibilidade durante o período e a finalidade proporcionada às operações de paz.

Com o desmantelamento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e o considerado fim da Guerra Fria, a década de 1990 também resultou na crescente complexidade das operações de paz a partir de alterações em seus objetivos e formas de atuação, para suprir demandas intraestatais que passaram a ser mobilizadas com destaque nos discursos e nas conferências internacionais. Deste modo, a multidimensionalidade das operações de paz passou a entrar em evidência, o que fez com que houvesse a necessidade de reformulações sobre a função dos *peacekeepers*, que também se tornou mais complexa. Dentre as funções impulsionadas pela multidimensionalidade das missões, a atuação na proteção de civis sob ameaça pode ser destacada por promover alterações nas diretrizes previamente estabelecidas sobre o uso da força³³, incluindo no princípio de uso mínimo da força (CHOEDON, 2020).

³³ Neste âmbito, o uso da força passou a ser uma possibilidade nas operações de paz para além da legítima defesa, podendo também ser empregado no processo da proteção de civis ou mediante autorização expressa do

Além disso, a própria participação civil nos processos relacionados à manutenção da paz passou a ser mais valorizada, visando assegurar a segurança humana.

Sendo assim, propõe-se que as transformações institucionais e estruturais das operações de paz da ONU resultaram das necessidades mobilizadas a partir do discurso internacional pós-Guerra Fria, evidenciado nas conferências internacionais. Deste modo, é reiterada a relevância da década de 1990 – a década das conferências – no processo de formulação de políticas institucionais da Organização, sobretudo devido ao aprofundamento e maior visibilidade sobre discussões cujos temas eram considerados parte da “baixa política” (*low politics*, em inglês) em discussões internacionais, como no caso dos Direitos Humanos e de políticas voltadas para as mulheres.

Ainda neste período, o ano de 1995 foi marcado pela realização da IV Conferência Mundial sobre a Mulher em Pequim, marco que possibilitou um debate mais amplo acerca da igualdade de gênero e do *gender mainstreaming* (GM) entre os Estados-membros da ONU. Ao fim do evento, a assinatura da Declaração e Plataforma de Ação (ONU, 1995) consolidou o compromisso da comunidade internacional perante a temática que envolve o gênero, o que foi confirmado e abarcado pela instituição durante a 50ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), com a adoção da Resolução 50/42 (UNGA, 1996).

Neste sentido, é fundamental discorrer sobre o que é compreendido como *gender mainstreaming* e de que forma isso possibilitou alterações nas esferas civil e militar das operações de paz da ONU, especificamente. Em primeiro lugar, é possível caracterizar o GM como um processo cuja finalidade é alcançar ou se aproximar da igualdade de gênero. Para este fim, o processo consiste na inclusão de análises voltadas para gênero na formulação de políticas institucionais, ao reconhecer que, na busca pela igualdade de gênero, existem distinções entre as demandas e lacunas provenientes de mulheres e homens (MOSER; MOSER, 2005). Deste modo, a partir da emissão da Declaração e Plataforma de Ação e adoção da Resolução 50/42, a ONU seus Estados-membros identificaram a necessidade de abordar o gênero como uma questão institucional, integrando os “novos temas” que passaram a possuir maior visibilidade a partir da década de 1990.

Ademais, a adoção da Resolução 50/42 no ano de 1996, por parte da AGNU, pode ser referenciada como um marco inicial na institucionalização de questões de gênero por parte da ONU, que incentivou seus Estados-membros e demais organizações a reanalisarem e

CSNU. Passou a ser permitido, portanto, o uso de “todos os meios necessários”, incluindo força letal, com a finalidade da proteção civil por parte dos *peacekeepers* (UNDPO, 2019).

reformularem suas estruturas genderizadas. Em seu último artigo, a Resolução 50/42 (UNGA, 1996) explicita este impulso por uma transformação internacional:

Solicita a todos os Estados e todos os organismos do sistema da Organização das Nações Unidas e de outras organizações internacionais, assim como organizações não-governamentais, a agirem mediante à efetiva implementação da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim (UNGA, 1996, p.2, tradução nossa)³⁴.

Neste contexto de internalização institucional sobre questões envolvendo gênero, no qual esforços da comunidade internacional se fizeram presentes no processo de promoção e implementação de medidas de GM em termos intra e interestatais, foi proporcionado um momento favorável à criação da agenda Mulheres, Paz e Segurança (MPS). A agenda é originada meio a uma conjuntura na qual acontecimentos internacionais, que envolveram tanto o contexto internacional de institucionalização dos feminismos na década de 1990 – em período configurado pela cessão de tensões de caráter nuclear após a Guerra Fria e pela ascensão de discussões que englobassem a segurança humana – quanto os impulsos institucionais onusianos, contribuíram para a maior visibilidade dos considerados “novos temas” no debate internacional. Além disso, o teor multidimensional das operações de paz da Organização também contribuiu para que houvesse a criação de uma agenda que associasse as mulheres ao processo de manutenção da paz no campo de segurança internacional.

Neste sentido, a agenda MPS – formalizada a partir da implementação da Resolução 1325 (UNSC, 2000b) – surge com o objetivo de reconhecer a participação de mulheres – tanto civis quanto militares – em situações de conflito e pós-conflito. A proposta principal é a inclusão do *gender mainstreaming* como forma de reconhecer a relevância das mulheres no processo de construção e manutenção da paz e da segurança internacional. Este instrumento, proposto durante a IV Conferência Mundial sobre a Mulher em Pequim, no ano de 1995, passou a ser posteriormente incorporado nas instituições internacionais a partir do reconhecimento de que homens e mulheres vivenciam experiências no âmbito público – sejam sociais, culturais, políticas ou econômicas – de formas distintas, ao considerar a existência de desigualdades de gênero na sociedade (TRUE; PARISI, 2013). Deste modo, a partir destes pressupostos, a Organização passou a utilizar de medidas de *gender mainstreaming* para assegurar que necessidades de homens e mulheres em ambientes de conflito e pós-conflito fossem avaliadas e endereçadas de modo a discerni-las com base em análises de gênero.

³⁴ No original: *Calls upon all States and all bodies of the United Nations system and other international organizations, as well as non-governmental organizations, to take action for the effective implementation of the Beijing Declaration and the Platform for Action.*

Outra questão de gênero que ONU também passou a reconhecer, sobretudo a partir da Agenda MPS, é a existência de uma disparidade quantitativa entre homens e mulheres que integram os processos de construção da paz. Nesse sentido, para além da introdução de medidas que considerem as diferenças de gênero e as consequências de tais assimetrias nas necessidades de homens e mulheres, a questão quantitativa também se tornou um ponto de relevância para a instituição. O *gender balancing*, portanto, passou a integrar a Agenda MPS como ferramenta para o alcance da paridade quantitativa entre homens e mulheres em diferentes espaços nas operações de paz, incentivando a maior participação feminina em funções tradicionalmente ocupadas por homens, como nos cargos militares ocupados por *peacekeepers*.

Nestes casos, a busca pelo aumento na quantidade de mulheres militares como combatentes nas operações de paz, as *peacekeepers*, possibilita questionamentos feministas que englobam discussões sobre as dinâmicas que envolvem as feminilidades nos ambientes militarizados. Conforme delineado no capítulo anterior, a partir da compreensão de uma relação dicotômica de oposição e complementaridade entre as feminilidades e as masculinidades (HOOPER, 2001), como no caso de pacífico/agressivo e fraco/forte, há uma sobreposição de cunho hierárquico na qual as feminilidades se enquadram em termos de inferioridade (HIGATE; HENRY, 2004). Uma vez considerada a hierarquização de gênero e a prevalência de qualidades associadas à masculinidade nos ambientes militares e de conflito – como força, violência e agressividade –, é relevante analisar o uso do *gender balancing* na agenda MPS por parte da ONU como forma de busca pela igualdade de gênero, ao incentivar a introdução de maior quantidade de mulheres nestes ambientes.

Para além do estímulo da inclusão de mulheres a ambientes predominantemente masculinizados, também se faz relevante desenvolver uma análise voltada ao *gender balancing* ao considerar o impulso que a Organização faz a seus Estados-membros sobre o recrutamento de mais mulheres para as forças armadas nacionais (UM WOMEN, 2013). Isto ocorre, em partes, porque são seus membros aqueles que fornecem pessoal para integrar os grupos de *peacekeepers* das operações de paz e, portanto, forma-se uma relação de dependência na qual a ONU, para aumentar seu contingente feminino, necessita receber uma maior quantidade de mulheres militares dos países que contribuem com tropas. Deste modo, as políticas de *gender balancing* desenvolvidas pela ONU a partir da agenda MPS possuem reverberação internacional com possível internalização por parte de seus Estados-membros.

De forma a discutir tais medidas propostas através da agenda MPS, este capítulo tem como objetivo principal desenvolver uma análise crítica sobre o GB, provendo enfoque especificamente às mulheres *peacekeepers* que são introduzidas nos ambientes militarizados

das operações de paz. Para isto, a primeira seção pretende apresentar a agenda Mulheres, Paz e Segurança e efetuar uma análise crítica e documental a partir das principais Resoluções emitidas pelo CSNU, de modo a identificar os pleitos, fragilidades e transformações da agenda desde o ano 2000 até a atualidade (2023). A discussão sobre a agenda MPS será transpassada por um maior desenvolvimento sobre o *gender mainstreaming* ao considerar a criação da agenda em paralelo a uma amplificação desta estratégia voltada ao gênero nas instituições, estimulada internacionalmente a partir da Conferência de Pequim (1995). Após a contextualização sobre o *gender mainstreaming* e a agenda MPS propostos na primeira seção, a segunda seção terá como objetivo promover uma discussão sobre o *gender balancing* e a forma com a qual é inserido na agenda, especificamente ao analisar o aumento quantitativo das mulheres militares que atuam como *peacekeepers* nas operações de paz, de modo a buscar identificar as principais contribuições e possíveis ausências dessas políticas a partir de um ponto de vista feminista crítico dos estudos de segurança.

2.1 O *gender mainstreaming* nas operações de paz da ONU: a Agenda Mulheres, Paz e Segurança

Conforme apresentado na introdução deste capítulo, o *gender mainstreaming* se tornou uma forma de incluir considerações sobre gênero na tomada de decisões políticas institucionais, tendo sido fundamental para a criação de uma agenda voltada para mulheres no cerne das operações de paz promovidas pela ONU. Ao analisar a emergência do GM no cenário internacional, em um processo que posteriormente refletiu nas missões de paz, a assinatura da Declaração e Plataforma de Ação (ONU, 1995) em Pequim se tornou um marco para a conscientização global sobre a necessidade de adereçar questões relacionadas a gênero na formulação de políticas e normas institucionais. Não apenas articulada nas instituições de caráter global, como nos principais órgãos da ONU, o *gender mainstreaming* também passou a ser articulado de modo a integrar políticas e instituições regionais, assim como a nível doméstico (TRUE; PARISI, 2013).

Mediante à reverberação internacional da inclusão de medidas voltadas para o gênero nas instituições a diferentes níveis globais, a incorporação no âmbito das operações de paz da ONU foi formalizada a partir da emissão da Resolução 1325 (UNSC, 2000b), que promoveu a origem da agenda Mulheres, Paz e Segurança na instituição. Ao reconhecer o GM como um pleito de origem feminista (TRUE; PARISI, 2013), uma vez que tem como objetivo

fundamental a redução das assimetrias de gênero, e ao considerar que as diversas vertentes e complexidades que envolvem o(s) feminismo(s) o(s) tornam plural, é necessário discutir algumas críticas e reflexões o *gender mainstreaming* que emergiram durante este período superior a 20 (vinte) anos desde a incorporação de tais políticas às operações de paz.

Como ponto de partida, o GM é fundamentalmente direcionado às questões que envolvem o gênero e tem como proposta a formulação de políticas que considerem as diferenças entre as experiências que os homens e que as mulheres vivenciam – estas moldadas a partir de relações de poder e assimetrias de gênero ao reconhecer a sociedade liberal como patriarcal na qual os homens foram originalmente os detentores do conhecimento. Todavia, uma vez que esta estratégia que busca a igualdade de gênero é traduzida para o âmbito institucional, tornou-se recorrente uma confusão entre políticas voltadas para gênero e políticas voltadas para mulheres (DAVIDS; DRIEL & PARREN, 2014; TRUE & PARISI, 2013). A partir deste equívoco, torna-se possível propagar a marginalização de políticas de gênero que poderiam também adereçar homens, como no caso de medidas voltadas para assistência e para a reinclusão social aos sobreviventes de violência sexual em ambientes de conflito (GRAY; STERN & DOLAN, 2020; ZALEWSKI, 2021).

Ademais, outra possível consequência da narrativa que promove políticas de gênero como políticas para mulheres é a reprodução de discursos generalizadores sobre o que é ser mulher, a “categoria mulher” (DAVIDS; DRIEL & PARREN, 2014). Neste caso, categorizar “mulher” resulta na reprodução de estereótipos que desconsideram fatores de interseccionalidade – como raça, sexualidade e classe – e favorecem atribuições de feminilidades consideradas hierarquicamente superiores, uma vez reconhecidas como múltiplas (TRUE; PARISI, 2013). A partir disto, políticas de GM que deveriam ser integradoras e voltadas à redução das assimetrias de gênero acabam por marginalizar mulheres que fogem às expectativas de gênero, além de retirarem o foco sobre a agência masculina.

Esta forma de construir a narrativa de modo a restringir o *gender mainstreaming* nas instituições a políticas voltadas apenas para mulheres, o que ocorre inclusive na própria ONU, acaba por promover responsabilidades a esse grupo em específico. Ao reproduzir o discurso sobre o GM ser uma estratégia que solucione assimetrias que afetam exclusivamente a “categoria mulher”, a questão da responsabilidade sobre a origem e resolução das desigualdades de gênero no meio institucional deixa de ser associada aos homens e às masculinidades. Subsequentemente, os homens tornam-se isentos de agência em um cenário institucional composto por hierarquias, estereótipos e estruturas genderizadas. Neste sentido, a superficialidade torna-se também um problema na elaboração de políticas institucionais que

abrangem o GM, uma vez que “o gênero se tornou um sinônimo para mulheres e meninas, e o GM uma promessa de inclusão, em vez de uma transformação” (PARPART, 2014, p. 389, tradução nossa)³⁵.

Sobre a superficialidade, para além da criação de políticas que sejam adereçadas apenas a um grupo específico e generalizador (a “categoria mulher”) e da isenção de responsabilidade e, conseqüentemente, necessidade de participação dos homens em um processo de transformação institucional; esta também resulta da relutância na adesão ao *gender mainstreaming*. Em outras palavras, ao não promoverem a implementação e internalização de políticas de GM, alguns Estados, Organizações Não-Governamentais (ONGs) e instituições internacionais, regionais ou domésticas se utilizam de discursos que promovem a maior valorização de mulheres no meio público apenas por adequação superficial às normas que buscam a inclusão, deixando de lado o potencial de transformação institucional (PARPART, 2014). Jacqui True e Laura Parisi (2013, p. 42, tradução nossa)³⁶ desenvolveram uma contribuição sobre as razões pelas quais existe tal resistência na adesão ao *gender mainstreaming* por parte das instituições, argumentando que, para além da disputa Norte-Sul³⁷, “as relações de poder entre os Estados e as agências internacionais, os atrasos burocráticos e as profundas patologias organizacionais resistentes à mudança trabalham para minar os esforços de *gender mainstreaming*.”.

Um ponto que promove maior elucidação sobre os obstáculos impostos por algumas instituições que optam por não acolher medidas de GM faz referência à natureza masculinizada das estruturas institucionais. Conforme delineado no capítulo anterior, o desenvolvimento teórico feminista permitiu compreender que as dinâmicas de poder contidas nas instituições são diretamente associadas às dinâmicas de gênero (ENLOE, 2014). Neste sentido, é necessário retomar uma argumentação teórica feminista sobre a hierarquização de gênero entre o masculino e o feminino, e reconhecer que existem expectativas impostas sobre homens e mulheres para que reproduzam estereótipos associados ao gênero (HOOPER, 2001). Meio a esta hierarquia, há uma valorização das masculinidades sobre as feminilidades.

³⁵ No original: *Gender has become a synonym for women and girls, and GM a promise of inclusion rather than transformation.*

³⁶ No original: [...] *the power relations among states and international agencies, bureaucratic delays, and deep organizational pathologies resistant to change all work to undermine gender mainstreaming efforts.*

³⁷ As autoras argumentam que um dos fatores que impulsionam a resistência Estatal quanto à internalização de medidas de *gender mainstreaming* faz referência às disputas de poder entre o Norte e o Sul Global, em cenário no qual tais medidas são incentivadas pelos países do Norte e vistas como impositivas pelo Sul. Para maior aprofundamento neste assunto, consultar True e Parisi (2013).

Tal (des)valorização também é manifestada no meio institucional. Ao resgatar as contribuições propostas por Tickner e Sjoberg (2013) e True (2005) na qual os homens são compreendidos como os detentores de conhecimento no âmbito público, e as mulheres tornam-se marginalizadas como conhecedoras, e reiterar o ponto levantado por Enloe (2014) sobre as dinâmicas de poder, as instituições podem ser compreendidas como ambientes estruturalmente formulados por homens – detentores do conhecimento – em posições de poder, nos quais a masculinidade é valorizada. Portanto, para além das razões apresentadas e desenvolvidas por Parpart (2014) e True e Parisi (2013) sobre a resistência de algumas instituições em adotarem medidas voltadas ao GM, a natureza masculinizada das estruturas institucionais também auxilia na compreensão sobre as dificuldades existentes para a inclusão de medidas voltadas ao gênero no âmbito das instituições.

Deste modo, a partir desta análise feminista crítica sobre a institucionalização do GM, foi possível identificar algumas das lacunas existentes no processo de inclusão de medidas voltadas para o gênero nas instituições, como as marginalizações de grupos que não se enquadram na “categoria mulher” e a propagação de estereótipos de feminilidade, a responsabilização instituída sobre as mulheres para a resolução de problemas advindos de disparidades de gênero, a isenção dos homens e das masculinidades sobre a resolução destas questões e a hesitação institucional em abarcar o GM. Ao projetar tais obstáculos à esfera do CSNU, e especificamente no que tange à agenda MPS, deve ser retomado o argumento que compreende o ambiente militarizado das operações de paz como fundamentado a partir de práticas e estruturas patriarcais.

Conforme delineado no capítulo anterior, as dinâmicas relacionais e estruturais que envolvem as missões de paz da ONU são permeadas de hierarquias e estereótipos de gênero que transbordam sobre as *peacekeepers* e por elas podem ser reproduzidos. Ao ocupar o espaço de combatentes em ambientes militarizados, as mulheres passam a ser inseridas em um sistema no qual as qualidades valorizadas como positivas são predominantemente masculinas, como força e violência. Neste contexto, conforme discutido no primeiro capítulo, as mulheres militarizadas podem reproduzir práticas masculinizadas para que se adequem ao meio a que estão inseridas, de modo a perpetuarem disparidades de gênero já existentes nas instituições militares, como no caso da desvalorização de feminilidades – como fraqueza e pacificidade – em ambientes de conflito (PEARSON, 2019).

Desta forma, para analisar a inserção do GM no processo das operações de paz da ONU, sobretudo em relação às *peacekeepers*, esta seção promoverá um estudo documental e crítico sobre as principais resoluções emitidas pelo CSNU no âmbito da Agenda Mulheres, Paz e

Segurança. São atualmente totalizadas 15 (quinze)³⁸ resoluções que mencionam ou versam sobre a importância de reconhecer o espaço de mulheres – civis e militares – em ambientes de conflito ou pós-conflituos, sendo a Resolução 1325 (UNSC, 2000b) aquela que deu origem à agenda (SECURITY COUNCIL REPORT, 2023).

2.1.1 A primeira década da Agenda MPS: os esforços iniciais

Conforme discutido, o ano 2000 foi marcado pela implementação da primeira resolução do CSNU que aborda a necessidade de reconhecer a importância das mulheres e de discussões sobre gênero nos assuntos relacionados à segurança internacional: a Resolução 1325 (UNSC, 2000b). Este documento foi responsável por introduzir anseios ao *gender mainstreaming* e à busca pela igualdade de gênero em situações de conflito e pós-conflito no contexto das operações de paz:

Reafirmando o importante papel que as mulheres possuem na prevenção e resolução de conflitos e na construção da paz, e evidenciando o quanto é importante sua participação equitativa e o total envolvimento em todos os esforços para a manutenção e promoção da paz e da segurança, e a necessidade de ampliar suas funções nos processos de tomada de decisão sobre a prevenção e a resolução de conflitos (UNSC, 2000, p. 1, tradução nossa).³⁹

Deste modo, a Resolução passou a regulamentar uma agenda que visa proporcionar maior proteção, inclusão e consideração pelas necessidades de mulheres em cenários conflituos: a Agenda Mulheres, Paz e Segurança. Em termos institucionais, a implementação da Resolução 1325 (UNSC, 2000b) – ainda que contestada sua completa adesão, o que será discutido posteriormente – é considerada fundamental para promover maior equilíbrio em termos econômicos, sociais e políticos para mulheres civis e militares em situação de conflito, uma vez que possibilitou a criação de um leque de resoluções na agenda MPS que resultaram na expansão de seu escopo inicial. Além do enfoque proporcionado à proteção e à maior

³⁸ A presente pesquisa considera como 15 o número de resoluções que abordam o GM e, portanto, integram a Agenda MPS, em consonância à listagem desenvolvida pelo Security Council Report (2023). Apesar disso, o Departamento de Assuntos Políticos e de Consolidação da Paz das Nações Unidas evidencia o total de 10 (dez) resoluções como as principais desenvolvidas no âmbito da Agenda (POLITICAL AND PEACEBUILDING AFFAIRS, s/a). Isto posto, ao desenvolver o presente estudo foram analisadas as 10 resoluções delimitadas pelo Departamento juntamente às demais 5 levantadas pelo Security Council Report.

³⁹ No original: *Reaffirming the important role of women in the prevention and resolution of conflicts and in peace-building, and stressing the importance of their equal participation and full involvement in all efforts for the maintenance and promotion of peace and security, and the need to increase their role in decision-making with regard to conflict prevention and resolution.*

inclusão de mulheres no processo de construção da paz e resolução de conflitos, seja por incentivar treinamentos e atenção às necessidades dessas mulheres ou por integrá-las ao processo de tomada de decisão, o documento propõe uma transformação institucional – a formulação de medidas voltadas ao gênero – nas operações de paz da ONU: “Expressa sua disposição em assegurar que as missões do Conselho de Segurança atentem sobre considerações de gênero e os direitos da mulher, inclusive por meio de consultas a grupos de mulheres locais e internacionais.” (UNSC, 2000, p.3, tradução nossa)⁴⁰.

A partir disso, foram emitidas, no âmbito do CSNU, as Resoluções 1327 (UNSC, 2000), 1366 (UNSC, 2001) e 1408 (UNSC, 2002), que reafirmaram o compromisso para com a proteção das mulheres e a busca pelo equilíbrio de gênero no processo de construção da paz. Entretanto, esses documentos registram o escasso desenvolvimento da agenda MPS neste período inicial, ao serem identificadas poucas movimentações institucionais mediante ao gênero, apesar de terem reafirmado o compromisso com o GM e a Resolução 1325 (UNSC, 2000b). Como exemplo, a Resolução 1408 (UNSC, 2002) inclui apenas uma nova contribuição para a agenda ao declarar apoio à Rede de Paz das Mulheres do Rio Mano⁴¹, reiterando a necessidade de atentar-se aos grupos de mulheres, o que havia sido previsto na Resolução 1325 (UNSC, 2000b).

Foi a partir de 2008, com a emissão da Resolução 1820 do CSNU, que maior aprofundamento foi direcionado à abrangência de possibilidades a serem discutidas na agenda MPS. Neste documento, há o reconhecimento de que mulheres e meninas são consideradas alvo de violência sexual em períodos de conflito e de pós-conflito, reiterando a necessidade de proteção a esses grupos e de treinamento específico sobre esse tipo de violência aos *peacekeepers*. Ademais, um ponto de destaque abordado pela resolução engloba a dificuldade de ressocialização em períodos de pós-conflito das mulheres que sofreram ataques de cunho sexual, ao considerar as consequências relacionais, como no caso da discriminação e do medo.

Conforme discutido anteriormente, a violência sexual em ambientes de conflito e pós-conflito já existia em período que antecede seu reconhecimento e atentamento por parte da comunidade internacional. Com a expansão do GM e o avanço da implementação da agenda MPS por parte do CSNU, além do aumento do fluxo informacional, maior visibilidade foi

⁴⁰ No original: *Expresses its willingness to ensure that Security Council missions take into account gender considerations and the rights of women, including through consultation with local and international women's groups.*

⁴¹ A Rede de Paz das Mulheres do Rio Mano é uma Organização Não-Governamental (ONG) que possui parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) configurada por um grupo de mulheres com o objetivo de inclusão e participação equitativa no processo de resolução de conflitos na região do Rio Mano. Para maiores informações, consultar UNESCO (2013).

atribuída ao combate de casos de estupros como arma de guerra. Além do disposto na Resolução 1820 (UNSC, 2008) sobre as barreiras relacionais pós-violência, a dificuldade e os obstáculos de ressocialização de mulheres sobreviventes de violência sexual também são identificados ao considerar questões culturais, físicas e psicológicas (BROWN, 2012).

Uma vez que é proposta uma análise crítica por parte da presente dissertação, reitera-se que o uso da linguagem é valorizado. Deste modo, ao tratar sobre as mulheres que passam por situações de violência sexual em conflito ou pós-conflito, o CSNU, através da Resolução 1820 (2008), opta por considerá-las vítimas. Este uso discursivo remete à necessidade de proteção, além de abreviar as mulheres à violência que sofreram, desconsiderando suas complexidades e enquadrando-as em uma categoria narrativa que dificulta a ressocialização.

Outro ponto relevante é a ausência de menção à violência sexual perpetrada contra homens e meninos, o que contribui para a estereotipagem de gênero e o isolamento dos sobreviventes, além da premissa adotada de que o alvo desse tipo de violência está sobre mulheres e meninas. Algumas teóricas feministas, como Gray, Stern e Dolan (2020) e Zalewski (2021) ressaltam a importância de reconhecer também a incidência da violência sexual sobre os homens em períodos de conflito e pós-conflito. As hierarquias de gênero e a inferiorização da feminilidade associada aos ataques sexuais perpetrados contra os homens, ao considerar o uso do estupro como uma violência que exerce poder, medo e controle, também há a dificuldade de ressocialização por parte desses sobreviventes. Zalewski (2021) argumenta, inclusive, que há alegações sobre uma aproximação quantitativa nos casos de violência sexual em ambientes de conflito e pós-conflito entre homens e mulheres.

Neste contexto, mediante ao reconhecimento de que os casos de violência sexual permaneceram, o CSNU emitiu a Resolução 1888 no ano de 2009, reiterando pontos já abordados no documento que a precedeu. Além disso, uma das menções nesta resolução diz respeito à integração de mais mulheres *peacekeepers* nas operações de paz, com o intuito de criar um ambiente favorável ao diálogo com as mulheres locais, o que promoveria maior adesão destas mulheres aos espaços militarizados nacionais, tendo como consequência, de acordo com o documento, o aumento da segurança local. Esta argumentação e incentivo à maior inclusão quantitativa de mulheres em prol da regulação de uma situação previamente estabelecida de desigualdade pode ser identificada como uma medida de impulso ao *gender balancing* na instituição.

O mesmo incentivo ao *gender balancing* se fez presente na Resolução 1889, também emitida no ano de 2009, com enfoque à inclusão de mulheres na posição de mediadoras e tomadoras de decisão nos processos de conflito e pós-conflito:

Expressando profunda preocupação sobre a sub-representação de mulheres em todos os estágios do processo de paz, sobretudo quanto aos baixíssimos números de mulheres desempenhando funções nos processos de mediação, e enfatizando a necessidade de assegurar que mulheres sejam apropriadamente indicadas a níveis de tomada de decisão, como mediadoras de alto nível e compondo as equipes de mediação (UNSC, 2009b, p. 2, tradução nossa)⁴².

O reconhecimento sobre a falta de representatividade de mulheres nos processos de deliberação e tomadas de decisão em ambientes de conflito e pós-conflito teve como resultado um ponto significativo na agenda MPS: o discurso de que mulheres devem ser compreendidas como agentes, e não apenas como vítimas a serem protegidas. A despeito de ser possível depreender que o incentivo ao aumento no número de mulheres combatentes já configuraria a ampliação do leque de categorização para além da necessidade de proteção, foi apenas com a Resolução 1889 que este fator se tornou expressamente uma preocupação no âmbito do CSNU.

No ano seguinte, em 2010, e completando o marco de dez anos desde a implementação da agenda MPS no contexto da ONU, a Resolução 1960 reafirmou o compromisso do CSNU mediante ao *gender balancing* na instituição. O documento, além de estimular que os países-membros enviassem tropas de mulheres para compor as operações de paz da ONU, também argumentou a favor da inclusão de treinamentos sobre gênero e violências de gênero em ambientes de conflito, reforçando a necessidade de aumentar o progresso no controle e extinção de ocorrências de violência sexual nos locais das missões.

A questão do combate à violência sexual e de gênero, incluindo diferentes propostas de abordagem – treinamento específico para os *peacekeepers*, monitoramento, inclusão de mais mulheres em diferentes funções das operações de paz, proposta de maior diálogo com grupos de mulheres locais, elaboração de políticas de conscientização e planos de ação -, se fez presente com grande destaque na agenda MPS, em seus primeiros dez anos (2000 – 2010). Nesta década, além da valorização da institucionalização do GM através das resoluções emitidas e analisadas, também foi possível identificar tendências do uso do *gender balancing* como instrumento que visasse à redução da sub-representação de mulheres no âmbito das operações de paz da Organização.

Neste âmbito, a visão institucional sobre o aumento na quantidade de mulheres em ambientes militarizados seria positiva, uma vez que proporcionaria oportunidades semelhantes às dos homens, identificação e incentivo quando em contato com mulheres locais, inclusão de

⁴² No original: *Expressing deep concern about the under-representation of women at all stages of peace processes, particularly the very low numbers of women in formal roles in mediation processes and stressing the need to ensure that women are appropriately appointed at decision-making levels, as high level mediators, and within the composition of the mediators' teams.*

análises baseadas em gênero e a valorização da ocupação de diferentes espaços e cargos por mulheres. Entretanto, mesmo diante do reconhecimento de mulheres como combatentes e agentes relevantes para o processo da paz, a perspectiva de mulheres na posição necessidade de proteção foi um dos principais pontos da agenda em seus primeiros dez anos.

2.1.2 De 2010 a 2020: a ampliação e os obstáculos da agenda MPS

Conforme exposto, o marco de dez anos da agenda Mulheres, Paz e Segurança contou com a emissão da Resolução 1960 (UNSC, 2010). Após a adoção deste documento, foi apenas no ano de 2013 que o CSNU incluiu uma nova Resolução no âmbito desta temática: a Resolução 2106. Ao retomar a necessidade de atentar-se aos casos de violência sexual em ambientes de conflito, a Resolução 2106 (UNSC, 2013) inclui o reconhecimento de que esta violência também é perpetrada nos corpos de homens e meninos, sendo a primeira do rol de resoluções da agenda MPS a trazer esta perspectiva. Além disso, permanece a menção à inclusão de análises de gênero em processos de tomada de decisão nas operações de paz, assim como referências ao alcance de uma melhor implementação da Resolução 1325 (UNSC, 2000b).

Neste sentido, ao tratar sobre o documento que deu origem à agenda em questão, foi emitida a Resolução 2122, ainda no ano de 2013, que versa, dentre outros assuntos, sobre a existência de obstáculos que impedem a total implementação da Resolução 1325. Deste modo, algumas das propostas incluem o maior estímulo à adesão de mulheres em posições de liderança nos processos de tomada decisão e de ação, ponto que já havia sido englobado por resoluções anteriores. Para este fim, a Resolução reforça o impulso institucional mediante ao *gender balancing* ao reafirmar o incentivo aos “países que contribuem com tropas e polícia a aumentarem o percentual de mulheres militares e policiais enviadas às operações de paz da ONU” (UNSC, 2013, p. 5, tradução nossa)⁴³.

A análise desta Resolução permite a identificação de um constante reconhecimento por parte da ONU e, em especial, do CSNU, sobre os impedimentos impostos não apenas à implementação da Resolução 1325, conforme expresso no documento, mas ao *gender mainstreaming* em si. Ao resgatar argumentos sobre a persistência na subrepresentatividade de mulheres em posições de poder e liderança na instituição, o déficit institucional de mulheres

⁴³ No original: [...] *troop- and police-contributing countries to increase the percentage of women military and police in deployments to United Nations peacekeeping operations.*

nos ambientes das operações de paz e os baixos resultados na implementação de resoluções da agenda MPS anteriores, a Resolução 2122 menciona constantemente uma baixa atenção deslocada à Agenda: “Reconhece a necessidade de uma atenção mais sistemática à implementação dos compromissos de mulheres, paz e segurança[...]” (UNSC, 2013, p. 2, tradução nossa)⁴⁴. Neste sentido, a identificação de fissuras no enfoque institucional fornecido ao GM confirma e torna possível retomar algumas das críticas feministas elaboradas no início desta seção, como discussões sobre os ambientes militares serem predominantemente masculinizados e, portanto, o espaço a ser ocupado por mulheres e por demonstrações de feminilidades é considerado hierarquicamente inferior, com menor visibilidade. Para além, pode ser resgatada também a reflexão sobre a relutância institucional em acolher medidas voltadas para gênero. Por que não atentar, mesmo com uma agenda criada para tal função?

Outro ponto discutido no documento, ainda que brevemente, é a necessidade de uma profunda transformação institucional para que as necessidades de mulheres em ambientes de conflito, assim como a participação em processos de resolução e manutenção da paz, sejam alcançadas. Apesar disso, não há contemplações mais desenvolvidas sobre as razões pelas quais os empecilhos à implementação da agenda MPS permanecem estabelecidos, mesmo após 13 anos desde a emissão da primeira resolução sobre o assunto. Deste modo, é relevante retomar o argumento de Parpart (2014) que associa a institucionalização do GM a regulações que remetem à superficialidade, com objetivos que por vezes não são cumpridos e que incidem a responsabilidade à resolução dos problemas referentes ao gênero sobre as mulheres.

Sendo assim, apesar de não estar expressamente delineado na Resolução 2122 (2013), as dificuldades encontradas no processo de implementação da agenda MPS, com destaque ao que foi preconizado na Resolução 1325 (2000b), relacionam-se às lacunas do próprio processo de institucionalização do GM. Os anseios à uma transformação institucional com o objetivo de providenciar avanços na Agenda entram em conflito com a superficialidade das propostas sobre segurança direcionadas às mulheres e baixa visibilidade fornecida por parte da Organização. Conforme discutido no início da seção, ao promover um discurso generalizador (a categoria “mulher”), a formulação de políticas institucionais voltadas para o grupo em evidência acaba adquirindo características superficiais, sobretudo ao desconsiderar complexidades:

Solicita que as missões de manutenção da paz, ao prosseguirem com seus mandatos, atentem-se às ameaças à segurança e aos obstáculos enfrentados por mulheres e

⁴⁴ No original: *Recognizing the need for more systematic attention to the implementation of women, peace and security commitments [...]*.

meninas para sua proteção em configurações de conflito armado e de pós-conflito (UNSC, 2013, p.4, tradução nossa)⁴⁵.

O fragmento em destaque ilustra a superficialidade das políticas de *gender mainstreaming* aplicadas à Agenda MPS, reafirmando a generalização utilizada no âmbito do discurso, tanto em referência às mulheres e suas necessidades, quanto às medidas que devam ser adotadas para suprir as assimetrias de gênero nos cenários de conflito e pós-conflito.

Ainda sobre os empecilhos para a total implementação da agenda, dificuldade reconhecida de forma expressa na Resolução 2112 (UNSC, 2013), resgata-se também outro argumento de Parpart (2014) sobre uma das tendências na institucionalização do GM: a responsabilização no processo de resolução de problemas sobre as mulheres. Neste sentido, após o período de 15 anos desde a criação da agenda MPS pela Resolução 1325, foi possível identificar um incentivo onusiano para que homens e meninos participassem ativamente de uma busca pela igualdade de gênero a partir do *gender mainstreaming* na instituição, com a implementação da Resolução 2242:

Reitera o importante engajamento de homens e meninos como parceiros na promoção da participação de mulheres na prevenção e resolução de conflitos armados, na construção da paz e em situações de pós-conflito (UNSC, 2015, p.2, tradução nossa)⁴⁶.

Neste documento, além de encorajar a participação geral e tomá-la como fundamental para suprir os déficits institucionais e as dificuldades na implementação da agenda, ainda há a inclinação ao recurso do *gender balancing* com o objetivo de incluir mais mulheres – sobretudo policiais e militares – em suas operações de paz. Deste modo, é estipulado o período de 5 (cinco) anos para que o número de mulheres que integram contingentes nas operações de paz da ONU se multiplique por 2 (dois).

Ao considerar a necessidade de uma reformulação na implementação da agenda MPS, conforme discutido pelo próprio CSNU com a emissão da Resolução 2122 (UNSC, 2013), além de alterações de abordagem – como no caso de atribuir responsabilidades também aos homens sobre a resolução de problemas associados às assimetrias de gênero na instituição – houve, inclusive, ampliação do escopo temático. Para melhor ilustrar, uma questão que passou a incluir a agenda MPS na segunda década desde sua criação foi o combate ao terrorismo, assunto que

⁴⁵ No original: [...] requests peacekeeping missions, in keeping with their mandates, to address the security threats and protection challenges faced by women and girls in armed conflict and post-conflict settings.

⁴⁶ No original: Reiterating the important engagement by men and boys as partners in promoting women's participation in the prevention and resolution of armed conflict, peacebuilding and post-conflict situations.

já vigorava e que passou a possuir credibilidade no âmbito das discussões internacionais desde o período de ascensão dos “novos temas”, durante a década de 1990 (LINDGREN-ALVES, 2018).

Mesmo com a maior visibilidade de debates no cenário internacional sobre o terrorismo, a primeira associação à agenda de MPS ocorreu apenas no ano de 2015, com a Resolução 2242. Similarmente, a questão do tráfico humano e suas associações aos casos de violência sexual também foi aderida à agenda de forma tardia, tendo sido documentada formalmente dentre as resoluções somente no ano de 2016, com a emissão da Resolução 2331 pelo CSNU.

Ainda na temática das ocorrências de violência sexual em ambientes de conflito, o reconhecimento sobre os *peacekeepers* como perpetradores deste crime passou a constar no rol das resoluções do CSNU apenas em 2016, com a Resolução 2272, reforçando a existência de lacunas significativas no âmbito da institucionalização do GM por parte da Organização. A dificuldade de implementação de uma agenda voltada para a igualdade de gênero no âmbito da segurança internacional, por parte do CSNU, também foi discutida nas duas últimas resoluções da agenda MPS: a Resolução 2467 (UNSC, 2019a) e a Resolução 2493 (UNSC, 2019b).

Apesar de identificar barreiras para a total implementação da agenda MPS, e consequentemente do GM, ambas as resoluções adotadas no ano de 2019 (Resolução 2467 e Resolução 2493) encontram no *gender balancing* uma possibilidade para sanar dificuldades, déficits e problemas relacionados à subrepresentatividade e marginalização das necessidades de mulheres nos ambientes de conflito e pós-conflito. Neste sentido, a seção seguinte tem o objetivo de instigar reflexões sobre a promoção do *gender balancing* para os ambientes militarizados das operações de paz. Ao considerar o incentivo no aumento da quantidade de mulheres combatentes como expressamente presente nas resoluções, como no caso do objetivo estipulado pela Resolução 2242 (UNSC, 2015), um maior enfoque será dado sobre as *peacekeepers*.

2.2 O *gender balancing* como ferramenta

A análise sobre as resoluções emitidas pelo Conselho de Segurança da ONU no âmbito da agenda de Mulheres, Paz e Segurança permite compreender argumentos utilizados pela instituição para a aplicação de políticas de *gender balancing* nos processos de manutenção da paz. Um estudo desenvolvido por Martha Ghittoni, Léa Lehouck e Callum Watson (2018), categoriza as justificativas onusianas de busca pela igualdade quantitativa em 3 (três) blocos:

efetividade operacional, capacidade de apoio à implementação de provisões da agenda MPS, e direitos iguais que mulheres possuem para servir militarmente.

Meio a esta categorização, é necessário anteriormente estabelecer que, apesar de as resoluções analisadas fazerem menção às mulheres em posição civil, policial e militar nos ambientes de conflito e pós-conflito, o enfoque proporcionado por esta dissertação é direcionado às mulheres combatentes. Integrando o contingente das operações de paz da ONU, as *peacekeepers* são mulheres em função de especialistas, policiais ou militares nas missões de paz e representam uma parcela quantitativamente inferior à dos homens na mesma função. Dentre esses 3 grupos de mulheres que integram ativamente as operações de paz, as militares que participam dos contingentes compõem o recorte com menor representação, tendo alcançado o percentual de 5,8% no ano de 2021 (UNITED NATIONS PEACEKEEPING, 2021).

Neste sentido, ao retomar as contribuições elaboradas por Ghittoni, Lehouck e Watson (2018) sobre os significados no processo de implementação do *gender balancing* nas operações de paz da ONU, assim como o conteúdo e o discurso proposto nas resoluções que compõem a agenda MPS, é relevante formular uma análise feminista crítica de segurança que questiona as medidas adotadas.

Em primeiro lugar, a categoria denominada “efetividade operacional” (GHITTONI; LEHOUCK; WATSON, 2018) é composta pelo argumento sobre a alta capacidade relacional de mulheres militares com civis locais, sobre a presença de mulheres militares alterar positivamente o resultado das operações de paz, e sobre a projeção de uma imagem positiva das operações de paz. Estes pontos convergem a partir da concepção que associa a figura da mulher ao pacifismo, e além de reproduzir estereótipos de gênero (JENNE & BISSHOPP, 2021; REBELO, 2013), mantém a responsabilidade na solução de problemas atrelados à desigualdade de gênero sobre as mulheres (PARPART, 2014).

Além disso, a possibilidade de melhora relacional com as mulheres locais a partir do aumento quantitativo de mulheres *peacekeepers* por meio do *gender balancing*, conforme previsto na Resolução 1888 (UNSC, 2009a, p. 2, tradução nossa), é ancorada em um diálogo direto entre as combatentes e as civis: “[...] Mulheres e crianças afetadas pelo conflito armado podem se sentir mais seguras ao trabalhar com e reportar abusos a mulheres nas operações de manutenção da paz.”⁴⁷. Existe, porém, alguns fatores que devem ser levados em consideração ao vislumbrar o diálogo entre mulheres *peacekeepers* e civis locais, como no caso da baixa alocação de contingentes compostos por mulheres a áreas e missões consideradas perigosas

⁴⁷ No original: “[...] Women and children affected by armed conflict may feel more secure working with and reporting abuse to women in peacekeeping missions [...]].

(KARIM; BEARDSLEY, 2013, 2017). Este ponto relaciona-se diretamente à discussão sobre estereótipos de gênero, uma vez que mesmo ao desempenhar funções combativas, como uma mulher militar em tropas de operação de paz da ONU, sua imagem permanece construída junto à necessidade de proteção.

Conforme exposto, existem lacunas a serem discutidas ao abordar o *gender balancing* como a categoria de “efetividade operacional” (GHITTONI; LEHOUCK; WATSON, 2018), sobretudo ao compreender a reprodução de estereótipos de gênero que associam as mulheres à pacificidade e promovem uma homogeneização a partir da categoria mulher que desconsidera as experiências individuais interseccionais. Já delineado no capítulo anterior, as dicotomias de gênero se fazem presentes no âmbito do discurso da sociedade liberal, e assim ocorre com o pacifismo/agressividade e a fraqueza/força (HOOPER, 2001; SIMIĆ, 2010). Por mais que as *peacekeepers* demonstrem qualidades associadas à força ao integrarem tropas inseridas em um sistema militar, os estereótipos de gênero e as associações entre mulher e feminilidade propagam discursos protetivos no qual, em ambientes considerados perigosos, as mulheres militares tendem a ser menos frequentemente alocadas.

No caso do pacifismo, sua associação ao que é considerado feminino atribui às *peacekeepers* uma responsabilidade regulatória sobre a agressividade inerente às masculinidades reproduzidas pelos homens, como no caso de violências físicas cometidas nos locais das missões (REBELO, 2013). A ideia do pacifismo e da necessidade de incluir mais mulheres para a redução da agressividade e a promoção de um maior diálogo com as locais é, portanto, mais uma forma de transmissão da responsabilidade sobre as questões associadas ao gênero para as mulheres.

Para além da pacificidade, a perspectiva de identificar nas mulheres uma necessidade de proteção – que é simultaneamente fruto e reprodutora de estereótipos de gênero – é comum à agenda MPS, tanto na abordagem expressa nas resoluções do CSNU quanto nas medidas de atribuição de funções e localidades das operações de paz. Apesar disso, dentre os documentos emitidos pelo CSNU, a imagem da mulher combatente é expressamente valorizada, ainda que reconhecida a existência da subrepresentatividade nas operações de paz da ONU. Para compreender este ponto, é necessário retomar uma das questões abordadas pela Resolução 2122 (UNSC, 2013), que faz menção ao incentivo onusiano sobre o envio de mulheres por parte dos países que contribuem com tropas (TCCs).

Em termos de baixa representatividade de mulheres combatentes nas missões, é relevante identificar que a ONU tem como um de seus obstáculos a relação de dependência com as Forças Armadas nacionais de seus Estados-membros, necessitando que incluam mulheres

militares nas tropas enviadas para a Organização. O incentivo que a ONU faz aos TCCs e a permanência da baixa representatividade, mesmo após a formulação de uma agenda voltada para mulheres no âmbito da segurança internacional, aponta um ciclo no qual as assimetrias de gênero são o centro para a análise. A contribuição de Sanna Strand (2023) sobre esta relação argumenta que, apesar de identificadas políticas de inserção (por meio do *gender balancing*) de mulheres em ambientes militarizados como Forças Armadas nacionais, ainda há resistência por parte das instituições militares em reconhecer que estes espaços não são exclusivos aos homens. A autora trata sobre essa falta de reconhecimento ser identificada em detalhes como as vestimentas militares, que não são adaptadas aos corpos de mulheres militares⁴⁸. A contribuição de Strand (2023), para além de evidenciar as ausências existentes para que mulheres militares ocupem funções de combatentes das Forças Armadas nacionais, ainda contribui com o argumento levantado por Cynthia Enloe (2013), ao expor que estas ainda não são “levadas a sério” nesses espaços de combate.

Deste modo, as lacunas presentes no processo de aplicação do *gender balancing* vão de encontro a outro argumento onusiano, registrado na segunda categoria proposta por Ghittoni, Lehouck e Watson (2018): um mecanismo de apoio à implementação de provisões da agenda MPS. Se, por um lado, um aumento quantitativo de mulheres militares nas operações de paz da Organização reduz a desproporcionalidade e promove maiores oportunidades às mulheres nos cargos de segurança (UNSC, 2019a), por outro, suas lacunas – como no caso dos obstáculos no envio das *peacekeepers* a áreas consideradas perigosas, a propagação de estereótipos de gênero mediante associações sobre pacificidade e fragilidade e a dependência da ONU para que os TCCs enviem contingentes compostos por mulheres – evidenciam questões estruturais que dificultam a busca pelo equilíbrio de gênero.

Enquanto utilizado como instrumento para a implementação da agenda MPS, o *gender balancing* também se torna ferramenta – no âmbito do discurso institucional – para suprir fragilidades encontradas no próprio *gender mainstreaming*. Ao tomar o caso da Resolução 2242 (UNSC, 2015) como exemplo, o documento apresenta a persistência de dificuldades (falta de recursos, baixa adesão de apoio político, necessidade de responsabilização e de mudanças institucionais) no processo de plena implementação da Agenda MPS, tomando iniciativas de *gender balancing* em diferentes esferas – incluindo cargos sênior na ONU, cargos de

⁴⁸ Em sua pesquisa, Strand (2023) discorre sobre os uniformes militares ainda não serem adaptados aos corpos femininos, levantando questões sobre gravidez e roupas íntimas, e discutindo a respeito de como estas lacunas são silenciadas ou ridicularizadas pela mídia, justamente pela dissociação entre corpos de mulheres e ambientes de conflito.

especialistas, militares e policiais – como forma de superar o déficit institucional e buscar soluções para os casos de violência sexual que ocorriam no local das missões.

Embora o aumento na quantidade de mulheres atuando nas operações de paz possa proporcionar a adoção de novas medidas voltadas para a prevenção e redução da violência de gênero (GHITTONI; LEHOUCK & WATSON, 2018; REBELO, 2013), é fundamental evidenciar que este discurso retoma os estereótipos de gênero que relacionam mulheres à pacificidade, mesmo que em ambientes de guerra/conflito, e reafirmam o símbolo de que a agressividade é essencialmente masculina (CARREIRAS, 2010; REBELO, 2013).

Ademais, também deve ser levado em consideração que a violência de gênero também é representada através de silenciamentos e marginalizações – como no caso de exclusões nos processos decisórios e na formulação de políticas, na falta de reconhecimento, na baixa relevância atribuída às pautas levantadas, na desconsideração sobre individualidades e interseccionalidade – ultrapassando as barreiras da violência física; deste modo a perpetração de estereótipos que limitam e hierarquizam as *peacekeepers* também pode ser compreendida como uma forma de violência (JENNE; BISSHOPP, 2021).

Deste modo, ao reconhecer o *gender balancing* como uma ferramenta utilizada para auxiliar na agenda MPS, a busca pela igualdade quantitativa entre homens e mulheres permanece reproduzindo pontos de dificuldade para alcançar o equilíbrio de gênero, assim como o *gender mainstreaming*. A crítica sobre mulheres se tornarem responsáveis por solucionar assimetrias institucionalizadas por homens através do GM (PARPART, 2014) também pode ser projetada à responsabilidade regulatória de mulheres sobre o comportamento dos homens na leitura de que mulheres seriam mais pacíficas. A abordagem é, portanto, repleta de ausências que se reproduzem sem a existência de uma transformação estrutural institucional.

Sobre a transformação estrutural, emerge o questionamento a respeito da possibilidade de alterar uma realidade institucional que foi, desde sua origem, construída pela experiência de homens no âmbito público (TRUE, 2005). Com este sentido, a justificativa do *gender balancing* para prover direitos iguais às mulheres para servirem como militares (GHITTONI; LEHOUCK; WATSON, 2018) converge com a difusão de ideais militaristas, que possuem origem patriarcal. O estímulo da agenda MPS à maior presença de mulheres em espaços militarizados transborda a fronteira da participação nas operações de paz da Organização, a partir da percepção de que “a presença de mulheres *peacekeepers* podem encorajar mulheres locais a participarem das forças nacionais armadas e de segurança [...]”⁴⁹ (UNSC, 2009a, p. 2, tradução nossa).

⁴⁹ No original: *The presence of women peacekeepers may encourage local women to participate in the national armed and security forces [...]*.

É relevante pontuar que, conforme desenvolvido no capítulo anterior, o processo de introduzir mais mulheres a ambientes militarizados pode gerar consequências negativas (WIBBEN, 2018), ao considerar uma série de normalizações acerca de violência e exclusões, mobilizações discursivas sobre o “outro”, hierarquias de gênero no meio militar, silenciamentos e homogeneizações (ENLOE, 2015; HIGATE & HENRY, 2004). Neste sentido, a linguagem militarizada que envolve a vítima, o combatente e a ameaça, “nós” e o “outro”, também transborda sobre as mulheres militares, sobretudo ao reconhecer as hierarquias de gênero nos ambientes de conflito, e pode resultar em normalizações acerca de violências – estas não exclusivamente físicas – sobre as próprias *peacekeepers*, como marginalizações a partir de designações destas militares a funções mais vinculadas à administração das missões (REBELO, 2012), o que também pode ser reproduzido às mulheres militares de forças armadas locais.

Esse processo pode gerar ainda mais reproduções de masculinidades em um ambiente no qual há a desvalorização hierárquica de feminilidades, sobretudo por parte das mulheres *peacekeepers*, uma vez identificada a valorização e o prestígio de características masculinizadas no ambiente militar, o que possui consequências relacionais entre os próprios *peacekeepers* (HENRY, 2019). Portanto, quanto ao último argumento onusiano mediante ao *gender balancing* categorizado por Martha Ghittoni, Léa Lehouck e Callum Watson (2018) como o “direito igual de servir”, permanecem questionamentos sobre até que ponto é suficiente fomentar a inclusão de mais mulheres ocupando espaços militarizados, enquanto estes permanecem estruturalmente masculinizados.

Considerações finais

A partir das reflexões instigadas no presente capítulo, sobretudo quanto à promoção do *gender mainstreaming* e do *gender balancing* no cenário internacional que tomaram visibilidade após a assinatura da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, em 1995, e sua projeção na Agenda Mulheres, Paz e Segurança, algumas questões devem ser destacadas. Em primeiro lugar, é necessário pontuar que ambos os instrumentos utilizados pela ONU – tanto o *gender mainstreaming* quanto o *gender balancing* – possuem como objetivo principal a redução e dissipação de assimetrias entre homens e mulheres em cenários de conflito e pós-conflito ao serem introduzidos na Agenda MPS. Neste sentido, foi realizada uma análise documental que envolveu 15 (quinze) resoluções emitidas pelo Conselho de Segurança da ONU que relacionam

as mulheres à segurança e paz internacional, tendo como marco inicial a Resolução 1325 (UNSC, 2000b).

Todavia, apesar de ter sido identificada uma expansão da Agenda a partir da complementação de novos temas que a contemplassem – como violência sexual, terrorismo e tráfico humano – a própria Organização reconhece, através dos documentos, a existência de dificuldades para a aplicação de medidas voltadas para o gênero: tanto de GM quanto de GB. Parte dessas dificuldades identificadas são diretamente relacionadas às críticas feministas à institucionalização de ambos os instrumentos que visam à igualdade de gênero. Os obstáculos no apoio financeiro e político à Agenda, a dependência da ONU sobre os TCCs no processo de recrutamento e envio de mais mulheres militares para integrarem as operações de paz, a falta de relevância fornecida à Agenda e a permanência de constantes ocorrências de violências sexuais nos locais das missões são alguns dos principais pontos abordados pela Organização por meio da documentação analisada que dificultam a redução de disparidades de gênero nas missões.

As dificuldades, no entanto, traduzem questionamentos feministas sobre a falta de transformação estrutural no processo de institucionalização do *gender mainstreaming* e do *gender balancing*. Apesar de formuladas para atingir a igualdade de gênero, tais ferramentas podem atingir a superficialidade, sobretudo ao categorizarem políticas de gênero para políticas voltadas para mulheres. Conforme discutido, ao não englobar fatores interseccionais e não compreender que políticas de gênero deveriam ser políticas para todas e todos, as instituições podem reproduzir narrativas que tornam as mulheres responsáveis por solucionar desigualdades e regular as masculinidades que são esperadas de serem reproduzidas pelos homens.

Além disso, a inclusão de mulheres às instituições fundamentalmente masculinizadas – conforme levantado pelas contribuições de Parpart (2014), True e Parisi (2013), Tickner e Sjoberg (2013) e True (2005) sobre os homens serem os produtores de conhecimento no âmbito público e institucional e a consequente marginalização das mulheres nas instituições – possibilita o desenvolvimento de questionamentos acerca do *gender balancing* incentivado às *peacekeepers*. Uma questão que permeou o capítulo foi a capacidade (ou a falta) de transformação institucional. As políticas que visam ao aumento na quantidade de mulheres combatentes aos ambientes militarizados das operações de paz geram transformações em direção à igualdade de gênero, ou são os obstáculos suficientes para promover recuos? Para promover maior elucidação quanto a este e outros questionamentos acerca do *gender balancing* aplicado às combatentes militares das operações de paz da ONU, o capítulo seguinte se propõe a desenvolver uma análise sobre essas medidas de aumento quantitativo das *peacekeepers* a

partir de um estudo de caso sobre a Missão de Estabilização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO).

3 **O GENDER BALANCING NA MONUSCO: A QUESTÃO DAS PEACEKEEPERS**

O capítulo anterior, ao traçar uma linha do tempo e situar historicamente a Agenda de Mulheres, Paz e Segurança, introduzida a partir da Resolução 1325 (UNSC, 2000b), permite compreender os avanços e recuos nas discussões e medidas sobre o gênero no campo da segurança internacional. A resolução que deu origem à agenda configura um importante ponto de partida para discutir gênero nas Relações Internacionais (RI) e de estabelecimento das bases sobre as quais foram fundados os demais documentos que fazem parte da Agenda MPS.

Sendo assim, a Resolução 1325, apesar de não ter como uma de suas principais características o aprofundamento sobre o tema, é contemplada como um marco na instituição, uma vez que introduziu um debate relacionado às mulheres e à segurança. Ainda, este documento também permitiu com que novas resoluções com objetivos correlatos emergissem, como no caso da Resolução 1820 (UNSC, 2008), que versa sobre o uso de violência sexual como arma de guerra e mobiliza os Estados-membros a se posicionarem contra essa prática (KREFT, 2016).

Apesar de tais medidas gerarem uma boa projeção onusiana para a comunidade internacional, além de darem visibilidade à marginalização das mulheres no ambiente militar e militarizado, uma análise mais crítica aponta a formulação de políticas liberais que podem ser consideradas violentas e fontes de maiores inseguranças (BASHAM, 2018; LUTZ, 2014; COHN, 2013; ORFORD, 2003). Para melhor desenvolver essas inquietações e questionamentos, a teoria feminista crítica de segurança utilizada como perspectiva de análise permite uma compreensão mais direcionada sobre as dinâmicas de gênero que envolvem as operações de paz. (WILCOX, 2012; TRUE, 2005)

Neste sentido, a presente dissertação utiliza a Missão de Estabilização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO) como estudo de caso. Em especial, a MONUSCO é uma missão que permanece vigente na atualidade, tendo sido implementada no ano de 2010. Apesar disso, e conforme será desenvolvido ao longo deste capítulo, a operação de paz em análise é enraizada em acontecimentos internacionais que remetem à década de 1990, e surgiu em substituição a outra missão que ocupava o local desde o ano de 1999: a Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUC).

Ainda sobre a MONUSCO, esta operação de paz representou um dos casos nos quais houve a permissão do uso da força por parte do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) desde o momento da emissão da resolução de implementação, a Resolução 1925 (UNSC, 2010). Diversas manifestações de violência são recorrentes nesta operação de paz,

considerada uma das mais perigosas da atualidade, e caracterizada pelo alto número de denúncias de violência sexual no local (KREFT, 2016). Neste ambiente marcado pela violência e pelo conflito duradouro, ao considerar o período que totaliza mais de duas décadas de vigor entre as missões (MONUC e MONUSCO), as medidas de GB foram suficientes para desestabilizar as assimetrias de gênero no processo de construção da paz na RDC?

Ao abordar as operações de paz da ONU e as medidas que visam a maior inserção de mulheres neste meio militar de intervenção, este capítulo tem como objetivo principal realizar uma análise crítica à aplicação de medidas de *gender balancing* nas operações de paz, por meio do estudo de caso da MONUSCO. Com este fim, o capítulo é dividido em duas seções, de modo a cumprir dois objetivos específicos. A primeira seção propõe um desenvolvimento histórico sobre o surgimento da MONUSCO, ao considerar as principais questões que culminaram na primeira intervenção internacional onusiana no local (MONUC), as consequências, as questões negligenciadas e o que mudou (ou não) com a substituição para a MONUSCO. Na segunda seção, um maior enfoque será fornecido sobre as políticas voltadas à igualdade quantitativa entre homens e mulheres *peacekeepers* na missão, com o objetivo de compreender como se dão as dinâmicas de gênero nesses ambientes militarizados e se é possível identificar alterações em direção ao alcance da igualdade de gênero.

3.1 De MONUC a MONUSCO: o desenvolvimento histórico

De modo a compreender a atual configuração da MONUSCO, assim como a alocação (ou não) e integração de mulheres militares nesta operação de paz, há de se traçar uma linha do tempo que remete à origem da missão, como substituição à operação anterior: a Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUC). Implementada no ano de 1999 a partir da Resolução 1279 (UNSC, 1999), a MONUC possuiu como objetivo inicial fornecer suporte ao processo de cessar-fogo entre o governo congolês e aqueles considerados rebeldes, assim como afastar o envolvimento de outros Estados no conflito (MONUSCO, 2022).

Mais especificamente, a missão foi implementada na RDC no período que sucedeu o genocídio de Ruanda, em contexto de conflitos étnicos que ultrapassavam as fronteiras estatais. Após a ascensão ao poder dos Tutsis no governo de Ruanda houve um fluxo migratório de Hutus em fuga para o Congo, o que teve como consequência a formação de milícias e a invasão de forças estrangeiras para combater os grupos Hutus e desmobilizar o governo local (AUTESSERRE, 2008; BROWN, 2012). Este cenário culminou em uma série de conflitos intra

e interestatais envolvendo grupos armados, milícias e Estados, o que possibilitou a intervenção internacional por parte da ONU como forma de uma operação de paz: a MONUC.

No mesmo ano da emissão da resolução que deu origem à MONUC – em 1999 – o Acordo de Cessar-fogo de Lusaka foi assinado, envolvendo como Partes a República Democrática do Congo (RDC), a Angola, a Namíbia, Ruanda, Uganda e Zimbabwe (MONUC, s/d). Ao considerar a complexidade do conflito e dos atores envolvidos, mesmo com a assinatura do Acordo de Cessar-fogo, a MONUC permaneceu em operação e passou por significativas expansões em seu mandato, estas envolvendo tanto seu escopo e objetivos a serem alcançados, quanto a quantidade de militares presentes na missão. Originalmente, a missão contabilizou o total de aproximadamente 6.000 (seis mil) pessoal uniformizado, sem discriminação sobre número de policiais, militares e civis envolvidos. Ao aproximar-se do momento de substituição pela MONUSCO, a MONUC já contava com a participação de 20.586 (vinte mil quinhentos e oitenta e seis) pessoas compondo o pessoal uniformizado da missão no ano de 2010, com a porcentagem de 90,6% composta por contingente militar (MONUC, s/d).

Ao considerar o expressivo aumento na quantidade de militares presentes na missão, tanto como participantes de tropas quanto como observadores, assim como a inclusão da sociedade civil – tanto internacional como local e voluntária – é possível dimensionar uma intensificação na complexidade da MONUC. De modo a melhor ilustrar tal complexidade, pode ser proporcionado um realce ao ano de 2007, momento em que mesmo reconhecida a dispersão e redução dos conflitos diretos em alguns locais da missão, passaram a emergir casos de hostilidades⁵⁰ associados aos recursos naturais do país. Além disso, também foram registrados maiores índices de desemprego em algumas regiões mineradoras e a persistência de conflitos de natureza étnica na RDC (UNSC, 2007). O mesmo ano foi marcado pelo maior contingente militar aprovado na história da MONUC.

A listagem dos acontecimentos na RDC durante o período de vigência da missão (1999 – 2010) perpassa também por questões de cunho político, como a implementação do primeiro processo eleitoral configurado como democrático após aproximadamente 40 (quarenta) anos, no ano de 2006. As eleições, entretanto, evidenciaram a necessidade de analisar de modo mais aprofundado as raízes dos conflitos no país. A busca por parte da sociedade internacional pela adesão do país ao sistema democrático, ao desconsiderar questões ainda não resolvidas –

⁵⁰ A partir da redução do conflito direto em alguns locais da República Democrática do Congo, no ano de 2007 foi relatado que a migração daqueles que eram considerados “rebeldes” e de soldados para o campo da mineração teve como consequência o aumento nos casos de hostilidades nestes locais, incluindo ameaças e extorsão de taxas a civis, o uso da força para impor autoridade e a formação de grupos rivais no campo da mineração (UNSC, 2007).

podendo ser citadas rivalidades étnicas, marginalizações, sub-representações, interesses minerais, necessidade de reestruturação institucional, violência e corrupção – teve como resultado a promoção de maior instabilidade ao país (AUTERRESSE, 2008).

A instabilidade intensificada pelas eleições de 2006 relaciona-se à disseminação de discursos em propagandas eleitorais que promoveram a radicalização e polarização social entre o “nós” e o “outro”, em narrativas que foram construídas de modo a beneficiar a campanha do emissor e inflamar o receptor. Neste sentido, a tensão da população civil e a emergência de discursos radicais promoveram maior insegurança, tendo como consequência o aumento de grupos armados no Congo (AUTERRESSE, 2008). Deste modo, a mobilização diante de um processo eleitoral para instaurar o modelo democrático no país gerou consequências no aumento da violência e da perseguição às minorias étnicas, além de tornar evidente e intensificar conflitos já existentes: “A insistência da comunidade internacional em organizar eleições no ano de 2006 acabou por comprometer a paz no Congo” (AUTERRESSE, 2008, p. 104, tradução nossa)⁵¹.

Sendo assim, a partir dos desenvolvimentos oriundos da intervenção – como no caso das eleições de 2006 e suas consequências – e da complexidade de conflitos e obstáculos enfrentados no país, houve a substituição da MONUC, no ano de 2010, pela Missão de Estabilização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO). Os principais objetivos que moldaram a implementação da MONUSCO e são previstos na Resolução 1925 (UNSC, 2010) fazem menção à busca pela resolução das questões relativas à (in)segurança que permaneceram durante a MONUC, como conflitos associados a recursos minerais, a necessidade do desarmamento de grupos armados congolese e internacionais e, dentre outros, a cessão ou redução da violação aos Direitos Humanos no país, com o reconhecimento do alto número de casos de violência sexual.

Em termos de gênero, a MONUSCO é estruturada no marco de 10 (dez) anos desde a emissão da Resolução 1325 (UNSC, 2000b), que introduziu a Agenda Mulheres, Paz e Segurança no âmbito da ONU. Foi neste sentido que a missão, desde o momento que passou a substituir a MONUC, contempla a inclusão de estratégias que visem à igualdade de gênero, como a preconização de consultorias voltadas para a proteção de mulheres que já se encontraram previstas no documento que deu origem à MONUSCO.

⁵¹ No original: “*The international community’s insistence on organizing elections in 2006 has ended up jeopardizing peace in Congo.*”

Ao abordar a responsabilidade de proteção como um dos pilares centrais para a missão, e ao considerar que a MONUSCO possui como comandante de seu contingente (*Force Commander*, em inglês) um general de origem brasileira, Otávio Rodrigues de Miranda Filho, designado ao cargo por António Guterres, o atual Secretário-Geral das ONU (UNITED NATIONS, 2023), torna-se pertinente apresentar o argumento defendido pela diplomacia brasileira sobre proteção: a responsabilidade ao proteger (RwP). O termo surge de forma crítica à concepção de responsabilidade de proteger (R2P), que prevê a possibilidade do uso da força como último recurso para alcançar a paz e a estabilidade desde que autorizado pelo CSNU.

A RwP, primeiramente proferida pela ex-presidente Dilma Rousseff no tradicional discurso brasileiro de abertura da 66ª Sessão da AGNU no ano de 2011, propõe que o uso da força para a resolução de conflitos pode promover maior instabilidade e injustiças. Assim sendo, a responsabilidade ao proteger representa o posicionamento do Brasil quanto ao uso da força nas operações de paz onusianas, em um discurso de valorização ao diálogo e à diplomacia (LOPES; SALIBA, 2016). Para além, a RwP reconhece os erros e descon siderações da comunidade internacional no processo de manutenção e reconstrução da paz, como pôde ser identificado na discussão sobre a desatenção aos problemas da RDC no momento das eleições congoleesas de 2006.

Como um dos pontos fundamentais para discutir a MONUSCO e a missão anterior, se destaca a permissão de que as tropas fizessem o uso de todos os meios necessários para a consolidação da estabilidade na região, o que significa a permissibilidade mediante ao uso da força (UNSC, 2010). Neste sentido, é interessante pontuar que apesar de o comando das tropas da MONUSCO ser atualmente desempenhado por um general do Brasil, o país não contribui com contingente militar para esta missão de paz, mas envia especialistas e oficiais para campo.

Ao abordar o pessoal uniformizado da operação, é calculada a participação de 14.593 (quatorze mil, quinhentas e noventa e três) pessoas com dados do mês de março de 2023, dentre as quais aproximadamente 85,8% são integrantes de tropas militares (UNITED NATIONS PEACEKEEPING, 2023). Apesar de identificada uma redução do contingente e dos demais participantes da missão de paz em comparação à missão que a antecedeu, a MONUSCO é a terceira operação de maior amplitude da atualidade⁵².

⁵² Em primeiro lugar, com base em dados do mês de março de 2023, a missão que aloca mais quantidade de pessoal uniformizado e militares é a Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana (MINUSCA), seguida pela Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS) em segundo lugar (UNITED NATIONS PEACEKEEPING, 2023).

Em consideração à amplitude dessa operação de paz, somada à permanência de conflitos internos e ao reconhecimento da existência de altas taxas de violência sexual na RDC, e ao verificar as intenções propostas na Resolução 1925 (UNSC, 2010) sobre a inclusão de estratégias voltadas para o gênero a partir do compromisso firmado na Resolução 1325 (UNSC, 2000b), é essencial questionar sobre o lugar que as mulheres ocupam na MONUSCO, com destaque à esfera militar. A maior inclusão quantitativa de mulheres combatentes representa um passo em direção à desestabilização da desigualdade de gênero desses ambientes militarizados?

Para discutir tais questões, a seção seguinte discorrerá sobre a MONUSCO a partir de lentes feministas críticas dos estudos de segurança, teoria utilizada ao longo do desenvolvimento de toda a presente dissertação. Isto significa que para além de uma exposição e análise sobre as medidas de *gender balancing* implementadas na missão, assim como os possíveis resultados quantitativos; a seguinte seção também buscará identificar alterações nas dinâmicas e expectativas de gênero intrainstitucionais nestes ambientes militarizados. Ademais, também deverão ser reconhecidos e desenvolvidos silêncios advindos ou não das medidas que buscam alcançar a igualdade quantitativa entre homens e mulheres militares nesta operação de paz.

3.2 A MONUSCO em evidência: as limitações e lacunas do *gender balancing*

Destarte, para que políticas voltadas ao *gender balancing* sejam analisadas no âmbito da MONUSCO, é pertinente evidenciar a forma com a qual a missão é permeada pela agenda de Mulheres, Paz e Segurança. Ao considerar os primórdios da instauração de uma operação de paz na RDC, a MONUC surgiu em contexto de convergência com as discussões internacionais sobre gênero na década de 1990 e a posterior adesão da Resolução 1325 (UNSC, 2000b). Neste período, os documentos emitidos para esta missão – como nas Resoluções 1291 (UNSC, 2000a) e 1493 (UNSC, 2003) – incluíram o gênero de modo a relacionar o lugar da mulher no cenário de conflito do Congo como um espaço a ser protegido, sobretudo ao abordar violência sexual, reproduzindo significados que associam mulheres como vítimas:

Decide que a MONUC, em cooperação com a Comissão Militar Conjunta, deve seguir o seguinte mandato: [...] facilitar a assistência humanitária e o monitoramento dos Direitos Humanos, fornecendo especial atenção a grupos vulneráveis, incluindo

mulheres, crianças e crianças-soldado desmobilizadas [...] (UNSC, 2000a, p. 4, tradução nossa)⁵³.

Reafirma a importância de adotar uma perspectiva de gênero nas operações de paz, de acordo com a Resolução 1325 (2000), retoma a necessidade de compreender a violência contra mulheres e meninas como uma arma de guerra e encoraja a MONUC a permanecer ativa quanto a este assunto; e incentiva a MONUC a aumentar a alocação de mulheres como observadoras militares, assim como em outras funções (UNSC, 2003, p. 3, tradução nossa)⁵⁴.

Para além da responsabilidade de proteção, ao seguir as orientações preconizadas pela Resolução 1325 (UNSC, 2000b), a MONUC adotou medidas de *gender mainstreaming*, tendo implementado uma Unidade de Gênero no ano de 2002 e uma Unidade de Violência Sexual em 2009. Tais unidades tinham como objetivo principal promover maior visibilidade sobre questões que envolvem gênero, fomentar a inclusão de perspectivas de gênero sobre a formulação de políticas institucionais, buscar práticas para solucionar os altos índices de violência sexual nos locais da missão e incentivar a participação de mulheres no processo de construção da paz (UN WOMEN, 2013).

Neste sentido, compreende-se que, para além de um instrumento que buscava a introdução e o estímulo de políticas de *gender mainstreaming* no processo de construção da paz da RDC, a Unidade de Gênero também atuou como uma ferramenta de incentivo ao *gender balancing* durante a vigência da MONUC, sobretudo ao manifestar o anseio por inserir uma maior quantidade de mulheres que participassem ativamente desta operação de paz. Para alcançar este objetivo, uma das principais medidas adotadas foi a criação de políticas de conscientização voltadas aos países que contribuem com tropas (TCC, em inglês), para que mais mulheres – militares e policiais – fossem enviadas para o local da missão (UN WOMEN, 2013).

Apesar desses esforços, a MONUC foi marcada pela baixa participação de mulheres combatentes, a tomar como exemplo o percentual de 1,9% do contingente da missão ser composto por mulheres militares no mês de agosto de 2006 (UNITED NATIONS PEACEKEEPING, 2006), mesmo ano em que ocorreram as eleições do país. De modo a comparar este dado com o momento de substituição da MONUC pela MONUSCO, ainda foram

⁵³ No original: *Decides that MONUC, in cooperation with the JMC, shall have the following mandate [...] to facilitate humanitarian assistance and human rights monitoring, with particular attention to vulnerable groups including women, children and demobilized child soldiers [...].*

⁵⁴ No original: *Reaffirms the importance of a gender perspective in peacekeeping operations in accordance with resolution 1325 (2000), recalls the need to address violence against women and girls as a tool of warfare, and in this respect encourages MONUC to continue to actively address this issue; and calls on MONUC to increase the deployment of women as military observers as well as in other capacities.*

registrados baixos números de mulheres integrando contingentes militares da operação, com um sutil aumento na representação de 2,2% do total de *peacekeepers* no último mês da missão, em junho de 2010 (UNITED NATIONS PEACEKEEPING, 2010).

A substituição das missões, momento que coincidiu com o marco de 10 anos desde a criação da Agenda Mulheres, Paz e Segurança, teve como um de seus diferenciais a expansão de medidas voltadas para o gênero na operação da RDC. Menções ao gênero estiveram presentes na Resolução 1925 (UNSC, 2010), responsável pela implementação da MONUSCO, com referências às resoluções 1325 (UNSC, 2000b) e 1888 (UNSC, 2009). O planejamento voltado à inclusão de análises de gênero na operação e a atenção aos casos de violência sexual e busca por soluções fizeram parte do rol de objetivos inaugurais relativos a gênero da missão.

O desenvolvimento da agenda MPS com o passar dos anos e a maior amplitude sobre as possibilidades de incorporar a busca pela igualdade de gênero na segurança internacional, com destaque às operações de paz, permitiu uma consequente amplificação nas políticas de gênero dentro da MONUSCO. A emissão da Resolução 2409 (UNSC, 2018) foi fundamental para materializar a relevância de medidas de gênero, sobretudo voltadas para mulheres, na operação:

Solicita que a MONUSCO considere que questões de gênero atravessam todo o seu mandato e que auxilie o governo da RDC e outras partes interessadas a assegurar a participação, o envolvimento e a representação de mulheres em todos os níveis, incluindo a criação de condições que conduzam a realização de eleições, a proteção de civis e o apoio a esforços de estabilização por meio, entre outros, da disposição de consultas sobre gênero e mulheres, e ainda solicita o aumento nos comunicados da MONUSCO ao Conselho sobre esta questão (UNSC, 2018, p.14, tradução nossa)⁵⁵.

De modo a exemplificar a concretização do impulso ao *gender mainstreaming* na MONUSCO, foram estabelecidos pontos focais voltados para gênero em diferentes locais da missão, além da inclusão de departamentos/escritórios de gênero e instalações físicas em 4 (quatro) cidades do país (MONUSCO, s/d). Ademais, o incentivo ao ingresso e participação de mais mulheres em diferentes níveis, conforme relatado no trecho em evidência, aponta objetivos cuja implementação parte do *gender balancing*. Sendo assim, identifica-se que a operação visa a conjunção do GM com o GB como ferramentas para alcançar a igualdade de gênero.

⁵⁵ No original: “Requests MONUSCO to take fully into account gender considerations as a crosscutting issue throughout its mandate and to assist the Government of the DRC and other relevant stakeholders in ensuring the participation, involvement and representation of women at all levels, including in the creation of conditions conducive to the holding of elections, protection of civilians and support to stabilization efforts through, inter alia, the provision of gender and women protection advisers, and further requests enhanced reporting by MONUSCO to the Council on this issue”.

O uso do *gender balancing* como instrumento para igualar quantitativamente homens e mulheres em diferentes níveis de atuação é expressamente defendido pela MONUSCO, tanto a partir do aumento no número de mulheres como representantes em processos eleitorais – conforme disposto na Resolução 2409 (UNSC, 2018) – quanto com o maior envio de mulheres militares às missões de paz, estando de acordo com o preconizado pela agenda Mulheres, Paz e Segurança. Apesar disso, alguns obstáculos são encontrados por parte da ONU no cumprimento das metas e dos objetivos previstos, como ocorre no caso da proporção de mulheres militares que atuam como *peacekeepers* nas missões de paz.

Um dos argumentos utilizados por parte da ONU, e especificamente do CSNU, para justificar as discrepâncias numéricas na distribuição entre homens e mulheres *peacekeepers* militares se encontra nas políticas internas das forças armadas dos países que contribuem com tropas (UM WOMEN, 2013). Deste modo, além de políticas de *gender mainstreaming* e de *gender balancing* intra-ONU, a instituição depende do estabelecimento de políticas de incentivo aos seus países-membros a enviarem mais mulheres para atuarem na posição de combatentes para as operações de paz.

No ano de 2021 foi reafirmado este compromisso da MONUSCO com o *gender balancing* no envio de tropas (policiais e militares) para a operação através da emissão da Resolução 2612 (UNSC, 2021a). Dentre os itens pautados, o documento em questão dirige-se diretamente aos TCCs sobre o envio de mulheres para a missão, de modo a encorajar a “redução de barreiras” (UNSC, 2021a, p.19) para a maior inclusão de mulheres a todos os níveis das operações. É mencionado o anseio pela criação de ambientes favoráveis para a melhor atuação destas *peacekeepers*, tomando a necessidade de manutenção das inseguranças do meio militar como fator fundamental para incluir medidas voltadas para o gênero, contemplando também ações de prevenção à violência sexual.

Apesar disso, é necessário considerar que o processo de envio de tropas por parte dos Estados contribuintes engloba outras esferas que também dialogam com o gênero, como a geopolítica. A divisão internacional do trabalho e seu impacto nas intervenções têm como consequência uma maior contribuição de tropas por parte dos países do Sul Global, o que espelha as desigualdades geopolíticas globais (HENRY, 2019). No caso da MONUSCO, a partir do embasamento em dados de novembro de 2021, os maiores contribuintes com tropas são Paquistão, Índia e Bangladesh (UNITED NATIONS PEACEKEEPING, 2021). De modo a reconhecer a importância de uma análise interseccional que envolva tanto o gênero quanto a localização geográfica, Henry (2019) discute sobre as disparidades entre Norte e Sul Global serem acrescidas aos padrões genderizados liberais, o que proporciona um ambiente no qual as

mulheres do Sul tendam a possuir menos destaque como combatentes e sejam protegidas ou inibidas de circularem plenamente nas bases militares.

O deslocamento e a circulação de mulheres combatentes nos ambientes militarizados das operações de paz configuram mais um ponto de discussão sobre as políticas de *gender balancing* implementadas no âmbito das missões. Ao pontuar a perspectiva feminista crítica dos estudos de segurança como guia da análise, são permitidos questionamentos sobre a alocação das mulheres militares enviadas para as operações de paz da Organização. Algumas contribuições teóricas (KARIM & BEARDSLEY, 2017; KREFT, 2016) relatam que o envio de mulheres combatentes às operações de paz relaciona-se ao índice de violência das missões, de modo que estas sejam alocadas mais frequentemente a locais qualificados como menos perigosos. No caso da MONUSCO, conforme discutido, há uma persistência de alta quantidade de relatos sobre casos de violência sexual no local da missão, inclusive com o uso desta violência como arma de guerra (BROWN, 2012).

Ao resgatar os argumentos levantados por Karim e Beardsley (2017), Kreft (2016) e Brown (2012) sobre a baixa alocação de contingentes compostos por mulheres militares a locais considerados mais perigosos e os altos índices de violência sexual na RDC, é necessário pontuar que esse tipo de violência não se restringe apenas às mulheres, como aparenta ser direcionado pela narrativa. Pelo contrário, no ano de 2016 foi organizado um evento pela Seção de Gênero da MONUSCO, no qual foi constatado que a proporção de homens e de mulheres que sofrem violência sexual no local da missão é similar entre ambos (MONUSCO, 2016). Um ponto que pode justificar essa ausência na associação que o ambiente da missão seria considerado perigoso para a alocação de mulheres, e desconsiderar a paridade proporcional apresentada entre as violências perpetradas, pode ser identificado ao retomar o argumento desenvolvido no capítulo anterior sobre a substituição de políticas voltadas para gênero para políticas voltadas para mulheres (DAVIDS; DRIEL & PARREN, 2014; TRUE & PARISI, 2013). A partir desta troca discursiva, o estereótipo dicotômico que relaciona fragilidade à mulher e força ao homem promove o afastamento de mulheres, mesmo que combatentes, de espaços categorizados como perigosos.

Em números, houve um aumento no percentual de mulheres militares integrando tropas da MONUSCO desde o momento da implementação da missão até o presente ano de 2023, com a alteração de 2,14% para 5,85% (UNITED NATIONS PEACEKEEPING, 2023). Apesar disso, mesmo com resultados de aumentos percentuais na quantidade de mulheres militares participantes de tropas da MONUSCO configurarem possíveis micro mudanças, não houve alterações que correspondessem à uma significativa redução de assimetrias ao pensar as

políticas de *gender balancing* propostas nesse período de mais de uma década desde a implementação da operação.

Deste modo, algumas das lacunas das políticas de *gender balancing* são evidenciadas, sobretudo quanto à falta de manutenção estrutural que envolve os estereótipos de gênero na alocação das tropas militares compostas por mulheres, dentre os quais reside a associação da mulher à necessidade de proteção. Consoante ao desenvolvido no capítulo anterior, uma das razões pelas quais mulheres deixam de ser enviadas a locais mais perigosos parte de pressupostos liberais genderizados sobre mulheres em ambientes de conflito e as dinâmicas de gênero envolvidas. A partir de construções dicotômicas que associam o feminino ao que é fraco e pacífico, em contraste ao masculino que é forte e agressivo (HOOPER, 2001); e ao considerar expectativas de que mulheres sejam reprodutoras de feminilidade, estas passam a ser vistas como aquelas que devem ser protegidas, mesmo que em posição de combatentes.

Ilustra-se, portanto, o impacto dos estereótipos de gênero no processo de envio de tropas para as operações de paz da ONU, uma vez que mulheres permanecem sendo condicionadas a qualidades dicotômicas que se relacionam à carência. A partir de um ponto de análise feminista crítico, identifica-se um sistema binário e hierárquico no qual o feminino e o masculino se complementam e se opõem, sendo fundamental destacar a existência da inferiorização de características que são associadas ao primeiro, sobretudo no meio militar. Neste sentido, ao reconhecer que qualidades masculinas possuem maior prestígio em um ambiente militarizado, muitas mulheres deixam de se alistar pelo fato de não visualizarem a possibilidade de adequação aos padrões de gênero valorizados no meio (KARIM; BEARDSLEY, 2017).

Isto posto, é evidenciado outro silêncio inerente às políticas de *gender balancing* nos ambientes militarizados proporcionados pelas operações de paz da ONU. Mesmo identificado um pequeno aumento na participação de mulheres nos contingentes militares da MONUSCO, os estereótipos associados ao gênero retomam um cenário no qual mulheres possuem mais visibilidade como vítimas do que como combatentes (KREFT, 2016). De modo a ilustrar e fundamentar a visão institucional que frequentemente remete mulheres ao lugar de vítimas, houve um ponto essencial que pode ser analisado no âmbito do discurso contido no último relatório do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a MONUSCO – o destaque às mulheres construídas como vítimas do conflito ou como ameaça, mesmo que não representem o maior percentual total dos casos levantados pelo relatório. Para melhor exemplificar, é possível tomar o seguinte segmento do relatório como exemplo: “Entre 18 de setembro e 17 de novembro, a Missão desarmou, providenciou apoio para a reintegração e retornou 98 ex-combatentes congolese, incluindo 3 mulheres, a suas comunidades de origem” (UNSC, 2021b, p.10,

tradução nossa)⁵⁶. Por que, mesmo ao representar apenas 3% do total de ex-combatentes reintegrados, a quantidade de mulheres é destacada?

Ao retomar alguns dos argumentos desenvolvidos ao longo desta dissertação, podem ser encontradas possíveis respostas para o questionamento levantado. Como ponto fundamental, é necessário retomar as discussões presentes no segundo capítulo que envolvem as mulheres e os espaços que são esperados que ocupem. Os obstáculos impostos à presença de mulheres em ambientes de conflito, seja como militares, policiais ou civis, retrata a partir de pequenas ações – ou ausências – que elas não deveriam estar ocupando estes ambientes. No caso apresentado pelo relatório, o destaque dado ao número de mulheres combatentes reintegradas representa não apenas que aquelas mulheres estão em funções e espaços tradicionalmente associados aos homens, mas também remetem às expectativas e aos estereótipos de gênero trabalhados nos capítulos anteriores. Em outras palavras, ao serem retratadas e destacadas como ex-combatentes reintegradas, o discurso propõe que a agressividade e a força demonstrada por combatentes em ambientes de conflito é substituída pela pacificidade e fraqueza após o processo de integração, o que reproduz expectativas impostas sobre o gênero, como a promoção de feminilidades e o afastamento de espaços conflituosos (HOOPER, 2001; SIMIC, 2010; PEARSON, 2019; JENNE & BISSHOPP, 2021).

No mesmo documento, ao relatar algumas das ocorrências nos locais da missão, são evidenciadas as quantidades de mulheres vítimas da violência perpetrada nos conflitos, mesmo não representando a maioria percentual dos civis atingidos: “[...] 91 civis foram mortos, incluindo pelo menos 8 mulheres e 3 crianças, 19 civis foram feridos e foram sequestrados outros 79 civis, incluindo pelo menos 4 mulheres e 19 crianças.” (UNSC, 2021b, p.3, tradução nossa)⁵⁷. A discriminação quantitativa sobre as mulheres em ambos os casos – tanto as ex-combatentes reintegradas quanto às vítimas de violência – revela a construção de imagens no âmbito do discurso, sob as quais as mulheres são destacadas por ocuparem espaços em que não estão (ou estiveram) protegidas: “protejam civis, em especial mulheres e crianças” (UNSC, 2021b, p.16, tradução nossa)⁵⁸.

A necessidade de proteção de mulheres delineada pela sociedade internacional liberal reforça padrões de gênero e o condicionamento a ambientes considerados mais seguros, como o doméstico. Tamya Rebelo (2012) argumenta que, mediante a este condicionamento,

⁵⁶ No original: *Between 18 September and 17 November, the Mission disarmed, provided reintegration support to and returned 98 Congolese former combatants, including 3 women, to their communities of origin.*

⁵⁷ No original: *[...] killed 91 civilians, including at least 8 women and 3 children, injured 19 civilians and abducted 79 other civilians, including at least 4 women and 19 children.*

⁵⁸ No original: *[...] protect civilians, in particular women and children [...]*

peacekeepers mulheres que são enviadas a partir de TCCs ocupando cargos militares são, por vezes, designadas a funções de cunho administrativo e que possuem menos visibilidade. Ainda, a comprovada pequena parcela de mulheres que passa a integrar contingentes militares de operações de paz da ONU, como demonstrado neste estudo de caso, se depara com obstáculos para exercer sua função, como restrições de deslocamento no local da missão, o que prejudica a interação com os locais e a plena atuação destas *peacekeepers* (HENRY, 2019; JENNE & BISSHOPP, 2021).

A introdução de mulheres a um ambiente masculinizado, assim como a promoção dessa medida por meio do *gender balancing*, é fundamentada através do discurso onusiano com base em ideais liberais de que a presença de mais mulheres tem como consequência uma alteração no ambiente patriarcal militar. Essa argumentação pode ser problematizada por dissociar os ambientes militarizados, especificamente as operações de paz, do sistema patriarcal masculinizado. Uma vez delimitado que as estruturas necessárias para embasar o militarismo liberal são fundamentalmente genderizadas, conforme a discussão elaborada no primeiro capítulo da presente dissertação, a dissociação mencionada torna-se como inviabilizada (BASHAM, 2018).

Dessa forma, outra lacuna identificada nas políticas de fomento ao aumento quantitativo de participação feminina nas operações de paz da ONU refere-se aos baixos resultados no processo de desmasculinização das intervenções. Simić (2010), inclusive, aborda a maior possibilidade destas medidas de *gender balancing* proporcionarem um cenário no qual as mulheres *peacekeepers* se moldem às masculinidades do ambiente militarizado e reproduzam-nas. Neste sentido, o objetivo de desestabilizar as desigualdades de gênero a partir do aumento na quantidade de mulheres militares proposto pelo GB é prejudicado.

Considerações finais

A partir das discussões propostas neste presente capítulo sobre o estudo de caso e o uso do *gender balancing* como ferramenta para promover uma maior aproximação institucional, em destaque às operações de paz, com a igualdade de gênero, algumas considerações finais devem ser pontuadas. Em primeiro lugar, deve ser retomado o questionamento proposto na primeira seção: Neste ambiente marcado pela violência e pelo conflito duradouro, ao considerar o período que totaliza mais de duas décadas de vigor entre as missões (MONUC e MONUSCO),

as medidas de GB foram suficientes para desestabilizar as assimetrias de gênero no processo de construção da paz na RDC?

Ao considerar as diversas possibilidades de respostas à reflexão, esta pesquisa defende que devem ser reconhecidas as tentativas de impulso mediante à igualdade quantitativa por parte do CSNU, sendo possível afirmar que as políticas de *gender balancing* estão presentes na MONUSCO. Menções expressas em suas resoluções de implementação, mandatos e relatórios, para além de comprovação por meio de dados quantitativos demonstrados nesta dissertação apontam que há a preocupação por parte da operação de paz em aumentar a quantidade de mulheres que participam do processo de manutenção da paz, especificamente as *peacekeepers*.

Apesar disso, a perspectiva feminista crítica dos estudos de segurança identifica lacunas evidenciadas por meio destas medidas, que possuem raízes estruturadas na própria militarização. Um dos argumentos levantados sobre as inconsistências do uso do *gender balancing* com o objetivo de alcançar a igualdade de gênero nas missões de paz da ONU remetem ao fato de que operações de maior dimensão, assim como maior nível de perigo, possuem uma menor inclusão de mulheres militares; e por outro lado, missões de menor proporção possuem maior quantidade de contingentes de *peacekeepers* composto por mulheres (KARIM; BEARDSLEY, 2017). Ainda, os obstáculos encontrados por essas mulheres militares no processo de alistamento, alocação e circulação nos locais aos quais são designadas, além de por vezes receberem funções administrativas e mais afastadas do campo representam mais lacunas das quais o *gender balancing* não parece superar.

Por fim, há um lugar de ambiguidade sobre mulheres que ocupam os espaços de militares nas operações de paz da ONU, sendo concomitantemente combatentes e vítimas. A perpetuação de estereótipos de gênero que enquadram a categoria mulher como aquela que deva ser protegida, mesmo ao desempenhar funções e estar localizada em espaços de combate, é resultado da falta de transformações – estas, de origem histórica, estrutural, cultural, política e social – e remediações por meio de medidas que permanecem sendo reformuladas para melhor contemplarem problemas e erros recorrentes.

CONCLUSÃO

Para concluir, é importante regressar à pergunta de partida proposta por esta dissertação: A partir da análise sobre o caso da MONUSCO, qual é o papel do aumento do contingente militar feminino em operações de paz no processo de desestabilização dos padrões de gênero que estruturam tais ambientes militarizados?

Ao revisitar as discussões elaboradas neste estudo, alguns pontos constantemente permearam o desenvolvimento da análise ao tomarem forma de questionamentos e reflexões. O feminismo crítico dos estudos de segurança, ao ter suas bases teóricas apresentadas e discutidas no primeiro capítulo, apresenta um leque de temáticas que envolvem a mulher, o gênero, a segurança internacional e o objetivo de atingir a paz. Ao evidenciar as marginalizações advindas das assimetrias de gênero, com reflexos na elaboração teórica do campo da segurança internacional e, concomitantemente, projetadas nos campos das intervenções internacionais, a perspectiva feminista destaca a desatenção ao gênero e a necessidade de alterar padrões de origem masculinizada, como no caso das hierarquias genderizadas perpetuadas pelas instituições.

No caso das operações de paz da ONU, ressalta-se que há o reconhecimento sobre a existência e reprodução das desigualdades de gênero no âmbito institucional, e que foram estabelecidas ferramentas para abreviá-las a partir da década de 1990: o *gender mainstreaming* e o *gender balancing*. A inclusão de tais ferramentas nas missões de paz ocorreu por meio da Agenda Mulheres, Paz e Segurança, criada no ano 2000, que apresentou propostas, sugestões e implementação de medidas voltadas para a reduzir a marginalização e, sobretudo, promover a proteção de mulheres (civis, policiais e militares) nos ambientes das operações. Contudo, a partir da análise documental realizada, foram encontradas algumas inconsistências, dentre as quais a constante construção da imagem da mulher combatente como valorizada em um contexto ao qual permanece possuindo uma necessidade de proteção. Por que, ao integrar o “nós”, a mulher combatente não deixa de ser associada à fragilidade?

A partir dessa reflexão, foi possível identificar uma série de dicotomias presentes no âmbito do discurso que refletem sobre (mas que também reproduzem) as expectativas de feminilidades e masculinidades. A mulher combatente, ao mesmo tempo que demonstra qualidades associadas às masculinidades – como força, racionalidade e agressividade – não é dissociada dos estereótipos de gênero que a qualifica como vulnerável, irracional e pacífica. Por esta razão, o contraste entre a combatente e a vítima, o “nós” e o “outro”, o feminino e o

masculino, permanece prevalecendo mesmo diante de propostas que buscam a desestabilização das desigualdades de gênero.

Outro ponto consistente que emergiu a partir da análise das resoluções que integram a Agenda Mulheres, Paz e Segurança remete às constantes dificuldades encontradas pela Organização no processo de adesão e implementação das medidas voltadas para o gênero – ou para as mulheres, mediante a substituição discursiva explicitada ao longo desta pesquisa. Ao aplicar o *gender balancing* ao caso da MONUSCO, de modo a compreender possíveis avanços e dificuldades na Agenda, um dos pontos que mais se salientou foi a contradição que envolve o incentivo ao aumento na quantidade de mulheres militares integrantes das tropas e os obstáculos e impedimentos impostos à essas mulheres. A ONU argumenta que a falta de equilíbrio entre homens e mulheres militares nas missões de paz deve ser contrabalanceada a partir do incentivo aos envios de mulheres militares por parte dos TCCs, uma vez que são estes os países responsáveis por recrutar as integrantes e enviá-las (ou não) para as tropas da Organização. Mesmo assim, ainda foram identificados obstáculos no deslocamento e circulação das mulheres nos locais das missões e a deliberação de funções administrativas como impedimentos às mulheres militares enviadas às missões.

Por ser considerada uma missão perigosa, sobretudo mediante ao alto índice de violência sexual na República Democrática do Congo, a MONUSCO apresentou baixo volume de mulheres militares presentes em seus contingentes. Apesar disso, a missão conta com divisões de gênero e incentiva a análise sobre as necessidades das mulheres nos ambientes de conflito, principalmente quanto aos casos de conscientização e proteção mediante à violência de gênero.

Sobre as dificuldades para a Agenda, as discussões elaboradas por esta pesquisa também foram atravessadas pela baixa relevância associada às questões de gênero em cenários de conflito, o que algumas autoras feministas categorizaram como uma resistência à inclusão de medidas voltadas para o gênero no âmbito institucional, sobretudo ao considerá-lo estruturalmente masculinizado. Este ponto se relaciona tanto às dificuldades de financiamento levantadas por algumas das resoluções analisadas, quanto à criação de medidas superficiais e de caráter generalizador ao desconsiderar as complexidades e perpetuar estereótipos do que é ser mulher e expectativas sobre como deve se comportar – principalmente ao retomar as expressões de feminilidade e masculinidade.

Devido à complexidade dos fatores que resultam e são reproduzidos pelo *gender balancing*, sobretudo nas operações de paz da ONU, essa temática não se esgota aqui. Espera-se que esta dissertação inspire novos questionamentos acerca das relações entre feminilidade e

guerra/conflito, para além de fomentar discussões e reflexões sobre possíveis caminhos na desestabilização das desigualdades de gênero no âmbito institucional.

REFERÊNCIAS

- AGATHANGELOU, Anna M. From the colonial to feminist IR: Feminist IR studies, the wider FSS/GPE research agenda, and the questions of value, valuation, security, and violence. **Politics & Gender**, p. 739 - 746, 2017.
- ANDERSEN, Margaret; COLLINS, Patricia Hill. **Race, class and gender: An anthology**. Cengage Learning, 2016.
- ANDRADE, Israel de Oliveira; HAMANN, Eduarda Passarelli; SOARES, Matheus Augusto. **A participação do Brasil nas operações de paz das Nações Unidas: Evolução, desafios e oportunidades**. Texto para Discussão, 2019
- APPOLINÁRIO, Fernanda de A.; GONÇALVES, Fernanda. C. As princesas da Disney sob a ótica feminista: uma análise da evolução da representação do papel da mulher. In: GONÇALVES, Fernanda C.; LIMA, Leticia C. (Org.). **Relações Internacionais em Perspectiva**. PerSe, 2020.
- AUTESERRE, Séverine. The trouble with Congo: How local disputes fuel regional conflict. **Foreign Affairs**, v. 87, n. 3, p. 94-110, 2008.
- BASHAM, Victoria M. Liberal militarism as insecurity, desire and ambivalence: Gender, race and the everyday geopolitics of war. **Security Dialogue**, p. 1–12, 2018.
- BASU, Soumita. Emancipatory potential in Feminist Security Studies. **International Studies Perspectives**, p. 455-458, 2013.
- BRETON, Philippe; PROULX, Serge. **L'explosion de la communication**. Paris: La Découverte, 1996.
- BROWN, Carly. Rape as a weapon of war in the Democratic Republic of the Congo. **Torture**, v. 22, p. 24-37, 2012.
- BUTLER, Judith. **Gender trouble: Feminism and the subversion of identity**. Routledge, 1999.
- BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **The evolution of International Security Studies**. Cambridge University Press, 2009.
- CARREIRAS, Helena. Gendered culture in peacekeeping operations. **International Peacekeeping**, v. 4, p. 471-485, 2010.
- CHOEDON, Yeshi. United Nations Peacekeeping in the 21st Century, **Strategic Analysis**, v. 44, p. 451-462, 2020.
- COHN, Carol. Feminist Security Studies: Toward a reflexive practice. **Politics & Gender**, p. 581-586, 2011.

COHN, Carol. **Women and wars**: Contested histories, uncertain futures. Polity Press, 2013.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, James. Hegemonic masculinity: Rethinking the concept. **Gender & Society**, p. 829 - 859, 2005.

DAVIDS, Tine; DRIEL, Francien Van; PARREN, Franny. Feminist change revisited: Gender mainstreaming as slow revolution. **Journal of International Development**, V. 26, p. 396–408, 2014.

ENLOE, Cynthia. **Bananas, beaches and bases**: Making feminist sense of international politics. Univ of California Press, 2014.

ENLOE, Cynthia. Flick of the skirt: A feminist challenge to IR's coherent narrative. **International Political Sociology**, p. 320-331, 2016a.

ENLOE, Cynthia. **Globalization and militarism**: Feminists make the link. Rowman & Littlefield, 2016b.

ENLOE, Cynthia. **Seriously!** Investigating crashes and crises as if women mattered. London: University of California Press, 2013.

ENLOE, Cynthia. The recruiter and the sceptic: a critical feminist approach to military studies. **Critical Military Studies**, v.1, p. 3-10, 2015.

ESTÉVEZ, Ariadna. "Refugees and forced migration". In: BAYLIS, John et al (Orgs.). **The Globalization of World Politics**: An Introduction to International Relations. Oxford University Press, 2020.

ESTEVEZ, Paulo; CARVALHO, Letícia. A Libéria e a construção do nexo entre segurança e desenvolvimento. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 54, n. 2, p. 22-45, 2011.

FAGANELLO, Priscila. **Operações de manutenção da paz da ONU**: De que forma os Direitos Humanos revolucionaram a principal ferramenta internacional da paz. FUNAG, 2013.

FRANK, Robert. Histoire des Relations Internationales et images. In: BENZONI, Maria Matilde et al. **Images des peuples et histoire des relations internationales du XIV e siècle à nos jours**. Edizioni Unicopli/Publications de la Sorbonne, 2008.

GHITTONI, Marta; LEHOUCK, Léa; WATSON, Callum. **Elsie Initiative for Women in Peace Operations**. Geneva: DCAF, p. 7, 2018.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. Companhia das Letras, 1987.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, p. 223-244, 1984.

GRAY, Harriet; STERN, Maria; DOLAN, Chris. Torture and sexual violence in war and conflict: The unmaking and remaking of subjects of violence. **Review of International Studies**, v. 46, 2020.

GUILLAUME, Xavier; HUYSMANS, Jef. The concept of 'the everyday': Ephemeral politics and the abundance of life. **Cooperation and Conflict**, p. 278-296, 2018.

HALBERSTAM, Jack. **Female masculinity**. Duke University Press, 1998.

HENRY, Marsha Giselle. Keeping the peace: gender, geopolitics and global governance interventions. **Conflict, Security & Development**, p. 263-268, 2019.

HIGATE, Paul; HENRY, Marsha. Engendering (in)security in peace support operations. **Security Dialogue**, v. 35, 2004.

HOOVER, Charlotte. **Manly states**: Masculinities, international relations, and gender politics. Columbia University Press, 2001.

HOPENHAYN, M. ¿Integrarse o subordinarse? Nuevos cruces entre política y cultura In: Mato, Daniel (org.). **Estudios latinoamericanos sobre cultura y transformaciones sociales en tiempos de globalización**. CLASCO, 2001.

JENNE, N; BISSHOPP, F. U. Female peacekeepers: UNSC Resolution 1325 and the persistence of gender stereotypes in the Chilean armed forces. **International Peacekeeping**, p. 134 - 159, 2021.

KALDOR, Mary. **New & old wars**. Polity Press, 2012.

KARIM, Sabrina; BEARDSLEY, Kyle. **Equal opportunity peacekeeping**: Women, peace, and security in post-conflict states. Oxford University Press, 2017.

KARIM, S.; BEARDSLEY, K. Female peacekeepers and gender balancing: Token Gestures or Informed Policymaking? **International Interactions**, v. 39, n. 4, p. 461-488, 2013.

KREFT, Anne-Kathrin. The gender mainstreaming gap: Security Council resolution 1325 and UN peacekeeping mandates. **International Peacekeeping**, p. 132 - 158, 2016.

LINDGREN-ALVES, José Augusto. **A década das conferências (1990 - 1999)**. Fundação Alexandre de Gusmão, 2018.

LOPES, Dawisson Belém; SALIBA, Aziz Tuffi. A doutrina da Responsabilidade ao Proteger (RwP). **Médicos Sem Fronteiras**, 2016. Disponível em: <<https://guiadefontes.msf.org.br/doutrina-da-responsabilidade-ao-proteger-rwp/>>. Acesso em 21 de junho de 2023.

LUTZ, C. The Military Normal: Feeling at Home with Counterinsurgency in the United States. In: **Violence and Civilization: Studies of Social Violence in History and Prehistory**. Oxbow Books, 2014.

MENEZES, Lená M. **Tramas do Mal**: imprensa e discursos de combate à revolução. Rio de Janeiro: Ayran, 2019.

MONUC. United Nations Organization Mission in the Democratic Republic of the Congo. s/d. Disponível em: <<https://peacekeeping.un.org/mission/past/monuc/background.shtml>>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2022.

MONUSCO. United Nations Organization Stabilization Mission in the DR Congo. **Background.** 2022. Disponível em: <https://monusco.unmissions.org/en/gender-0>>. Acesso em 27 de junho de 2023.

MONUSCO. United Nations Organization Stabilization Mission in the DR Congo. **Gender.** s/d. Disponível em: <<https://monusco.unmissions.org/en/background>>. Acesso em 01 de fevereiro de 2022.

MONUSCO. United Nations Organization Stabilization Mission in the DR Congo. **MONUSCO Gender Section organized a thematic round table.** 2016. Disponível em: <<https://monusco.unmissions.org/en/monusco-gender-section-organized-thematic-round-table>>. Acesso em: 15 de setembro de 2023.

MONTE, Izadora Xavier do. O debate e os debates: Abordagens feministas para as relações internacionais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, p. 59-80, 2013.

MOSER, Caroline; MOSER, Annalise. Gender mainstreaming since Beijing: A review of success and limitations in international institutions. **Gender and Development**, v. 13, p. 11-22, 2005.

NEWMAN, Edward. The ‘new wars’ debate: A historical perspective is needed. **Security Dialogue**, v. 35, n. 2, p. 173–189, 2004.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais.** Elsevier, 2005.

ORFORD, A. **Reading humanitarian intervention:** Human Rights and the use of force in International Law. 1. ed. [s.l.] Cambridge University Press, 2003

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher.** Pequim, 1995. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao_beijing.pdf>. Acesso em 10 de março de 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **África:** Fundamentos e recursos para uma cultura de paz. UNESCO, 2013.

PARASHAR, Swati. What wars and ‘war bodies’ know about International Relations. **Cambridge Review of International Affairs**, v. 26, p. 615-630, 2013.

PARPART, Jane L. Exploring the transformative potential of gender mainstreaming in international development institutions. **Journal of International Development**, v. 26, p. 382-395, 2014.

PEARSON, Elizabeth. Extremism and toxic masculinity: the man question re-posed. **International Affairs**, p. 1251 - 1270, 2019.

POLITICAL AND PEACEBUILDING AFFAIRS. **Women, Peace and Security**. s/a. Disponível em: <<https://dppa.un.org/en/women-peace-and-security>>. Acesso em: 10 de agosto de 2023.

REBELO, Tamya R. **Lentes de gênero para as missões de paz**: Desconstrução de discursos e reflexões sobre práticas generificadas. Cultura Acadêmica, 2012.

REBELO, Tamya R. O equilíbrio de gênero nas operações de paz: avanços e desafios. **Estudos Feministas**, v. 3, p. 817-837, 2013.

SCOTT, Joan. Gender: Still a useful category of analysis? **Diogenes**, p. 7 - 14, 2010.

SECURITY COUNCIL REPORT. **UN Documents for Women, Peace and Security**: Security Council Resolutions. 2023. Disponível em: <https://www.securitycouncilreport.org/un_documents_type/security-council-resolutions/?ctype=Women%2C%20Peace%20and%20Security&cbtype=women-peace-and-security>. Acesso em 10 de agosto de 2023.

SIMIC, Olivera. Does the presence of women really matter? Towards combating male sexual violence in peacekeeping operations. **International Peacekeeping**, v. 17, n. 2, p. 188-199, 2010.

STAVRIANAKIS, Anna; STERN, Maria. Militarism and security: Dialogue, possibilities and limits. **Security Dialogue**, p. 3 - 18, 2018.

STRAND, Sanna. Wokeness and weakness: why women in (fitting) military uniforms are ridiculed. **Critical Military Studies**, v. 9, n. 3, p. 485-490, 2023.

STRANDH, Veronica; YUSRIZA, Benni. War widows' everyday understandings of peace in Aceh, Indonesia. **Journal of Peacebuilding & Development**, v. 16, p. 102-106, 2021.

TICKNER, J. Ann. **Gender in international relations**: Feminist perspectives on achieving global security. Columbia University Press, 1992.

TICKNER, J. Ann; SJOBERG, Laura. Feminism. In: DUNNE, Tim; KURKI, Milja; SMITH, Steve. **International Relations Theories**: Discipline and diversity. Oxford University Press, 2013.

TRUE, Jacqui. Feminism. In: BURCHILL, S. et. al. **Theories of International Relations**. 3. ed. Palgrave Macmillan, 2005.

TRUE, Jacqui; PARISI, Laura. Gender mainstreaming strategies in international Governance. In: CAGLAR, Gülay; PRÜGL, Elisabeth; ZWINGEL, Susanne (Ed.). **Feminist strategies in international governance**. Routledge, 2013.

UNITED NATIONS. **Secretary-General**. 2023. Disponível em: <<https://www.un.org/sg/en/content/sg/personnel-appointments/2023-01->

04/lieutenant%C2%A0general-ot%C3%A1vio-rodrigues-de-miranda-filho-of-brazil-force-commander-of-the-united-nations-organization-stabilization-mission-the-democratic>. Acesso em 23 de junho de 2023.

UNITED NATIONS DEPARTMENT OF PEACE OPERATIONS (UNDPO). **The Protection of Civilians in United Nations Peacekeeping**. 2019. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/poc_policy_2019_.pdf>. Acesso em: 10 de março de 2023.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY (UNGA). **Resolution 50/42**. 1996. Disponível em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N96/761/53/PDF/N9676153.pdf>>. Acesso em: 10 de março de 2023.

UNITED NATIONS PEACEKEEPING. **Contribution of Uniformed Personnel to UN by Mission, Personnel Type, and Gender: Experts on Mission, Formed Police Units, Individual Police, Staff Officer, and Troops**. 2023. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/07_gender_statistics_60_march_2023.pdf>. Acesso em: 23 de junho de 2023.

UNITED NATIONS PEACEKEEPING. **Gender statistics: August 2006**. 2006. Disponível em: <<https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/aug06.pdf>>. Acesso em: 27 de junho de 2023.

UNITED NATIONS PEACEKEEPING. **Gender statistics by mission: For the month of June 2010**. 2010. Disponível em: <<https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/june10.pdf>>. Acesso em: 27 de junho de 2023.

UNITED NATIONS PEACEKEEPING. **Uniformed women in peace operations**. 2021. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/uniformed_women_in_pk_2022_stats_update_d.pdf>. Acesso em: 5 de maio de 2023.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. **Report of the Secretary-General pursuant to paragraph 8 of resolution 1698 (2006) concerning the Democratic Republic of the Congo**. 2007. Disponível em: <<https://monuc.unmissions.org/sites/default/files/n0722123.pdf>>. Acesso em 22 de junho de 2023.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. **Resolution 1279**. 1999. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/384901>>. Acesso em 20 de junho de 2023.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL (UNSC). **Resolution 1291**. 2000a. Disponível em: <<http://unscr.com/en/resolutions/doc/1291>>. Acesso em 26 de junho de 2023.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL (UNSC). **Resolution 1325**. 2000b. Disponível em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N00/720/18/PDF/N0072018>>. Acesso em 19 de junho de 2022.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL (UNSC). **Resolution 1493**. 2003. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/499812>>. Acesso em 26 de junho de 2023.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL (UNSC). **Resolution 1820**. 2008. Disponível em:
https://www.un.org/shestandsforspeace/sites/www.un.org/shestandsforspeace/files/unscr_1820_2008_on_wps_english.pdf>. Acesso em 26 de junho de 2023.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL (UNSC). **Resolution 1888**. 2009a. Disponível em: < <https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/WPS%20SRES%201888.pdf>>. Acesso em 10 de abril de 2023.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL (UNSC). **Resolution 1889**. 2009b. Disponível em: < <https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/WPS%20SRES%201889.pdf>>. Acesso em 10 de abril de 2023.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. **Resolution 1925**. 2010. Disponível em:
 <[https://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1925\(2010\)](https://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1925(2010))>. Acesso em 01 de fevereiro de 2022.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL (UNSC). **Resolution 2212**. 2013. Disponível em: < https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s_res_2122.pdf>. Acesso em 01 de maio de 2023.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL (UNSC). **Resolution 2242**. 2015. Disponível em: < https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s_res_2242.pdfhttps://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s_res_2242.pdf>. Acesso em 01 de maio de 2023.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL (UNSC). **Resolution 2409**. 2018. Disponível em: <<http://unscr.com/en/resolutions/doc/2409>>. Acesso em 27 de junho de 2023.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL (UNSC). **Resolution 2467**. 2019a. Disponível em: < https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s_res_2467.pdf>. Acesso em 01 de maio de 2023.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL (UNSC). **Resolution 2493**. 2019b. Disponível em:
 <https://www.un.org/shestandsforspeace/sites/www.un.org/shestandsforspeace/files/unscr_2493_2019_on_wps_english.pdf>. Acesso em 01 de maio de 2023

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL (UNSC). **Resolution 2612**. 2021a. Disponível em: <<http://unscr.com/en/resolutions/doc/2612>>. Acesso em 01 de julho de 2023.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL (UNSC). United Nations Organization Stabilization Mission in the Democratic Republic of the Congo: **Report of the Secretary-General**. 2021b. Disponível em:
 <https://monusco.unmissions.org/sites/default/files/s_2021_987_e.pdf>. Acesso em: 15 de agosto de 2023.

UN WOMEN. **Evaluation of Gender Mainstreaming in United Nations Peacekeeping Activities (MONUC / MONUSCO) in the Democratic Republic of the Congo**. UN

Women Evaluation Office, 2013. Disponível em: <
<https://www.unwomen.org/sites/default/files/Headquarters/Attachments/Sections/Library/Publications/2013/10/Evaluation-GenderMainstreaming-UNpeacekeeping-DRC-en%20pdf.pdf>>.
 Acesso em: 27 de junho de 2023.

VALENÇA, Marcelo. The imperatives and hazards of humanitarian intervention. In: Dane, F. (ed.). **International Security: A European-South American dialogue**. Konrad Adenauer Stiftung, 2014.

VELA, Vanessa Gauthier. MINUSMA and the Militarization of UN Peacekeeping. **International Peacekeeping**, p. 838-863, 2021.

WIBBEN, Annick TR. Why we need to study (US) militarism: A critical feminist lens. **Security Dialogue**, p. 136-148, 2018.

WILCOX, Lauren. **Beyond sex/gender: The feminist body of security**. Cambridge University Press, 2012.

ZALEWSKI, Marysia. Theorising sexual violence in global politics: Improvising with feminist theory. **Review of International Studies**, 2021.